



(i) critérios de seleção de projetos/municípios/entidades;

Para o recebimento de recursos provindos do programa Paraná Mais Verde, Projeto Parques Urbanos, os municípios serão atendidos os seguintes critérios:

a) Critérios de Elegibilidade:

- I. Atendimento da Lei Federal nº 13.09/2014, e ao Decreto Estadual nº 3.513/2016;
- II. Projeto Arquitetônico e seus complementares, seguindo o Manual de Orientação de elaboração de projetos disponibilizado pelo Instituto Água e Terra, e com Anotação de Responsabilidade Técnica Profissional (ART);
- III. Titularidade do terreno;
- IV. Possuam terrenos em áreas degradadas e/ou sujeitas a processos erosivos e/ou inundação, localizadas em fundo de vale;
- V. Que atendem os quantitativos mínimos de plantio de vegetação nativa do Bioma da Mata Atlântica, definida em razão da área do projeto;
- VI. Município que declarem o comprometimento em manter e restaurar o Parque quando se fizer necessário;

b) Critérios de Prioridade:

- I. Municípios que tenham ou que declarem o desenvolvimento de Campanhas de Educação Ambiental voltadas a conservação da natureza;
- II. Município que estabeleça por decreto ou por lei implantar nas áreas públicas o Projeto Poliniza Paraná.

c) Critérios de Desempate:

- I. Menor classificação do IDH-PNUD;
- II. Cronologia do Requerimento.



Informamos ainda que os valores estabelecidos para cada Parque são relacionados ao projeto, considerando que os municípios devem apresentar planilhas orçamentárias elaboradas sobre base de preço existente, atualizada e desenvolvida por instituição pública, que é subsídio para materiais e métodos construtivos a ser utilizado para definição do valor. A celebração do convênio dependerá então da disponibilidade de recursos da Secretaria e Instituto.

O projeto Parques Urbanos conta ainda com um Manual de Orientações Técnicas, desenvolvido por este setor para garantir que os municípios do Estado estejam aptos para concorrer aos recursos disponíveis, por meio da elaboração de projetos com qualidade técnica e espacial, portanto, foi desenvolvido esse guia prático com as principais diretrizes, normas e especificações técnicas a serem apresentadas para avaliação do projeto.

É necessário também que o projeto seja apresentado nas Pranchas Padrão desenvolvidas por este instituto, estas têm como objetivo auxiliar os municípios durante a elaboração dos seus projetos, indicando em cada uma dessas os elementos mínimos que devem ser apresentados, garantindo assim que todos os projetos alcancem um nível de qualidade técnica adequado para a execução do objeto.

Orientações técnicas e documentação necessária

PROGRAMA ESTADUAL PARANÁ MAIS VERDE

PARQUES URBANOS

2021



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma geral das fases de projeto.	7
Figura 2: Fase I - Análise	8
Figura 3: Fase II - Definição do Programa	9
Figura 4: Fase III - Projeto.....	10
Figura 5: Dimensionamento de Rampas.....	13
Figura 6: Patamares de rampas, vista superior	14
Figura 7: Altura e Largura das escadas – Degrau e Piso	15
Figura 8: Corrimão em escadas e rampas. Dimensões em metros.	16
Figura 9: Dimensões de ciclovia unidirecional e bidirecional.....	18
Figura 10: Rebaixamento de calçada, vista superior.	20
Figura 11: Faixa elevada para travessia - Exemplo - Vista superior.....	21
Figura 12: Boxe comum, portas abrindo para o interior ou exterior.	22
Figura 13: Instalação de mictório suspenso, vista frontal e lateral. Dimensões em metros.	23

APRESENTAÇÃO

O Programa Paraná Mais Verde, por meio do projeto de **Parques Urbanos** do Governo do Estado do Paraná pretende incentivar a criação de parques em regiões de fundo de vale, visando não só a criação de áreas de lazer, mas também a implantação de um instrumento eficaz na conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Para garantir que os municípios do Estado estejam aptos para concorrer aos recursos disponíveis, por meio da elaboração de projetos com qualidade técnica e espacial, foi desenvolvido esse guia prático com as principais diretrizes, normas e especificações técnicas a serem apresentadas para avaliação do projeto.

"Esse programa tem como objetivo primordial a conservação e conscientização ambiental. Cada parque apresenta uma particularidade e é um berço para a biodiversidade. Esses novos espaços precisam ser vistos por todos para promover o turismo e o desenvolvimento sustentável dos municípios".

Márcio Fernando Nunes

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo - SEDEST

"O equilíbrio dos ecossistemas e a melhoria da qualidade ambiental no contexto urbano das cidades são fundamentais frente aos desafios atuais, deste modo, o Programa Paraná Mais Verde, por meio do projeto de Parques Urbanos é uma iniciativa positiva do Governo Estadual que fomenta a conservação das áreas de fundo de vale, considerando os aspectos essenciais para proteção, recuperação e gestão dos recursos hídricos presentes. A implantação de parques urbanos possibilita a criação de áreas de lazer, recreação e promoção do turismo, além de estimular a melhora dos aspectos qualitativos das águas, uma vez que há ações para a mitigação da degradação ambiental."

José Luiz Scroccaro

Instituto Água e Terra- IAT

SUMÁRIO

PARTE I.....	6
1. INTRODUÇÃO AO PROJETO DE PARQUES.....	6
1.1. COMO DIAGNOSTICAR A ÁREA DE IMPLANTAÇÃO	6
1.2. COMO ELABORAR O PROJETO DOS PARQUES.....	7
1.2.1. FASE I - ANÁLISE.....	7
1.2.2. FASE II - DEFINIÇÃO DO PROGRAMA.....	9
1.2.3. FASE III - PROJETO.....	10
1.2.4. FASE IV – DOCUMENTAÇÃO	11
PARTE II.....	12
2. DIRETRIZES NORMATIVAS.....	12
2.1. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE.....	12
2.1.1. Rampas.....	12
2.1.2. Patamares das rampas.....	14
2.1.3. Escadas.....	14
2.1.4. Corrimãos e guarda-corpos	16
2.1.5. Circulação de rotas acessíveis	17
2.1.6. Pavimentação e pisos	18
2.1.7. Acessos pedestres.....	19
2.1.8. Sanitários e Vestiários.....	21
2.1.9. Estacionamentos.....	23
2.2. EQUIPAMENTOS	24
2.2.1. Mobiliário Urbano.....	24
2.2.2. Quadras e Campos de Futebol	25
2.2.3. Playground	26
2.2.4. Academias ao ar livre.....	27
2.2.5. Vegetação	27
2.2.6. Área de Preservação Permanente Ecológica.....	28
2.2.1. Pórtico – Projeto Parques Urbanos	28
2.2.2. Outros equipamentos.....	28
PARTE III.....	29
3. DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA	29
3.1. Documentação a ser apresentada – Etapa 01.....	30
3.1.1. Análise técnica: setor de projetos especiais.....	30
3.1.2. Análise técnica: setor de outorga.....	34
3.1.3. Análise técnica: setor de licenciamento	35
3.2. Documentação a ser apresentada – Etapa 02.....	37
3.2.1. Análise Jurídica: assessoria jurídica	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
5. BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	41
6. REFERÊNCIAS	42
GLOSSÁRIO.....	43
ANEXO I.....	46
ANEXO II.....	47
ANEXO III.....	48

INTRODUÇÃO

As áreas de fundo de vale são caracterizadas como os pontos mais baixos de um terreno acidentado, condição geográfica acompanhada por uma profusão em recursos hídricos como rios, canais, córregos e nascentes.

Com a ocorrência da criação das cidades, desenvolvimento e avanço dos centros urbanos, essas áreas têm sofrido com a falta de planejamento adequado e estratégias de conservação. As más práticas geram um impacto negativo não apenas ambiental, mas também social, desencadeando processos de ocupação irregular, inundações, deposição de resíduos, erosão e diversas outras situações prejudiciais.

A implantação de parques urbanos, ao longo das áreas de fundo de vale, surge como uma alternativa de minimização dos impactos negativos da expansão urbana e controle de cheias, transformando o espaço antes mal utilizado em equipamento público de lazer e manutenção dos recursos hídricos presentes. Para orientar a elaboração das propostas e projetos, conforme a finalidade do programa, este guia é voltado para Arquitetos e Engenheiros municipais, responsáveis pela elaboração dos projetos, apresentando três diferentes etapas:

PARTE I - Introdução ao Projeto de Parques

Destinada aos municípios que não identificaram uma área para a implantação do parque ou iniciaram a etapa de Estudo Preliminar. Esta etapa apresenta estratégias para a identificação de áreas em potencial, elaboração de planos de implantação, definição de escala de abrangência e atividades a serem implantadas.

PARTE II - Diretrizes Normativas

Destinada aos municípios que já deram início ao processo de elaboração do Anteprojeto. Esta etapa traz uma série de normativas que devem ser respeitadas e previstas em projeto.

PARTE III - Documentação Necessária

Destinada aos municípios que possuem projetos, em nível de Anteprojeto, já finalizados e em conformidade com as Diretrizes e Normativas abordadas na 2ª etapa do guia. Esta etapa apresenta a documentação mínima a ser apresentada ao setor de Projetos Especiais e, também, recomendações técnicas para o perfeito entendimento do projeto.

Em caso de dúvidas ou situações não abordadas nesse material, os técnicos municipais envolvidos na elaboração do projeto, podem entrar em contato diretamente com o setor de Projetos Especiais, o qual fornecerá orientação caso a caso, quando necessário.

PARTE I

1. INTRODUÇÃO AO PROJETO DE PARQUES

Os espaços públicos representam a vida urbana, no coletivo, na troca de experiências, na vivência e na vivacidade das cidades. A oportunidade para criação de espaços públicos qualificados depende de instrumentos que incentivem a melhor gestão dos recursos disponíveis, bem como da capacidade de se projetar a paisagem dentro de todo o seu contexto.

O Ministério do Meio Ambiente (Brasil) define Parques Urbanos como: "áreas verdes na malha urbana com funções atreladas ao lazer, estética e ecologia principalmente". Segundo Macedo & Sakata (2010), é possível compreender os parques como espaços públicos livres, que englobam a presença de massas de vegetação, constituindo-se imunes às interferências construídas do entorno e proporcionam atividade de recreação aos usuários.

O Programa Paraná Mais Verde, por meio do projeto de **Parques Urbanos** do Governo do Estado do Paraná, disponibiliza incentivos para áreas prioritárias de intervenção, com a possibilidade de criação de espaços públicos qualificados, objetivando a conservação da biodiversidade e a recuperação de áreas degradadas, obrigatoriamente em fundos de vale, na área urbana.

1.1. COMO DIAGNOSTICAR A ÁREA DE IMPLANTAÇÃO

A escolha da área de implantação do parque é fundamental para a elaboração de um de espaço de qualidade, uma vez que, os espaços públicos devem ser livres para as trocas de experiências entre os usuários, garantindo a segurança e conservação do meio ambiente.

É preciso compreender a dinâmica da cidade, no seu contexto e no contexto da vida dos seus habitantes, para isso será necessário um diagnóstico das possíveis áreas, com a identificação dos seus problemas e suas potencialidades, assegurando a prioridade de recursos às áreas afetadas pela má gestão do espaço urbano.

Áreas com ausência de equipamentos públicos, como praças e parques, áreas afetadas diretamente por impactos negativos originados nas regiões do entorno, áreas carentes de espaços verdes, áreas com espaços subutilizados, área de *waterfronts*¹(margens de águas), áreas com paisagens privilegiadas e que devem ser conservadas e áreas com terrenos contaminados ou que apresentam erosões são exemplos de problemas e potencialidades, que podem ser analisados pelos gestores públicos na escolha da melhor área de implantação do Parque Urbano. Essas áreas devem ser introduzidas novamente no contexto natural, proporcionando o uso coletivo e a ampliação da qualidade vida da cidade.

¹ Áreas que margeiam rios, córregos, oceanos e represas. (GATTI, 2013)

1.2.COMO ELABORAR O PROJETO DOS PARQUES

Um dos fundamentos para se elaborar projetos de Parques Urbanos, é o entendimento da dinâmica da cidade e dos usuários, para que o programa de necessidades contemple as necessidades e as expectativas do público. Um bom projeto de espaço público, não depende apenas de uma boa execução técnica, também deve ser um espaço certo, no lugar certo e para as pessoas certas (GATTI, 2013, p.09).

Os planejamentos de parques devem estar alinhados ao aproveitamento dos recursos disponíveis e desenvolvimento de fases (Figura 1). Nas próximas seções, serão abordados os fundamentos e conceitos relacionados a essas fases, para que possam elucidar de forma objetiva os projetos.

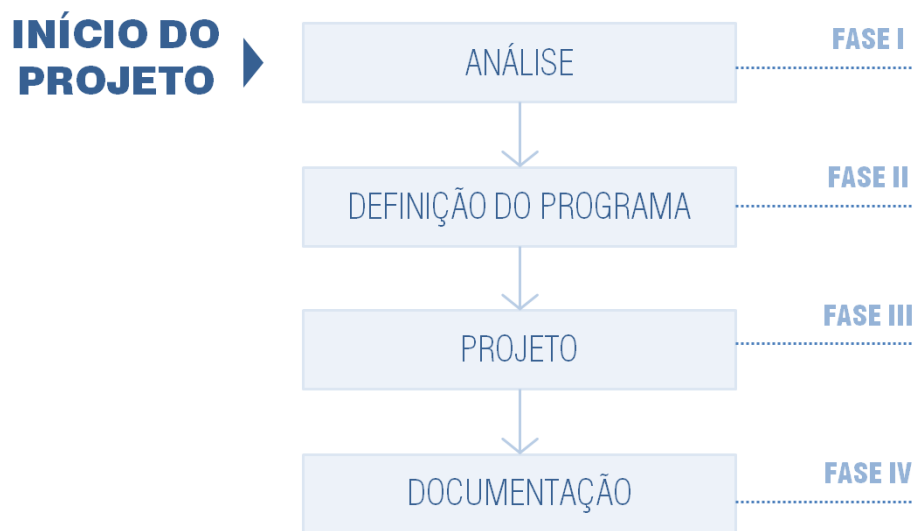


Figura 1: Fluxograma geral das fases de projeto.
Fonte: Adaptado de GATTI (2013).

1.2.1. FASE I - ANÁLISE

A primeira fase do desenvolvimento dos projetos deverá estar norteadada pela análise do entorno e terreno, de forma a investigar as condições e características existentes que impactem (negativa ou positivamente) o projeto dentro da malha urbana.

Estas análises resultarão na definição da adequada implantação do equipamento urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da região. Neste roteiro estão apresentados os principais atores a serem explorados (Figura 2).

ANÁLISE	entorno	terreno
Análise das condições existentes que influenciam nas características do projeto	▪ pontos focais ▪ fluxos e deslocamentos ▪ problemas urbanos ▪ público-alvo	▪ fluxos e deslocamentos ▪ estruturas existentes ▪ topografia ▪ vegetação ▪ drenagem

Figura 2: Fase I - Análise
Fonte: Adaptado de GATTI (2013).

Em relação ao **entorno da área** de intervenção, é de suma importância que sejam analisados os pontos focais, os fluxos e deslocamentos, os conflitos e o público-alvo. Estes levantamentos servirão de base para a compreensão da dinâmica do entorno.

- I. **Pontos focais:** podem ser considerados marcos da paisagem, mantém relação direta ou indireta com o equipamento;
- II. **Fluxos e deslocamentos:** auxiliam na compressão do espaço de implantação do projeto, na possível locação dos acessos, caminhos primários e secundários, setorização das atividades, entre outros.
- III. **Problemas urbanos:** devem ser considerados para a busca de suas soluções ou mitigações. Exemplos: problemas com segurança, iluminação.
- IV. **Público-alvo:** são os futuros usuários do parque, eles direcionarão os programas de necessidades e as atividades do espaço;

Em relação ao **terreno** da área de intervenção, recomenda-se a análise dos fluxos e deslocamentos no terreno, das estruturas existentes, da topografia, da vegetação e da drenagem. Estes levantamentos auxiliarão nas decisões da implantação do projeto de parque.

- I. **Fluxos e deslocamentos do terreno:** podem auxiliar o projeto com a identificação dos percursos usuais dos habitantes, pontos de insegurança, entre outros;
- II. **As estruturas existentes:** são considerados os pisos, calçamentos, equipamentos sanitários, quando houver. Poderão ser aproveitadas, restauradas ou demolidas, de acordo com a análise;
- III. **Topografia:** o levantamento planialtimétrico cadastral, realizado por profissional, é fundamental, pois será a base para o início da modelagem do terreno, de forma a prever taludes, arrimos, entre outros.
- IV. **Levantamento da vegetação existente:** proporcionará informações como espécies, quantidades, localização e deverá ser realizado por profissional capacitado;
- V. **Drenagem:** análise do terreno permitirá propostas mais assertivas em relação ao escoamento das águas pluviais.

1.2.2. FASE II - DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

A segunda fase está relacionada ao desenvolvimento do programa de necessidades do parque, com definição das atividades, equipamentos e edificações de apoio a serem construídas ou revitalizadas.

Esta definição é fundamental para a dinâmica do projeto, uma vez que os usuários se sentem seguros quando obtêm uma boa relação com o lugar, projetando ideias de pertencimento. Igualmente, deve-se proporcionar a inserção de diversos usos, com boa qualidade para se obter maior vitalidade possível no espaço. (Figura 3)

DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

Definição das atividades, equipamentos e edificações de apoio

público

- meio de transporte
- abrangência
- faixa etária

função

- lazer
- esporte
- educação
- cultura
- preservação

Figura 3: Fase II - Definição do Programa

Fonte: Adaptado de GATTI (2013).

Para melhor se adaptar ao cotidiano dos usuários, o parque deverá ser proposto a partir da análise de fatores que influenciarão sua vivacidade. Em relação à esfera **pública** é importante que sejam levantados:

- I. Deverão ser considerados os **diversos modais presentes** na malha urbana e como possibilitarão os melhores acessos para o equipamento;
- II. Deverão ser considerados aspectos em relação à **abrangência do parque** e suas escalas. Ele atingirá apenas usuários de bairros próximos? Atingirá usuários de todo o município e municípios vizinhos?
- III. A **faixa etária** é fundamental para a definição das atividades que o parque abrigará e sua setorização.

Em relação à sua **função**, o parque poderá carregar inúmeras possibilidades, algumas poderão estar relacionadas à proteção ambiental com usos restritos, enquanto outros desempenharão a função de atrair multidões. Algumas dessas funções:

- I. **Social (Esporte e Lazer):** Relacionada com a possibilidade de lazer que essas áreas oferecem à população.
- II. **Educativa e cultural:** A possibilidade de oferecer ambientes que possibilitem o desenvolvimento de atividades extraclasse e programas de educação ambiental.

- III. **Conservação:** Presença da vegetação, solo não impermeabilizado, fauna; melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo.

1.2.3. FASE III - PROJETO

A terceira fase deverá ser norteadas pelos levantamentos e diagnósticos elaborados nas fases anteriores. Dessa forma, o desenvolvimento do projeto contará com soluções para as propostas do programa de necessidades em correspondências com as análises.

PROJETO	complementares	detalhamentos
Elaboração das soluções aplicadas ao programa de necessidades elaborado	▪ terraplanagem ▪ drenagem ▪ estrutura ▪ paisagismo ▪ mobiliário ▪ iluminação ▪ sinalização ▪ comunicação visual	▪ pisos ▪ canteiros ▪ escadas e rampas ▪ corrimãos ▪ mobiliários específicos

Figura 4: Fase III - Projeto
Fonte: Adaptado de GATTI (2013).

Os **projetos complementares** subsidiarão a implantação correta e efetiva do equipamento. É fundamental que sejam elaborados por profissionais capacitados, pois exigem conhecimentos técnicos específicos.

- I. **Terraplanagem:** apresentação da remodelação do terreno, com proposta de cortes e aterros;
- II. **Drenagem:** propostas de estruturação do escoamento das águas pluviais, de acordo as necessidades, poderão ser utilizadas as funções de drenagem como elemento de paisagem;
- III. **Estrutura:** apresentação de projeto estrutural para equipamentos de apoio ou outros elementos que necessitem;
- IV. **Paisagismo:** elaboração de desenhos, localizações e delimitações de forrações, canteiros, massas de vegetação, definição de espécies, entre outros;
- V. **Mobiliário:** apresentação de propostas para mobiliário urbano, sua localização de instalação. Necessária apresentação de projeto específico com detalhamento das propostas;
- VI. **Iluminação:** proposta de iluminação para todos os espaços que receberão atividades, caminhos e quando julgar necessário;

- VII. **Sinalização horizontal e vertical (comunicação visual):** fundamental para a criação da identidade visual do parque, garantindo boa orientação em relação a caminhos, espaços de atividades e estruturas de apoio.

A fim de complementar os projetos, deverão ser elaborados **detalhamentos** que permitam o melhor entendimento das propostas.

- I. **Áreas de piso:** o detalhamento das áreas de pisos é importante para a definição de tipos de revestimentos, taxas de permeabilidade, entre outras características fundamentais. As áreas de piso podem ser diversas: áreas para lazer contemplativo, áreas para lazer ativo com atividades esportivas e recreativas, áreas destinadas à circulação, áreas planejadas como acesso, áreas de estacionamento, áreas de jardim, entre outras;
- II. **Canteiros:** delimitarão com exatidão as áreas da paisagem que receberão massas vegetadas, com funções específicas: sombra, ornamentação, proteção, gramados, entre outros;
- III. **Escadas, rampas e corrimãos:** os elementos deverão estar inseridos nas áreas de circulação, de modo a auxiliar nos deslocamentos e obstáculos do terreno. O seu detalhamento é importante para que se garanta o cumprimento das regras e normas específicas estabelecidas;
- IV. **Mobiliário urbano específico:** a escolha dos mobiliários urbanos específicos para espaços públicos deverá contar com o detalhamento de dimensões, localizações, materiais, entre outros.

1.2.4. FASE IV – DOCUMENTAÇÃO

A quarta e última fase trata do desenvolvimento da documentação de projeto. Os entregáveis deverão ser elaborados contendo todas as informações pertinentes para o correto entendimento da proposta de projeto do Parque Urbano. Para mais detalhes sobre a documentação a ser entregue, consultar a o capítulo **“Parte III – Documentação a ser apresentada”**.

PARTE II

2. DIRETRIZES NORMATIVAS

Esta etapa do roteiro estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto às instalações, acessibilidade e desenho urbano/paisagístico adotados nos projetos. No atendimento a essas diretrizes, devem ser observadas as diversas condições e características da área escolhida. O estabelecimento de parâmetros mínimos faz-se necessária para o melhor atendimento das propostas.

A utilização autônoma, independente e segura do parque, bem como de suas edificações, equipamentos urbanos, acessos, caminhos e áreas de lazer, transfigura-se indispensável para o melhor aproveitamento dos espaços públicos, inseridos na malha urbana das cidades.

É importante ressaltar que o **Decreto Federal nº 5.296/2004** determina que o planejamento e na urbanização das vias, praças, dos logradouros, parques e demais espaços de uso público, deverão ser cumpridas as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, em especial a construção de calçadas para circulação de pedestres ou a adaptação de situações consolidadas, o rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação da via para travessia de pedestre em nível e a instalação de piso tátil direcional e de alerta.

As diretrizes normativas, encontradas neste guia, tiveram como referência bibliográfica a norma **ABNT NBR 9050:2015**, **Resoluções do Cotran** e o **Caderno de Ciclovias**, da arquiteta Mônica Godim.

2.1.CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE

2.1.1. RAMPAS

De acordo com a norma, são consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 %. Para garantir que a rampa seja acessível a todos os transeuntes são definidos limites máximos de inclinação, de acordo com os desníveis a serem vencidos (Figura 5). A inclinação máxima das rampas deve ser calculada conforme a equação abaixo:

$$i = \frac{h \times 100}{c}$$

Onde:

- i é a inclinação, expressa em porcentagem (%);
- h é a altura do desnível;
- c é o comprimento da projeção horizontal.

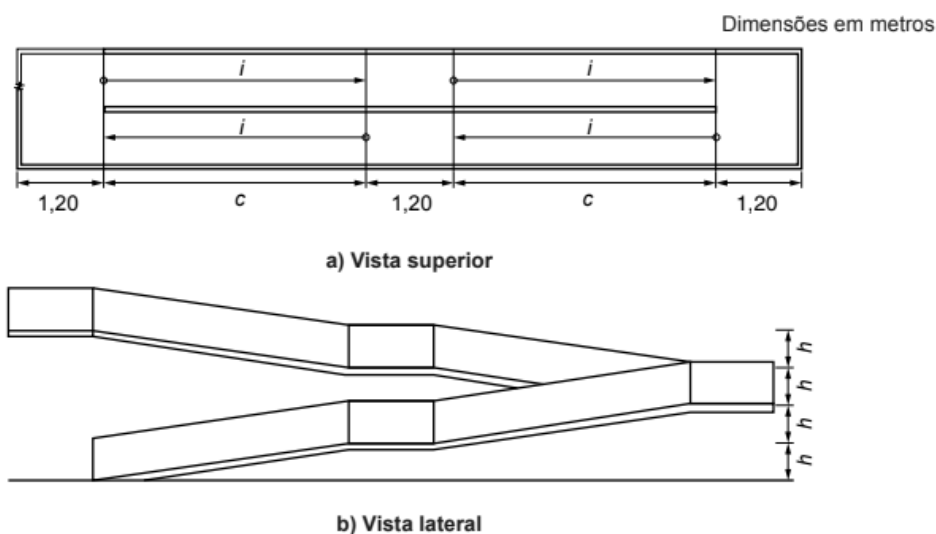


Figura 5: Dimensionamento de Rampas.
Fonte: ABNT NBR 9050 (2015).

Regras Gerais:

- A. As rampas devem ter inclinação máxima de 8,33%. Quando não há a possibilidade de atender a esta inclinação máxima, é permitida a utilização de inclinações de até 12,5%;
OBSERVAÇÃO: É indispensável em rampas, caminhos e acessos principais, a garantia de acessibilidade²;
- B. Os patamares no início e no término das rampas devem ter dimensão longitudinal mínima de 1,20 m;
- C. Entre os segmentos de rampa devem ser previstos patamares intermediários com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m. Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da rampa;
- D. Em rampas com inclinação entre 6,25% e 8,33%, é recomendado criar áreas de descanso dos patamares, a cada 50m do percurso de rampa;
- E. Para rampas em curva, a inclinação máxima admissível será de $i=8,33\%$, com raio mínimo, medido no perímetro interno à curva, de 3,00m;
- F. A largura da rampa deve ser estabelecida de acordo com os critérios e avaliações do fluxo de pessoas. Largura mínima recomendável para rampas em rotas acessíveis é de 1,50m, sendo o mínimo admissível 1,20m; Em casos especiais, podem ser admitidas outras dimensões, ver “item 6.6.2.7” da norma **ABNT NBR 9050**;

² Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT NBR 9050:2015)

- G. Todas as rampas devem possuir corrimão de duas alturas em cada lateral;
- H. Todas as rampas devem possuir guia de balizamento³, ver “item 6.6.3” da norma **ABNT NBR 9050**.

2.1.2. PATAMARES DAS RAMPAS

Regras Gerais:

Os patamares devem possuir dimensões longitudinais mínimas, conforme sua localização (Figura 6), podendo ser:

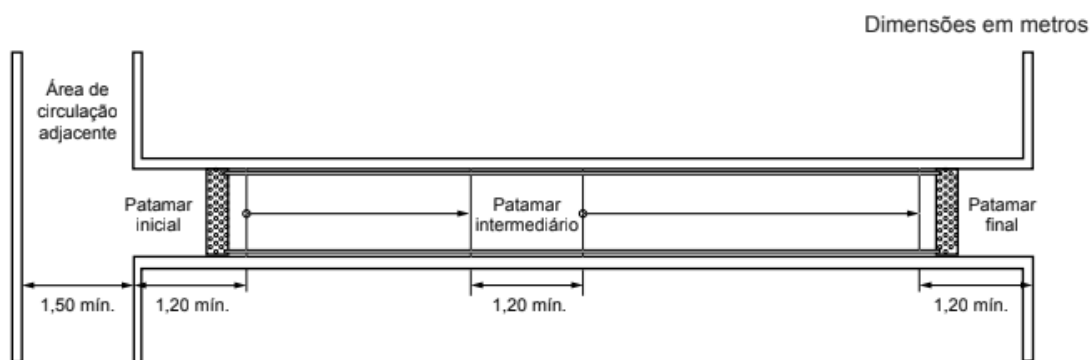


Figura 6: Patamares de rampas, vista superior
Fonte: ABNT NBR 9050 (2015)

- A. Início e término da rampa: mínimo 1,20m;
- B. Entre os segmentos de rampas: mínimo 1,20m;
- C. Situados em mudança de direção: dimensão longitudinal igual a largura da rampa;
- D. Quando houver porta nos patamares, sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar estabelecido e a inclinação transversal dos patamares não pode exceder 2 % em rampas internas e 3 % em rampas externas.

2.1.3. ESCADAS

De acordo com a norma, são consideradas escadas uma sequência de três degraus ou mais. Em rotas acessíveis, deve-se dar preferência a utilização de rampas.

Regras Gerais:

³ Elemento edificado ou instalado junto aos limites laterais das superfícies de piso, destinado a definir claramente os limites da área de circulação de pedestres. (ABNT NBR 9050:2015)

As dimensões para pisos e espelhos devem ser constantes em toda a escada ou em degraus isolados (Figura 7). Para o dimensionamento devem ser atendidas as seguintes condições:

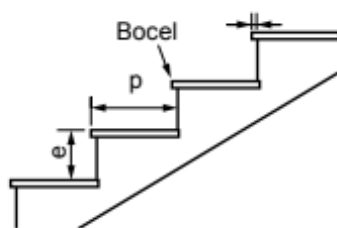


Figura 7: Altura e Largura das escadas – Degrau e Piso
Fonte: ABNT NBR 9050 (2015).

- A. Equação geral: $0,63\text{ m} \leq p + 2e \leq 0,65\text{ m}$;
- B. Pisos: (p): $0,28\text{m} \leq p \leq 0,32\text{m}$; e
- C. Espelhos (e): $0,16\text{m} \leq e \leq 0,18\text{m}$;
- D. As rotas acessíveis não podem ser utilizadas degraus e escadas fixas com espelhos vazados;
- E. **Degrau isolado:** A sequência de até dois degraus é considerada um degrau isolado. Degraus isolados devem ser evitados, porém quando utilizados, devem:
 - a. Seguir o dimensionamento do “item 6.8.2” da norma **ABNT NBR 9050**;
 - b. Conter corrimão conforme o “item 6.9” da norma **ABNT NBR 9050**;
- F. Ser devidamente sinalizados em toda a sua extensão, conforme o “item 5.4.4.1” da norma **ABNT NBR 9050**;
- G. A dimensão da largura da escada deve ser estabelecida conforme o fluxo de pessoas e em concordância com a norma **ABNT NBR 9077**. Entretanto, a largura mínima estabelecida para rotas com acessibilidade é de 1,20m, dispondo de guia de balizamento, ver “item 6.6.3” da norma **ABNT NBR 9050**;
- H. É necessário que o primeiro e o último degrau de um lance de escada distem no mínimo 0,30m da área de circulação⁴ adjacente;
- I. As escadas devem possuir no mínimo um patamar a cada 3,20m de desnível e sempre que houver mudança de direção;
- J. Entre os lances da escada devem ser previstos patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20m e em patamares situados nas mudanças de direção da escada, as dimensões devem ser iguais à largura da mesma;

4 Espaço livre de obstáculos, destinado ao uso de todas as pessoas (ABNT NBR 9050).

- K. Quando houver porta nos patamares, sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar estabelecido;
- L. A inclinação transversal para degraus externos e patamares não pode exceder 1%.

2.1.4. CORRIMÃOS E GUARDA-CORPOS

Os corrimãos podem estar acoplados aos guarda-corpos e devem ser constituídos de materiais rígidos e firmemente fixados às paredes ou barras de suporte, garantindo a segurança e estabilidade.

Regras Gerais:

- A. Os corrimãos devem ser instalados nas laterais (ambas) de rampas e escadas, a 0,92m e a 0,70m do piso acabado, dimensões correspondentes a face superior até o ponto central do piso ou degrau, conforme Figura 8;

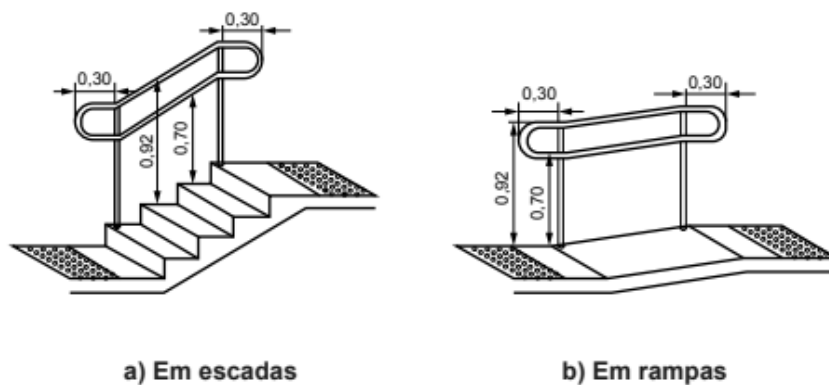


Figura 8: Corrimão em escadas e rampas. Dimensões em metros.
Fonte: ABNT NBR 9050 (2015)

- B. O dimensionamento dos corrimãos deve atender ao descrito no “item 4.6.5”, da norma **ABNT NBR 9050**;
- C. Para degrau isolado, é necessária a utilização de barra de apoio horizontal ou vertical, com comprimento mínimo de 0,30m e seu eixo posicionado a 0,75 m de altura do piso.
- D. Os corrimãos laterais devem ser contínuos, em escadas e rampas, e devem prolongar-se, por pelo menos 0,30m nas extremidades, conforme Figura 04;
- E. As extremidades dos corrimãos devem ter acabamento recurvado, sem protuberâncias, podem ser fixadas ou justapostas às paredes, piso ou ainda ter desenho contínuo;

- F. Em escadas e degraus é permitida a instalação de apenas um corrimão duplo com duas alturas- a 0,9m e a 0,70 m do piso -, respeitando a largura mínima de 1,20 m, em ambos os lados da escada.
- G. Os guarda-corpos devem atender às **ABNT NBR 9077** e **ABNT 14718**.

2.1.5. CIRCULAÇÃO DE ROTAS ACESSÍVEIS

As vias exclusivas para circulação de pedestres e os acessos, devem ter garantido o passeio⁵ livre, sem obstruções e serem providas de iluminação adequada.

Regras Gerais:

- A. A inclinação transversal máxima das circulações em rotas acessíveis é de 3% e a inclinação longitudinal é de 5%, maior que esse percentual, deve ser considerado rampa;
- B. As circulações principais devem ser compostas por circulações de rotas acessíveis;
- C. Em acessos onde será necessária a execução de qualquer tipo de controle, pelo menos um deles em cada conjunto deve ser acessível;
- D. Devem ser previstas sinalizações informativas e direcionais das localizações, entradas e saídas e indicação de equipamentos, entre outros;
- E. Todos os caminhos com rotas acessíveis devem ser dotados de pavimentação adequada, mobiliários e equipamentos;
- F. Em locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente.

Circulação em estacionamentos:

Os estacionamentos devem implantar faixa de circulação para pedestres, garantindo um trajeto seguro e com largura mínima de 1,20m. Este trajeto deve estar em rota acessível⁶;

Pista de caminhada, corrida e ciclovias:

As vias de circulação devem obedecer a uma hierarquia, segundo suas funções e velocidades, dessa forma, quanto maior a velocidade, mais distante deverá ser a pista. Em termos práticos,

5 Parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso separado por pintura ou elemento físico, livre de interferências, destinado à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas. (ABNT NBR 9050:2015)

6 Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e seguro por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros. (ABNT NBR 9050:2015).

por exemplo, um local que possui pistas de caminhada, corrida e ciclovia, deverá ter sua ciclovia o mais próxima da rua.

A. Pista Caminhada e pista Corrida:

- a. A projeção de uma pessoa sem mobilidade reduzida caminhando ou correndo é de aproximadamente 0,75m. Dessa forma, recomenda-se que as pistas de caminhada, sendo as duas bidirecionais, tenham dimensão transversal mínima de 1,50m.

B. Pista Bicicleta: Ciclovia Bidirecional:

- a. A projeção de um ciclista é de aproximadamente 0,60m e seu manuseio com a bicicleta de aproximadamente 0,30m para cada lado, requerendo uma faixa de circulação com dimensão mínima de 1,20m (Figura 9 - à esquerda). Dessa forma, para a circulação de dois ciclistas é necessária uma faixa de circulação com dimensão de no mínimo 2,40m (Figura 9 - à direita), sendo considerável largura confortável entre 2,50m e 3,00.

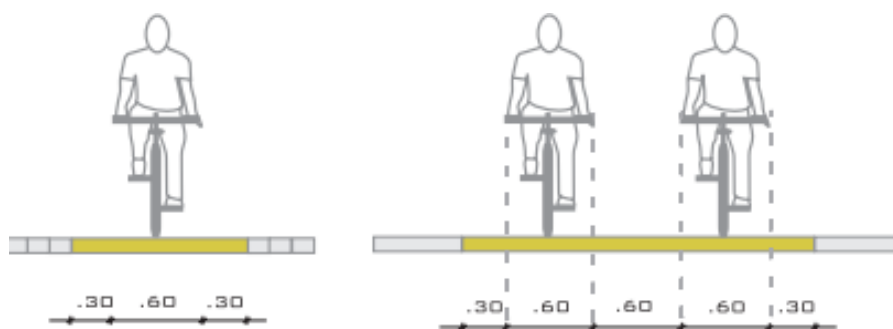


Figura 9: Dimensões de ciclovia unidirecional e bidirecional.
Fonte: Godim, 2010.

2.1.6. PAVIMENTAÇÃO E PISOS

Sinalização de piso tátil⁷

A fim de auxiliar pessoas com deficiência visual, proporcionando mais segurança em seus deslocamentos, evitando situações de perigos e alertando sobre obstáculos. A sinalização tátil deve ser simples, lógica e de fácil decodificação, facilitando o reconhecimento dos espaços, informando mudanças de direção ou opções de percurso, indicando o término de degraus,

⁷ Piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São de dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional. (ABNT NBR 9050:2015).

escadas e rampas, entre outros. Para mais detalhes, dimensionamentos e posicionamentos da sinalização tátil, é indispensável a consulta ao item “5.4.6” da norma **ABNT NBR 9050**.

Pavimentação

Regras gerais:

- A. Os materiais, utilizados para pavimentação em rotas acessíveis, devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante, com rodas e antiderrapante, sob diversas condições (seco ou molhado);
- B. A inclinação deve respeitar o máximo de 3% transversalmente e de 5% longitudinalmente. Inclinações superiores são consideradas rampas, e assim devem atender ao “item 6.6” da norma **ABNT NBR 9050**;
- C. Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em caminhos principais de rotas acessíveis. Em caso de impossibilidade, deve ser seguido o disposto no item “6.3.4” da norma **ABNT NBR 9050**.

2.1.7. ACESSOS PEDESTRES

É imprescindível, a utilização de rotas acessíveis em todos os acessos para pedestres dos Parques, para tanto são utilizados elementos de desenho urbano, rebaixamento de calçadas faixa elevada⁸ para travessia de pedestre e outros necessários.

Guias Rebaixadas

Os rebaixamentos de calçadas devem estar localizados no fluxo de travessia, ou seja, na faixa de travessia de pedestres e alinhados em ambos os lados das vias.

Regras Gerais:

A inclinação dos rebaixamentos de calçadas deve ser constante e não superior a 8,33%, no sentido longitudinal da rampa e nas abas laterais, conforme Figura 10;

⁸ Elevação do nível do leito carroçável composto de área plana elevada, sinalizada com faixa para travessia de pedestres e rampa de transposição para veículos, destinada a nivelar o leito carroçável às calçadas em ambos os lados da via. (ABNT NBR 9050).

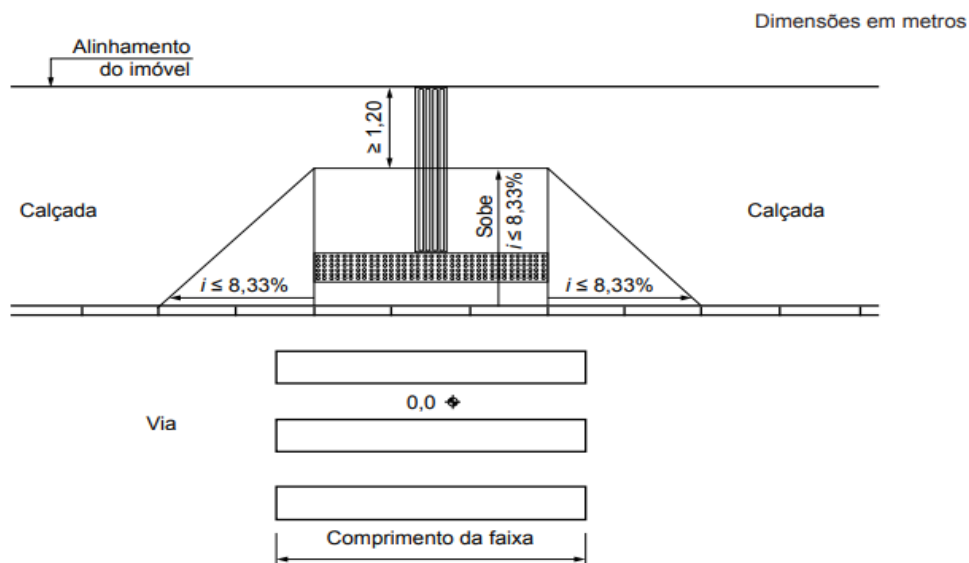


Figura 10: Rebaixamento de calçada, vista superior.

Fonte: ABNT NBR 9050 (2015).

- A. A largura mínima do rebaixamento deve ser de 1,50m;
- B. O rebaixamento não pode diminuir a faixa livre de circulação das calçadas, essa devem ter no mínimo 1,20m.
- C. Entre o término do rebaixamento da calçada e a rua não pode haver desnível. Em vias com inclinação transversal superior a 5% é obrigatória a construção de uma faixa de acomodação, medido de 0,45m a 0,60m de largura ao longo da aresta de encontro dos dois planos, mais detalhes ver “item 6.12.7.3.1” da norma **ABNT NBR 9050**;
- D. Com rebaixamento entre canteiros, o mesmo deve respeitar a inclinação 8,33% e sua largura deve igual ao comprimento da faixa de pedestre, mais detalhes ver “item 6.12.7.3.3” da norma **ABNT NBR 9050**;
- E. Em calçadas estreitas, onde a largura do passeio não comportar o rebaixamento e a faixa livre, deve ser implantada uma das três opções: uma redução de percurso da travessia, uma faixa elevada para travessia ou um rebaixamento total da largura da calçada, para mais detalhes ver “item 6.12.7.3.4” da norma **ABNT NBR 9050**.

Faixa elevada para travessia de pedestres

A faixa elevada para travessia, exemplificada na Figura 11, é utilizada para facilitar o acesso de pedestres e cadeirantes. Recomenda-se a consulta às diretrizes, posicionamento e dimensionamento de faixas elevadas na legislação específica do órgão de trânsito.

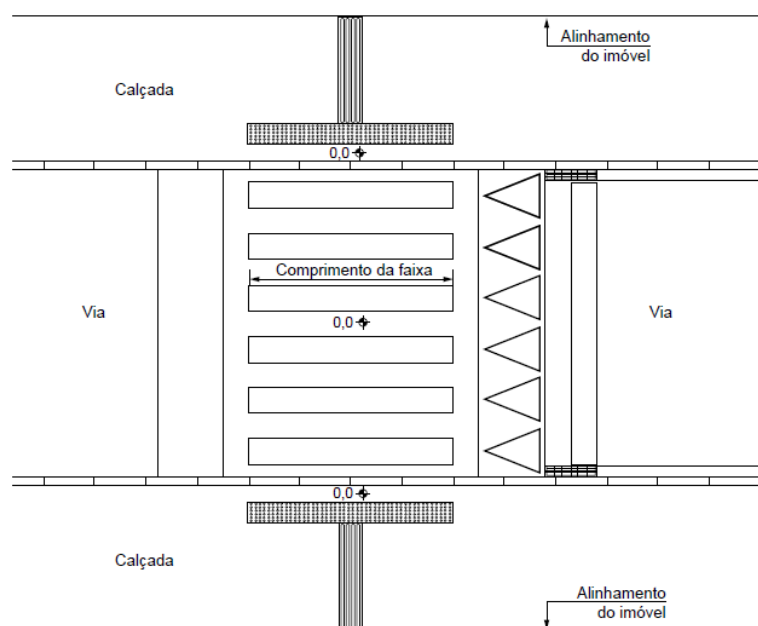


Figura 11: Faixa elevada para travessia - Exemplo - Vista superior.
Fonte: ABNT NBR 9050 (2015).

2.1.8. SANITÁRIOS E VESTIÁRIOS

As regras quanto aos sanitários e vestiários devem obedecer aos parâmetros abaixo descritos e demais informações da norma **ABNT NBR 9050**. Sendo aos espaços, peças e acessórios imprescindíveis à aplicação de conceitos de acessibilidade.

Regras gerais para sanitários e vestiários acessíveis:

- A. Em relação aos sanitários PCD, a **Lei nº 10.098:2000** estabelece, no art. 6, que em locais de uso público – praças, parques, jardins, espaços livres - os sanitários existentes ou a construir, deverão ser acessíveis e dispor de ao menos, um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da **ABNT NBR 9050** (BRASIL, 2000, Art.6);
- B. Dos 5% do total de cada peça instalada acessível, quando houver divisão por sexo, as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo;
- C. Os sanitários e vestiários acessíveis devem estar localizados em rotas acessíveis, próximos a circulações verticais, evitando locais isolados. Também devem ser sinalizados conforme seção 5, da norma **ABNT NBR 9050**;
- D. Devem possuir entrada independente, de modo a possibilitar o acompanhamento de pessoas de sexo oposto;

- E. Recomenda-se em locais de prática esportiva, que as peças acessíveis como chuveiros, bacias sanitárias, lavatórios e bancos estejam integradas às demais baterias de banheiros;
- F. Devem ser instalados dispositivos de emergência;
- G. As dimensões de sanitários, vestiários e boxes acessíveis, devem seguir as dimensões, posicionamento das peças e os parâmetros de acessibilidade, conforme os “itens 7.5, 7.6, 7.7, 7.8, 7.11, 7.12 e 7.14”, da norma **ABNT NBR 9050**;
- H. Os lavatórios, suas fixações e ancoragens devem atender no mínimo aos esforços previstos nas **ABNT NBR 15097-1** e **ABNT NBR 15097-2**.

Regras gerais para sanitários e vestiários não acessíveis:

- A. Sanitários familiares são opcionais em equipamentos urbanos;
- B. Recomenda-se a instalação de um boxe comum com barras de apoio para uso de pessoas com mobilidade reduzida e instalação de bacia infantil para uso de pessoas com baixa estatura e crianças, “item 7.10.2”, da norma **ABNT NBR 9050**;
- C. Os boxes comuns devem ter vão livre mínimo de 0,80m e conter área livre com no mínimo 0,60m de diâmetro. Recomenda-se que as portas abram para fora, para facilitar socorro à pessoa, caso necessário. (Figura 12).

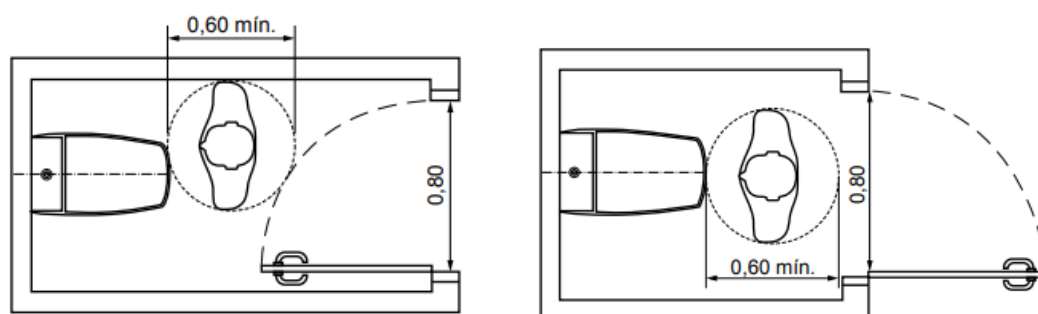


Figura 12: Boxe comum, portas abrindo para o interior ou exterior.
Fonte: ABNT NBR 9050 (2015).

- D. Os lavatórios devem ter no mínimo uma cuba com superfície superior entre 0,78m e 0,80m. Há a possibilidade de instalação de barras de apoio, conforme “item 7.8.1” da norma **ABNT NBR 9050**;
- E. Os lavatórios, suas fixações e ancoragens devem atender no mínimo aos esforços previstos nas **ABNT NBR 15097-1** e **ABNT NBR 15097-2**;
- F. As dimensões mínimas dos boxes de chuveiros devem ser de 0,90 m x 0,95 m;

- G. A instalação de mictórios deve atender a área de aproximação⁹, conforme Figura 13. Deve ser equipado com válvula de mictório, preferencialmente com fechamento automático e atendendo a todos os requisitos da **ABNT NBR 13713**.

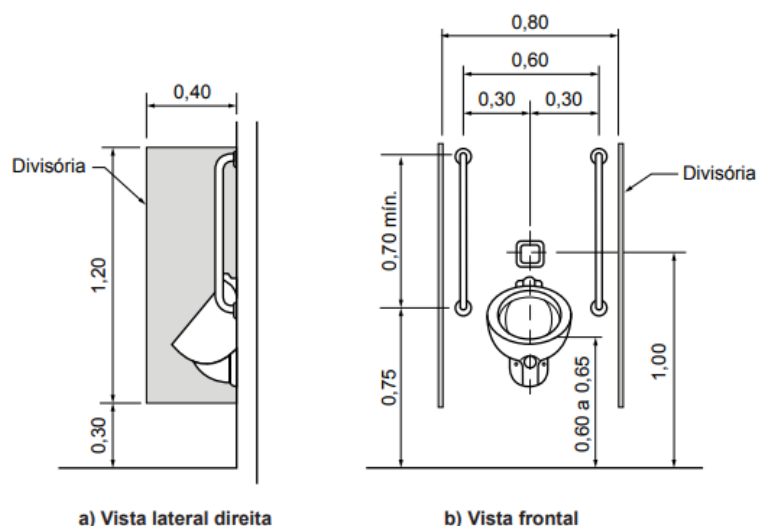


Figura 13: Instalação de mictório suspenso, vista frontal e lateral. Dimensões em metros.
Fonte: ABNT NBR 9050 (2015).

- H. As dimensões de cabines de vestiários, dimensões e posicionamento de acessórios devem seguir os parâmetros, conforme os “itens 7.11, 7.12 e 7.14”, da norma **ABNT NBR 9050**.

2.1.9. ESTACIONAMENTOS

Regras gerais para vagas reservadas:

- A. Nos estacionamentos devem ser previstas duas categorias para a reserva de vagas, sendo: para os veículos conduzidos por idosos e para os veículos conduzidos por pessoas com deficiência. Ambas as categorias devem ser sinalizadas conforme **Resolução nº 236/07, do Contran**, e “item 5.5.2”, da norma **ABNT NBR 9050**;
- B. As vagas reservadas devem contar com espaço adicional de no mínimo 1,20m de largura, quando afastadas da faixa de travessia de pedestres;
- C. As vagas reservadas devem estar vinculadas às rotas acessíveis do Parque e possuir pavimentação regular e estável;

⁹ Espaço sem obstáculos, destinado a garantir manobra, deslocamento e aproximação de todas as pessoas, para utilização de mobiliário ou elemento com autonomia e segurança (ABNT NBR 9050)

- D. O percentual de vagas reservadas para pessoas com deficiência ou idosos, deve ser definido conforme as **Resoluções nº303/08 e 304/08, do Contran**.

Regras gerais para vagas de uso geral:

- A. As vagas de uso geral devem seguir o dimensionamento, posicionamento angular, sinalizações, áreas de manobra e demais detalhes expressos na **Resolução nº 236/07, do Contran**;
- B. A quantidade de vagas necessárias dependerá do porte e funcionalidade do parque.

2.2.EQUIPAMENTOS

2.2.1. MOBILIÁRIO URBANO¹⁰

Segundo a **ABNT NBR 9050**, todos os mobiliários urbanos devem atender aos princípios do desenho universal¹¹ e os parâmetros de acessibilidade, proporcionando a todos os usuários segurança e autonomia em seu uso.

Regras Gerais:

- A. No mínimo 5% do total de mesas destinadas a jogos ou refeições, devem atender ao descrito no “item 9.3” da referida norma. Recomenda-se também, que pelos menos 10% sejam adaptáveis para acessibilidade;
- B. Todos os mobiliários urbanos devem assegurar dimensão e espaços apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade dos usuários, conforme “seção 4”, da **ABNT NBR 9050**;
- C. Devem ser escolhidos mobiliários que não se caracterizem como obstáculos suspensos e não que não possuam arestas ou quaisquer saliências cortantes ou perfurantes;
- D. Devem ser implantados junto às rotas acessíveis e longe da faixa livre de circulação;
- E. Os mobiliários urbanos suspensos do chão entre 0,60m e 2,10, devem apresentar piso tátil de alerta em seu entorno;

10 Conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga. (ABNT NBR 9050:2015).

11 Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva. (ABNT NBR 9050:2015).

- F. Os mobiliários urbanos e mobiliários como telefones públicos, bebedouros, lixeiras, assentos, balcões de informação, bilheterias, mesas, podem ter suas descrições e dimensionamentos melhor descritos nos “itens 8.3, 8.5.2, 8.6, 8.9” e “seção 9”, da ABNT NBR 9050.

2.2.2. QUADRAS E CAMPOS DE FUTEBOL

É recomendado que a orientação para o posicionamento de quadras descobertas e campos de futebol, respeitando a insolação, sejam sempre leste – oeste e que sejam protegidas em seu entorno com redes, telas, alambrados ou cercas de proteção, com altura mínima de 2,20m.

Quadras

A escolha da tipologia das quadras dependerá da finalidade e proporção dos ambientes esportivos do Parque. As quadras poliesportivas são eficientes, pois se mostram como opção para a prática de diversos esportes.

Regras Gerais:

- A. A implantação das quadras ocupam espaços variáveis. As medidas oficiais que poderão ser utilizadas em projeto são:
- a. Mini quadra (infantil): 4x8m; 5x10m
 - b. Quadra pequena: 10x18x5,5m
 - c. Quadra mediana: 14x28x5,5m
 - d. Quadra grande: 18x33x6m
 - e. Quadra Poliesportiva: 21x42x7m
 - f. Quadra para Atletismo (ligeiro): 30x60x8m
- B. Em relação aos revestimentos das quadras é importante que eles tenham características quanto à acessibilidade e segurança, sejam resistentes aos agentes atmosféricos - como chuvas e raios UV e tenham índice de baixa manutenção;
- C. Para quadras infantis, é recomendado o uso revestimentos que tenham segurança química dos materiais em sua composição, absorção de impactos e que sejam antiderrapantes.

Campo de futebol

Para campos de futebol profissional ou futebol *society*, a Federação Internacional de Futebol - FIFA tem dimensões padronizadas, para que haja maior isonomia entre os atletas.

Regras Gerais:

- A. Para campos de futebol profissional a FIFA prevê dimensões mínimas de 45m x 90m, e máximas de 90m x 120m.
- B. Para campos de futebol *society* prevê:
 - a. cinco jogadores: dimensões mínimas 15m x 25m e máximas de 25m x 42m;
 - b. sete jogadores: dimensões mínimas 25m x 45m e máximas de 35m x 55m.
- C. Para outras modalidades de futebol *society*, como o de 6, 8 e 9, a FIFA não possui regulamentação de tamanhos mínimos e máximos, mas se tem como convenção os seguintes valores:
 - a. Futebol seis: 20m x 40m até 25m x 45m;
 - b. Futebol oito: 30m x 50m até 40m x 60m;
 - c. Futebol nove: 40m x 60m até 50m x 80m.
- D. É recomendável seguir algumas das dimensões descritas acima;
- E. Em relação aos revestimentos das quadras é importante que eles tenham características quanto a acessibilidade e segurança, sejam resistentes aos agentes atmosféricos - como chuvas e raios UV e tenham índice de baixa manutenção.

2.2.3. PLAYGROUND

Em relação aos Playgrounds, é indispensável à leitura, compreensão e aplicação dos requisitos mínimos de segurança estabelecidos na norma **ABNT NBR 16071-1:2012 - Playgrounds**. A publicação está dividida em 7 (sete) partes, que juntas estabelecem diversas orientações para proporcionar a segurança dos brinquedos, dos locais de instalação, além de orientar sobre inspeção, manutenção e utilização do *playground*.

Regras Gerais:

- A. Os *playgrounds*, propostos no projeto do parque, deverão ser equipados também com brinquedos adaptados às crianças com deficiência ou com mobilidade reduzida. Conforme a **Lei 13.443:2017**, no art.1, parágrafo único, fica estabelecido que no mínimo 5% (cinco por cento) dos brinquedos existentes em espaços de uso público, devem ser implantados e identificados para possibilitar a sua utilização por pessoas com deficiência, incluindo deficientes visuais, ou pessoas com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2017);
- B. Para áreas de recreação infantil, é recomendado o uso de revestimentos que tenham segurança química dos materiais em sua composição, absorção de impactos de quedas e que sejam antiderrapantes;

- C. Acidentes comprovadamente decorrentes da má escolha de materiais e/ou equipamentos podem ser considerados responsabilidade do autor do projeto;
- D. Todos os equipamentos devem ser adquiridos com padrão de segurança e qualidade certificada.

2.2.4. ACADEMIAS AO AR LIVRE

Em relação as academias ao ar livre, propostas no projeto do Parque, elas deverão ter como objetivo o fomento da prática regular de atividade física pela população e garantir a acessibilidade para todos. Deste modo, se implantadas, deverão ser equipadas com aparelhos de ginástica adaptados às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, como previsto em lei.

Regra Geral:

- A. A **Lei nº 13.443:2017, no art.1**, parágrafo único, estabelece que no mínimo 5% (cinco por cento) dos equipamentos de lazer existentes em espaços de uso público, devem ser implantados e identificados para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, incluindo deficientes visuais, ou pessoas com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2017);
- B. Para áreas de academia ao ar livre, é recomendado o uso de revestimentos que tenham segurança e que proporcionem a acessibilidade universal;
- C. Todos os equipamentos devem ser adquiridos com padrão de segurança e qualidade certificada.

2.2.5. VEGETAÇÃO

As rotas acessíveis devem ter garantia de passeio livre, ou seja, os elementos de vegetação (ramos, raízes, plantas, entouceiradas, galhos de arbustos e de árvores) e suas proteções (muretas, grades ou desníveis), devem garantir essa premissa.

Regras Gerais:

- A. No caso das áreas drenantes da vegetação invadirem as circulações, é recomendável a previsão para instalação de grelhas de proteção, niveladas com piso adjacente. As diretrizes para instalação das grelhas devem ser consultadas no “item 6.3.5”, da norma **ABNT NBR 9050**;
- B. Nas áreas adjacentes às rotas de circulação de pedestres, a vegetação **não** pode apresentar as seguintes características:
- C. Espinhos ou outras características que possam causar ferimentos;

- D. Raízes que prejudiquem o pavimento;
- E. Princípios tóxicos perigosos.

2.2.6. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE ECOLÓGICA

Uma das características comuns às áreas de Fundo de Vale é a presença de recursos hídricos, o que aponta para a existência de Áreas de Preservação Permanente (APP), portanto é fundamental que os projetos sigam as diretrizes estabelecidas pela **Lei nº 12.651/2012**.

Regras Gerais:

- A. A vegetação situada em APP deverá ser mantida e, em caso de supressão da vegetação, o possuidor ou ocupante é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos na **Lei nº 12.651/2012**;
- B. A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em APP somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, conforme previsto na **Lei nº 12.651/2012**.

2.2.1. PÓRTICO – PROJETO PARQUES URBANOS

O parque urbano é um instrumento que integra o meio ambiente à dinâmica da cidade de forma harmônica e desperta nos usuários o interesse pela preservação, proporcionando qualidade vida, áreas de lazer, segurança ambiental e sustentabilidade dos recursos disponíveis.

Dada a importância do parque no contexto urbano, a implantação de um pórtico para sua identificação é fundamental, pois além sinalizar os pontos de acesso, é uma referência na paisagem. Deste modo, esse elemento será utilizado como símbolo de proteção dos fundos de vale, por intermédio do Programa Paraná Mais Verde, através do projeto de **Parques Urbanos**.

Como item **obrigatório** para a participação no programa, os municípios deverão implantar no **acesso principal** do parque, um pórtico cujo projeto será disponibilizado pela equipe de Projetos Especiais. E, seguindo os conceitos de sustentabilidade, o projeto de pórtico a ser encaminhado aos municípios, propõe que os materiais utilizados sejam provenientes de recursos e insumos disponíveis na região, desde que respeitem as condições estipuladas em projeto.

2.2.2. OUTROS EQUIPAMENTOS

Em caso de construção de outros equipamentos, não descritos neste roteiro, como exemplo, pistas de skate, recomenda-se a realização de estudos específicos, elaborados diretamente por profissionais habilitados.

PARTE III

3. DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA

A análise da documentação apresentada será realizada em duas etapas: **técnica e jurídica**. A análise técnica avaliará a viabilidade das soluções apresentadas em projeto e a análise jurídica avaliará sua regularidade, conforme as condições estabelecidas pelo programa. Deste modo, o município realizará as seguintes etapas até a assinatura do convênio:

- **Etapla Preliminar**

Para dar início ao processo de solicitação de repasse de recurso financeiro, o município deverá formalizar o requerimento, por meio do encaminhamento de ofício e demais documentos solicitados nos **itens 3.1.1 e 3.1.2** para o Setor de Projetos Especiais, do Instituto Água e Terra (projetos@iat.pr.gov.br) ou pela abertura de processo no **sistema e-protocolo**, direcionando-o para o órgão: IAT – INSTITUTO ÁGUA E TERRA, local: IAT/DISAR/GEBH/DGB/ Projetos Especiais - destinatário: Tatiana Arquiteta.

As prefeituras que não possuem projeto específico para a área de intervenção, poderão encaminhar ou anexar no processo digital apenas o ofício solicitando a participação na ação dos Parques Urbanos do Programa Paraná Mais Verde. Entretanto, para a análise e prosseguimento das etapas, deverá dedicar-se a elaboração do projeto e o encaminhamento do mesmo para o e-mail do Setor de Projetos Especiais.

OBSERVAÇÃO: Ressaltamos, que como a abertura dos procedimentos administrativos são somente em meio digital, dessa forma, os documentos listados devem ser anexados ou entregues em **formato .PDF**, para abertura do protocolo.

- **Etapla 01: Análise Técnica**

Setor de Projetos Especiais

Análise técnica de projeto: o setor analisará primordialmente a viabilidade de implantação do equipamento, de acordo com as diretrizes normativas apresentadas na “Parte II” deste guia. Entretanto, fica facultado à equipe recomendações quanto às intervenções e soluções apresentadas em projeto. Após a análise o setor encaminhará via e-mail o parecer técnico, elucidando ou não alterações em projeto, juntamente com o projeto executivo do portal a ser obrigatoriamente implantado no parque. Com o parecer favorável da equipe de projetos especiais que o processo tramitará para o setor de outorga.

Diretoria de Outorga

Análise técnica de utilização dos recursos hídricos: o setor responsável pela outorga analisará os projetos que fizerem uso do corpo hídrico presente na área de implantação do parque. Primordialmente serão analisadas as intervenções que alterem a quantidade ou qualidade do recurso, bem como a sua viabilidade de captação. Após análise e parecer favorável do setor de

outorga, o município deverá abrir um novo processo para o licenciamento ambiental via SGA – Sistema de Gestão Ambiental (www.sga.pr.gov.br), encaminhando todos os documentos solicitados, inclusive o parecer de aprovação dos setores de projetos especiais e outorga.

Diretoria de Licenciamento

Análise técnica de impacto ambiental com a implantação do equipamento: o setor responsável pelo licenciamento ambiental analisará as intervenções que serão realizadas na área de implantação do parque, de modo a atestar sua viabilidade ambiental e estabelecer os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos pelas prefeituras. Após o parecer técnico favorável à Licença Ambiental, o município deverá encaminhar o mesmo ao setor de Projetos Especiais do Instituto Água e Terra, juntamente a documentação exigida no **item 3.2.1** para a análise da Assessoria Jurídica.

▪ Etapa 02: Análise Jurídica

Após a conclusão da análise técnica, emissão dos respectivos pareceres e documentação exigida no **item 3.2.1**, o setor de Projetos Especiais do Instituto Água e Terra, encaminhará o processo via e-protocolo para o setor de Assessoria Jurídica, onde deverá acontecer a análise da documentação entregue e posterior assinatura do Convênio.

Como forma de auxiliar a verificação da documentação a ser apresentada e analisada, o setor de Projetos Especiais juntamente com as diretorias de Outorga, Licenciamento e a Assessoria Jurídica, elaboraram uma listagem que contempla todas as características de projeto e documentação a serem verificadas nas etapas técnica e jurídica.

IMPORTANTE: Todos os itens deverão ser plenamente atendidos, a ausência de informações e/ou documentos inviabiliza o prosseguimento do processo administrativo.

3.1. DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA – ETAPA 01

3.1.1. ANÁLISE TÉCNICA: SETOR DE PROJETOS ESPECIAIS

DESCRIÇÃO DA ÁREA

Deve conter a descrição de parâmetros básicos, que permitam que o corpo técnico responsável pela análise do projeto se inteire rapidamente das principais informações a respeito das pretensões para o Parque Urbano.

A descrição deve ser breve e sucinta, apresentando informações consideradas pertinentes ao entendimento do projeto.

É INDISPENSÁVEL:

- A. Breve caracterização do município (região, número de habitantes etc.);
- B. Localização do Empreendimento (principal via de acesso etc.);
- C. Área total do terreno;
- D. Levantamento fotográfico;
- E. Breve descrição do corpo hídrico presente;
- F. Caso o projeto solicite o uso do corpo hídrico presente na área de implantação do projeto, deverão ser descritas obrigatoriamente as seguintes informações: origem da captação - rio, córrego, mina ou nascente -, vazão (m³/h) do corpo hídrico de onde se pretende captar o recurso, dimensão em m³ da estrutura (lagos, lagoas, lâmina/espelho d'água, entre outros) e sua localização pontuada por coordenadas UTM.
- G. Público estimado (atende a toda a cidade, atende a um bairro etc.);
- H. Atividades previstas (caminhada, quadra de esportes etc.);
- I. Função Ecológica (retenção de cheias, preservação da vegetação etc.);
- J. Função Social.

IMPORTANTE: A descrição não deverá ultrapassar o limite máximo de **três** páginas e deverá ser completamente voltada ao projeto, sendo dispensado o uso de definições e revisão bibliográfica.

PLANTA DE SITUAÇÃO

A Planta de Situação deve conter informações que permitam analisar as condições de implantação do projeto como: entorno imediato, principais vias de acesso, pontos de referência, indicação de norte e escala.

Deverá ser apresentada em escala compatível, que possibilite visualizar todas as informações nela existentes, em prancha formato A1, em meio digital e formato PDF.

É INDISPENSÁVEL:

- A. Indicação do norte;
- B. Indicação da escala de projeto;
- C. Legenda;
- D. Carimbo¹² com informações técnicas;
- E. Nome das ruas adjacentes;

¹² Ver **Anexo I** informações básicas que devem estar presentes no carimbo.

- F. Indicação de pontos de referência do entorno;
- G. Área de Preservação Permanente;
- H. Identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;

PLANTA DO PARQUE

A Planta do Parque deve trazer informações que permitam uma análise completa do projeto, portanto, deverá ser apresentada em nível de anteprojeto.

Deverá ser apresentada em escala compatível, que possibilite visualizar todas as informações nela existentes, em prancha formato A1, em meio digital e formato PDF.

É INDISPENSÁVEL:

- A. Indicação do norte;
- B. Indicação da escala de projeto;
- C. Legenda;
- D. Carimbo com informações técnicas;
- E. Nome das ruas adjacentes;
- F. Indicação dos acessos (principais e secundários) e apontar um desses acessos que receberá o portal que o Estado fornecerá o projeto;
- G. Massas vegetais e paisagismo (a permanecer, a remover, a plantar);
- H. Identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;
- I. Topografia;
- J. Indicação de taludes;
- K. Indicação de pavimentação e forrações;
- L. Indicação da taxa de impermeabilidade;
- M. Pontos de iluminação pública;
- N. Localização do mobiliário urbano (bancos, lixeiras, bicicletários etc.);
- O. Localização de equipamentos públicos (quadra, parquinho etc.);
- P. Indicação de cercas e muros (caso houver);
- Q. Indicação de rampas e porcentagem de inclinação;
- R. Indicação dos pontos de sinalização e comunicação visual;
- S. Cotas.

Caso necessário, poderão ser utilizadas mais de uma prancha para a apresentação das informações listadas.

PROJETOS ESPECÍFICOS

Alguns parques podem apresentar características diferenciadas, como ambientes construídos para atendimento aos visitantes, passarelas, pontes, restaurantes, bibliotecas, lagoas, lâminas/espelho d'água ou outras estruturas que não podem ser avaliadas apenas com as informações solicitadas em planta. Para estes casos, será necessária a apresentação de desenhos complementares:

- A. Planta das estruturas a construir, em escala não maior que 1:75 ¹³;
- B. Ao menos 01 (um) corte das estruturas a construir, em escala não maior que 1:75.
- C. Ressaltamos a importância da presença de informações técnicas básicas ao entendimento dos projetos específicos, como: cotas, indicação de escala, pavimentação, entre outros.

IMAGENS

A apresentação de referências, partido do projeto e figuras retiradas da modelagem 3D **são opcionais**, mas podem ser apresentadas caso contribuam para o bom entendimento do projeto.

MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA

A apresentação do memorial com descrição de todas as etapas necessárias para a execução do projeto é fundamental para garantir padrões mínimos de qualidade durante a etapa de execução e deverá ser elaborado por técnico habilitado.

Devem estar descritas as atividades desde a limpeza inicial do terreno até a instalação de mobiliário urbano e comunicação visual.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA: QUANTITATIVOS E CUSTOS

A planilha orçamentária a ser apresentada deverá ser desenvolvida sobre base de preço existente, atualizada e desenvolvida por instituição pública. Caso algum item pretendido não conste em planilha existente, o município deverá desenvolver uma Tabela de Preço Composto, cotando três orçamentos de diferentes fornecedores que deverão ser apresentados juntamente aos demais documentos, a fim de garantir a transparência ao processo licitatório.

OBSERVAÇÃO: Caso haja necessidade a correta compreensão e análise do projeto, poderão ser solicitadas informações ou documentações complementares por parte do setor, devidamente designadas e fundamentadas em parecer técnico.

¹³ Caso a planta do parque já esteja em escala menor ou igual a 1:250 não será necessária nova planta das estruturas a construir.

3.1.2. ANÁLISE TÉCNICA: SETOR DE OUTORGA

Caso esteja prevista na implantação do projeto do parque a captação de água superficial ou subterrânea (construção de lagos, lagoas, espelho ou lâminas d'águas, entre outros) ou outros usos, o município deverá apresentar os documentos exigidos para o cadastramento e/ou emissão de outorga de direito de uso desses recursos.

A Resolução SEMA nº039/2004, enquadra os usos dos recursos hídricos, considerados insignificantes e que independem de outorga, mas obrigatoriamente dependem de cadastro no setor de outorga, junto ao Instituto Água e Terra - IAT.

SOLICITAÇÃO DO CADASTRO DE DISPENSA DE OUTORGA, NO CASO DE CAPTAÇÃO SUPERFICIAL:

- A. Preenchimento do formulário: RUIO - Requerimento para Cadastro de Uso Independente de Outorga, indicando a opção CADASTRO DE USO INDEPENDENTE DE OUTORGA.
- B. Localização do ponto de captação de água superficial em mapa, preferencialmente publicado por entidade oficial, com escala entre 1:25.000 e 1:50.000, com a indicação da escala, da nomenclatura, da data de publicação e do autor.
- C. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do CNPJ (quando o requerente de outorga for Pessoa Jurídica) ou do CPF (quando o requerente de outorga for Pessoa Física) extraído via internet do site da Receita Federal;

OBSERVAÇÃO: Para outras formas de utilização do recurso hídrico, a documentação necessária deverá ser consultada no site do Instituto água e Terra (www.iat.pr.gov.br).

SOLICITAÇÃO DE OUTORGA PRÉVIA, NO CASO DE CAPTAÇÃO SUPERFICIAL:

- A. Preenchimento do formulário: RCA - Requerimento para Captação Requerimento, indicando outorga prévia;
- B. Localização do ponto correspondente à captação de água superficial em mapa preferencialmente publicado por entidade oficial, com escala entre 1:25.000 a 1:50.000, com a indicação da escala, da nomenclatura, da data de publicação e do autor.
- C. Caso o empreendimento ou atividade se localize em área urbana municipal, anexar a Certidão da Prefeitura Municipal (original ou cópia autenticada) declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividades estão em

conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo e à proteção do meio ambiente.

- D. Projeto técnico de irrigação (quando a finalidade da captação for irrigação).
- E. Projeto técnico de aquicultura (quando a finalidade da captação for aquicultura).
- F. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do CNPJ (quando o requerente de outorga for Pessoa Jurídica) ou do CPF (quando o requerente de outorga for Pessoa Física) extraído via internet no sítio da Receita Federal: www.receita.fazenda.gov.br
- G. Comprovante do recolhimento do emolumento

IMPORTANTE: Para informações como: documentação necessária para outras formas de utilização do corpo hídrico, formulários de requerimento e suas orientações de preenchimento, documentação completa exigida para a análise, emissão ou cadastramento de outorga poderão ser acessadas através do site do Instituto Água e Terra: www.iat.pr.gov.br.

Caso haja necessidade a correta compreensão e análise do projeto, poderão ser solicitadas informações ou documentações complementares por parte do setor, devidamente designadas e fundamentadas em parecer técnico.

Ressaltamos que, quando for o caso, o município deverá solicitar a Outorga de Direito de Uso do recurso hídrico junto ao Instituto das Águas do Paraná, antes do início da fase de operação do parque obrigatoriamente. O documento não é condicionante para a assinatura do convênio, mas é indispensável para o funcionamento do Parque.

3.1.3. ANÁLISE TÉCNICA: SETOR DE LICENCIAMENTO

Os municípios que tiverem empreendimentos contemplados no Programa Paraná Mais Verde, por meio do projeto de Parques Urbanos – Fundo de Vale e que eventualmente não possuem licença ambiental deverão requerer a mesma através do portal SGA – Sistema de Gestão Ambiental. Especificamente para o programa citado, os requerentes deverão solicitar a Licença Ambiental Simplificada - LAS.

Uma vez solicitada a LAS o requerente deverá apresentar a seguinte documentação para procedimento de abertura do processo e análise por parte dos técnicos do setor de licenciamento.

- A. Requerimento de Licenciamento Ambiental - RLA;
- B. Cadastro de Obras Diversas - COD;
- C. Prova de publicação da súmula do pedido de Licença Ambiental Simplificada em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

- D. Certidão do município ou documento equivalente, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, conforme modelo apresentado no [Anexo II](#);
- E. Decreto Municipal declarando que o empreendimento e as obras de implantação do mesmo são de utilidade pública e interesse social;
- F. Matrícula ou Transcrição do imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis, atualizada, máximo de 90 dias, ou caso a matrícula ou transcrição esteja em nome de terceiros, anexar escritura pública de compra e venda ou lei municipal de doação;
- G. Documentação complementar do imóvel se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais, conforme Artigo 46 da Resolução CEMA 065/2008;
- H. Declaração do Instituto Água e Terra - IAT, onde consta que o projeto de implantação do empreendimento foi analisado por equipe técnica (setor de projetos especiais) e cumpre todos os requisitos técnicos necessários para sua implantação;
- I. Portaria de Outorga para utilização de recursos hídricos quando for o caso de: poços artesianos, canalização de corpo hídrico, barramento de corpo hídrico, lançamento de efluentes líquidos tratados em corpo hídrico ou galeria de águas pluviais. Para lançamento de águas pluviais em galerias ou corpos hídricos, poderá ser dispensada a outorga conforme normativos do órgão IAT a ser emitida pelo mesmo;
- J. Apresentação de relatório fotográfico, contendo no mínimo 10 (dez) fotografias, visando à caracterização do imóvel, bem como imagem de satélite com localização do imóvel/empreendimento, sendo aceitas imagens obtidas nos sites de consulta pública, tais como *Google Maps* ou *Google Earth*;
- K. Carta de viabilidade do empreendimento ou documento equivalente da concessionária de água e esgoto;
- L. Quando não existir viabilidade para atendimento do empreendimento através de rede coletora de esgoto (SANEPAR ou concessionária), deverá ser apresentado o Teste de Percolação conforme NBR 13.969/1997, cujos requisitos para sua elaboração devem contemplar, no mínimo:
 - a. 01(um) teste de percolação para cada 6.000,00 m² de terreno, com profundidade mínima de 3,00 m, conforme método de ensaio anexo.
 - b. Para terrenos com área inferior a 18.000,00 m², deverão ser executados no mínimo 03 (três) testes.

- c. Para cada teste deverá ser apresentado o resultado gráfico do ensaio de capacidade de absorção do solo, e o respectivo coeficiente de infiltração.
 - d. Deverá ser apresentado um relatório de percolação, no qual o responsável técnico informará: área do empreendimento, relevo, vegetação, tipo de solo encontrado e a conclusão técnica sobre a possibilidade ou impossibilidade da utilização do sistema composto por fossa séptica e sumidouro.
 - e. Deverá ser apresentado um croqui com a localização das valas de percolação.
- M. Plano de Controle Ambiental Simplificado, conforme Termo de Referência apresentado no [Anexo III](#).

IMPORTANTE: Todos os documentos (laudos, testes, plantas, levantamentos, relatórios, informações, etc.) devem ser encaminhados com assinatura do técnico responsável habilitado, constando o nome, qualificação, registro profissional, endereço e telefone para contato, com emissão de ART/RRT devidamente registrada no Conselho de Classe correspondente;

Nos procedimentos de licenciamento em que haja necessidade de supressão de vegetação, o pedido de Autorização Florestal deverá ser protocolado em procedimento próprio, devendo obrigatoriamente ser analisado em conjunto com o licenciamento do empreendimento, visando avaliação integrada;

Caso haja necessidade o IAT poderá solicitar outros documentos e informações complementares, de acordo com as particularidades do imóvel e/ou do empreendimento objeto do licenciamento, mediante parecer técnico devidamente fundamentado;

3.2. DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA – ETAPA 02

3.2.1. ANÁLISE JURÍDICA: ASSESSORIA JURÍDICA

Após aprovação e parecer favorável em relação ao projeto pelas equipes técnicas responsáveis pela Etapa 01, o município deverá seguir com os trâmites para a assinatura do Convênio com a Assessoria Jurídica, o qual exige a apresentação da seguinte documentação:

- A. Comprovação de que o responsável pela assinatura do Convênio detém competência para este fim específico (cópia da ata de posse do Prefeito Municipal);
- B. Comprovação, por parte do Município, de previsão orçamentária da contrapartida (correspondente aos recursos que serão empregados pelo Município na realização da obra);
- C. Matrícula autenticada e atualizada do imóvel, demonstrando seu domínio;

- D. Plano de Trabalho detalhado;
- E. Informação das metas a serem atingidas com o Convênio (as quais poderão constar no Plano de Trabalho);
- F. Justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para aquilatação da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do Convênio;
- G. Especificação das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada;
- H. Orçamento detalhado em planilhas, como mencionado no item 3.7 deste guia;
- I. Plano de aplicação dos recursos;
- J. Cronograma de desembolso;
- K. Parecer da área técnica a respeito do Convênio, atestando a viabilidade técnica e a adequabilidade econômica do empreendimento proposto;
- L. Ato de designação do gestor e do fiscal do convênio;
- M. Adoção da minuta de Convênio previamente aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado;
- N. Autorização do Chefe do Executivo Estadual;

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- A. Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal, inclusive, quanto aos débitos e às contribuições previdenciárias;
- B. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual do Paraná
- C. Certidão de Regularidade com o FGTS;
- D. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- E. Certidão Liberatória do TCE/PR;

Exigências da Lei Complementar nº101/200 (LRF):

- A. Comprovação, por parte do Município, de que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos (Certidão Negativa para Transferências Voluntárias - SEFA);
- B. Comprovação, por parte do Município de cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde (Certidão Liberatória do TCE/PR14);

¹⁴ Conforme art. 1º da Lei Estadual n.º 16.987/2011; artigos 289 e seguintes do Regimento Interno do TCE/PR; art. 1º da Instrução Normativa n.º 68/2012 do TCE/PR.

- C. Comprovação, por parte do Município, de observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal (Certidão Liberatória do TCE/PR15)

Documentação Técnica:

- A. Descritivo da área, projeto básico e memorial descritivo, como mencionados nos itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.6 deste guia;
- B. ART ou RRT de todos os documentos técnicos;
- C. Cronograma Físico-Financeiro detalhado da obra;
- D. Orçamento da obra detalhado em planilhas que expressem a composição dos custos unitários;
- E. Autorização dos órgãos envolvidos, **no que couber**;

Consulta prévia obrigatória:

- A. Consulta ao CADIN do Estado do Paraná, observadas, quando for o caso, as hipóteses do art. 3º, parágrafo único, inc. II, da Lei Estadual nº 18.466/2015.
- B. Requisitos mínimos do Plano de Trabalho;
- C. Identificação do objeto a ser executado;
- D. Indicação das metas a serem atingidas;
- E. Indicação das etapas ou fases de execução;
- F. Plano de aplicação dos recursos financeiros;
- G. Cronograma de desembolso;
- H. Previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas.

¹⁵ Conforme art. 1º da Lei Estadual n.º 16.987/2011; artigos 289 e seguintes do Regimento Interno do TCE/PR; art. 1º da Instrução Normativa n.º 68/2012 do TCE/PR.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de promover e incentivar a conservação do meio ambiente e a recuperação de áreas degradadas, o **Programa Estadual Paraná Mais Verde, por meio do projeto Parque Urbanos** salienta a indispensável contrapartida dos municípios em relação ao planejamento, ordenação e manutenção do parque, visto que a liberação de recursos financeiros por parte do governo estadual torna-se subsídio exclusivo à implantação do mesmo.

É fundamental salientar que, os espaços públicos necessitam de atenção especial, uma vez que estão à mercê da dinâmica das cidades. Desta forma, os estudos prévios de impactos positivos ou negativos, originados por este equipamento deverão ser mensurados.

Quanto à segurança nas dependências e entorno imediato do parque, deverão ser consideradas as áreas de pouca permanência, os conflitos no fluxo de deslocamentos, as áreas com vegetação densa, entre outros. O parque como um equipamento público poderá estar sujeito a ações de vandalismo, inibindo suas funções primordiais de conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida dos seus usuários.

Recomenda-se que incorporado à implantação do parque, seja elaborado pelo município um Plano de Manutenção, como instrumento de planejamento, onde deverão estar previstas ações preventivas e preditivas, quanto aos ativos, atividades, segurança e funcionamento do equipamento. Este item não será avaliado pela equipe de Projetos Especiais, porém reafirmamos sua importância para o prolongamento da vida útil do parque.

5. BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ESPAÇOS PÚBLICOS: DIAGNÓSTICO E METODOLOGIA DE PROJETO

Material desenvolvido com o objetivo de orientar profissionais e administração pública para elaboração de projeto e gestão dos espaços públicos de suas cidades. Também traz recomendações que auxiliam gestores públicos no desenvolvimento de editais de licitação, na definição do escopo de projetos e no acompanhamento das equipes contratadas.

DISPONÍVEL NO ENDEREÇO:

<http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf>

PROJETO CONCEITUAL DE URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO

Projeto Integrante do Plano Diretor de Drenagem da Bacia do Alto Iguaçu na Região Metropolitana de Curitiba, o documento apresenta o Projeto Genérico de Urbanização e Tratamento Paisagístico para Locais de Implantação de Medidas Estruturais de Controle de Enchentes, trazendo informações pertinentes ao projeto de Parques Urbanos em áreas de fundo de vale.

DISPONÍVEL NO ENDEREÇO:

http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/pddrenagem/volume4/SUD0104RP_WR129_P1.pdf

LEIS E NORMAS

A presença de Leis e Normas neste manual não dispensa a consulta à legislação, portanto, recomenda-se a leitura das leis e normas que versem a respeito dos tópicos presentes no projeto específico de cada município.

6. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2015.

_____. **NBR 16.071-1: Playgrounds**. 2012

BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**. 2012.

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. 2004.

CONTRAN. Resolução nº 236 de 11 de maio de 2007. **Dispõe sobre aprovação do Volume IV - Sinalização Horizontal, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito**. 2007.

CONTRAN. Resolução nº 303 de 18 de dezembro de 2008. **Dispõe sobre as vagas de estacionamento de veículos destinadas exclusivamente às pessoas idosas**. 2008.

CONTRAN. Resolução nº 304 de 18 de dezembro de 2008. **Dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção**. 2008.

GATTI, S. (org.). **Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto**. Coordenação do Programa Soluções para Cidades. Associação Brasileira de Cimento Portland – ABCP. 2013. 91 p. Disponível em: <<http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf>>.

GODIM, M. F. **Cadernos de desenho ciclovias**. COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2010/01/24%20-%20BRASIL_Caderno%20de%20Desenho_Ciclovias.pdf

MACEDO, S. S.; SAKATA, F.G. **Parques Urbanos no Brasil - Brazilian Urban Parks**. 2.ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial da Universidade de São Paulo, 2003 – [Coleção Quapá].

GLOSSÁRIO

Os conceitos apresentados a seguir foram retirados do manual **“ESPAÇOS PÚBLICOS: Diagnóstico e metodologia de projeto”**, coordenado pela Arquiteta Simone Gatti em 2013. Para mais informações e detalhes, recomendamos a leitura completa dele. O link de acesso está disponibilizado no tópico **“4. Referências”**.

Topografia

O levantamento topográfico planialtimétrico cadastral é a base para o início do projeto básico e deve ser realizado por profissional especializado. Com o levantamento topográfico em mãos, o projeto pode ser iniciado e a remodelação topográfica do terreno, caso necessária para melhor acessibilidade do usuário ou para criar planos e taludes, pode ser então planejada.

Vegetação existente

O levantamento da vegetação existente pode ser realizado pelo próprio topógrafo, amarrando o centro de cada espécie arbórea existente ao terreno. Deve ser feita a identificação das espécies por profissional especializado, que irá fornecer o nome científico e popular, o DAP (diâmetro na altura do peito) e suas condições fitossanitárias. Esta identificação permitirá o conhecimento do porte e das condições de cada planta, a fim de direcionar o projeto de paisagismo e as diretrizes possíveis de supressões e recomposição vegetal.

Drenagem

A identificação da drenagem na área do projeto permitirá avaliar como é realizado o escoamento das águas pluviais e qual sua contribuição para o sistema de drenagem existente, a fim de direcionar o projeto de drenagem superficial ou subterrânea, de acordo com a vazão, bem como identificar pontos de alagamento que precisam ser contidos. Por exemplo: Uma área de acúmulo de água devido à drenagem ineficiente pode ser minimizada com uso de pavimentos permeáveis. Contudo, a drenagem pode ser utilizada como um elemento da paisagem, aproveitando-se o uso de soluções técnicas como jardins de chuva ou canteiros de drenagem, tetos verdes, entre outros.

Edificações de apoio

Cada projeto deverá ser avaliado com a necessidade específica, eles devem conter banheiros públicos (que devem ser dimensionados de acordo com o tamanho do Parque e a quantidade de usuários), alguns deverão conter administração, posto policial e entre outros.

Lazer contemplativo: estar e convívio

São áreas destinadas à permanência, que deverão oferecer um ambiente agradável aos usuários, com conforto e segurança. As áreas de estar e convívio precisam ser reservadas das áreas de grande circulação ou de atividades específicas.

Lazer ativo: atividades recreativas e esportivas

São as áreas destinadas a atividades de uso específico de lazer e prática de esportes, como parquinhos, quadras esportivas, espaço para a prática de ginástica etc. Estes espaços normalmente precisam ser segregados dos demais por alguma barreira física, para garantir a segurança e o conforto dos que estão dentro e fora destas áreas. Contudo, podem-se utilizar elementos alternativos às grades e alambrados, que rompem a visibilidade do todo, tal como os desníveis, aproveitando a própria topografia do terreno, canteiros com vegetação, sistemas de drenagem superficial ou mesmo mobiliário urbano.

Circulação

As áreas de circulação devem ser planejadas em função da área envoltória e do melhor deslocamento do usuário dentro do espaço em si, de forma a não interferir nos demais usos. A acessibilidade universal deve ser garantida em toda a circulação, utilizando-se, quando necessário, rampas com inclinação adequada e corrimãos, como alternativa ou complemento ao uso de escadas.

Acessos

Os acessos devem ser planejados em função das áreas de circulação e da setorização de atividades como um todo e, sobretudo, em função das relações estabelecidas com o espaço circundante. Alguns espaços públicos são totalmente acessíveis às ruas e calçadas, outros possuem canteiros ou equipamentos que delimitam e orientam o caminho a ser percorrido pelo usuário. A localização dos acessos está muitas vezes relacionada como os equipamentos situados na área envoltória, com o sistema viário no qual o espaço se insere e na travessia de pedestres de uma rua para outra.

Estacionamento

Alguns espaços públicos, dependendo do porte, da localização e das atividades existentes, podem necessitar de estacionamentos ou da demarcação de vagas para automóveis. Esses espaços devem ser setorizados de forma a não entrar em conflito com as demais atividades e, sobretudo, devem considerar a análise do sistema viário existente. Estacionamento de bicicletas deve ser presença obrigatória nos espaços públicos, à medida que incentiva o uso dos modais não motorizados, seja para a circulação cotidiana ou para atividades de lazer. O estacionamento de bicicletas pode ser viabilizado por meio da instalação de paraciclos ou de um bicicletário coberto, dependendo da necessidade e do porte do projeto.

Canteiros

Áreas que receberão o plantio de espécies vegetais podem ser definidas em função da paisagem desejada, diferenciada por cores, texturas e volumes. Os canteiros podem ser segregados dos pisos de diferentes formas. Podem estar nivelados com o piso, separados apenas por uma guia de contenção ou elemento de proteção, caso necessário, e podem ainda ser projetados em desnível, formando floreiras e bancos ao seu redor.

Locação de mobiliário urbano

A localização do mobiliário urbano é fundamental para o projeto das áreas predefinidas na setorização de atividades, à medida que identificará a necessidade dos espaços de circulação entre os objetos e o real dimensionamento dos espaços de lazer e convívio.

ANEXO I

IDENTIFICAÇÃO DAS PRANCHAS

O Carimbo é usado para identificação da prancha e suas principais informações.

O carimbo deve conter indispensavelmente:

- A. Numeração de pranchas
- B. Número total de pranchas
- C. Escala do desenho;
- D. Identificação do projeto
- E. Endereço do projeto
- F. Logo do Governo do Estado do Paraná com Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo
- G. Logo do Instituto das Água e Terra
- H. Brasão do Município
- I. Brasão do Governo do Estado do Paraná
- J. Identificação do Responsável Técnico pelo projeto;
- K. Data de elaboração do projeto;
- L. Indicação do conteúdo da prancha (planta, cortes, situação, etc.).

Exemplo:

OBRA/ENDEREÇO ANTEPROJETO: [NOME DO PARQUE] [RUA, NÚMERO, CIDADE, CEP]		
CONTEÚDO DA PRANCHA [descrição do desenho técnico]		
RESPONSÁVEL TÉCNICO: _____ RESPONSÁVEL TÉCNICO: [nome] [nº do registro profissional]		PROPRIETÁRIO: _____ PREFEITURA MUNICIPAL DE [nome do município] CNPJ: [número]
ESCALA X:XXX	COLABORADORES Demais profissionais que contribuíram na elaboração do projeto.	PRANCHA XX/XX
DATA XX.XX.XXXX		
		

OBSERVAÇÃO: A figura acima indica as informações que deverão estar presentes na identificação das pranchas e não necessariamente o modelo de carimbo a ser utilizado.

ANEXO II

MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

MUNICÍPIO DE (NOME DO MUNICÍPIO)

Declaramos ao INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT que o empreendimento abaixo descrito, está localizado neste Município e que o local, o tipo de empreendimento e atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo (nº do diploma legal pertinente) bem como atendem as demais exigências legais e administrativas perante o nosso Município.

EMPREENDEDOR	
CNPJ/CPF	
NOME DO EMPREENDIMENTO	
ATIVIDADE	
ENDEREÇO	
BAIRRO	
CEP	
TELEFONE	

Local e Data

Nome, assinatura e carimbo do Prefeito Municipal e/ou, por delegação, o Secretário Municipal responsável pelo Uso do Solo do Município.

ANEXO III

PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL SIMPLIFICADO - PCAS

O Plano de Controle Ambiental Simplificado - PCAS deve ser apresentado para o pedido da Licença Ambiental Simplificada - LAS.

INFORMAÇÕES GERAIS:

Identificação da empresa responsável pelo PCAS:

- A. Nome ou razão social;
 - B. Número do CNPJ e Registro no Cadastro Técnico Federal;
 - C. Endereço completo, telefone e e-mail;
 - D. Representantes legais (nome completo, Cadastro Técnico Federal, endereço, telefone e e-mail);
 - E. Pessoa de contato (nome completo, Cadastro Técnico Federal, endereço, telefone e e-mail);
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da empresa

Dados da equipe técnica multidisciplinar:

- A. Nome
- B. Formação profissional
- C. Número do registro no respectivo Conselho de Classe, quando couber
- D. Número do Cadastro Técnico Federal
- E. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quando couber.

OBSERVAÇÃO: Cada membro da equipe técnica deverá rubricar as páginas sob sua responsabilidade, e todos deverão assinar o PCAS na página de identificação da equipe técnica multidisciplinar. O coordenador deverá rubricar todas as páginas do estudo.

REQUISITOS MÍNIMOS PARA ELABORAÇÃO DO PCAS:

O PCAS deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- A. Identificação do estabelecimento, conforme item 1
- A. Descrição dos impactos/interferências para as fases de implantação e operação do empreendimento, abordando aspectos negativos e positivos;

- B. Indicação e descrição das medidas mitigadoras, de monitoramento e de controle ambiental propostas, referentes a ruídos, destinação de resíduos, movimentação de solo, obras diversas, impactos à vizinhança, dentre outros de acordo com as necessidades e características do empreendimento;
- C. Descrição do método de registro que comprove o controle dos impactos/interferências (fotos, relatórios, fichas de registro, comprovante de transporte de resíduos - CTR, documentos fiscais, etc.) e sua periodicidade de medição;
- D. O PCAS poderá servir de subsídio para a elaboração do Relatório Final da Obra, que deverá ser apresentado ao término da implantação do empreendimento;
- E. O PCAS deverá ser assinado pelo responsável pela elaboração e implantação do mesmo.

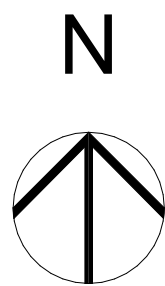
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Citar as referências consultadas, incluindo as páginas eletrônicas com data e hora do acesso, segundo as normas de publicação de trabalhos científicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Planta de Localização

Elementos mínimos:

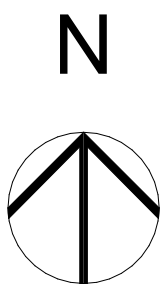
- indicação do norte;
- legenda;
- indicação do terreno no perímetro urbano;
- área de preservação permanente;
- identificação da hidrografia da região;



Planta de Situação

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- vias de acesso ao conjunto, arruamento e logradouros adjacentes;
- perímetro do terreno;
- indicação das áreas a serem edificadas, com contorno esquemático da cobertura das edificações;
- arruamento e indicação de pontos de referência dentro de um raio de abrangência de 1 km;
- área de preservação permanente;
- identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;

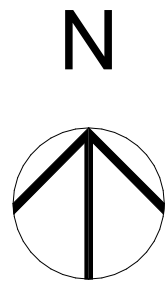


Legenda	
	Curvas de nível
	Aruamento
	Rodovia
	Ferrovia
	Cursos d'água
	Lagoas, lagos, tanques e açudes
	Perímetro urbano
	Perímetro do terreno
	Áreas edificadas
	Áreas a serem edificadas
	Área de preservação permanente
	Pontos de referência

Planta de Localização - Imagem de Satélite

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- legenda;
- indicação do terreno no perímetro urbano;
- área de preservação permanente;
- identificação da hidrografia da região;



Quadro de Estatística		
Área do terreno (m²)	0000,00	Taxa de permeabilidade (%)
Área permeável (m²)	0000,00	Taxa de ocupação (%)
Área impermeável (m²)	0000,00	Vazão do corpo hídrico (m³/s)
Área de preservação permanente (m²)	0000,00	Volume do corpo hídrico (m³)

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E DO TURISMO



Brasília do
Município



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA

OBRA/ ENDREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Planta de Localização e Situação A0

PROPRIETÁRIO		RESPONSÁVEL TÉCNICO	
#Nome Completo do Cliente		#Nome Completo do Projetista	
#CNPJ/ CPF do Cliente		#Nº Registro do Projetista	

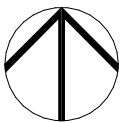
COLABORADORES		ESCALA	PRANCHA
#Colaboradores do Projeto		1:2000, 1:500, 1:1	
		DATA	
		26/03/2021	

Planta de Localização

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- legenda;
- indicação do terreno no perímetro urbano;
- área de preservação permanente;
- identificação da hidrografia da região;

N

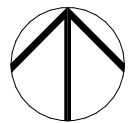


Planta de Situação

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- vias de acesso ao conjunto, arruamento e logradouros adjacentes;
- perímetro do terreno;
- indicação das áreas a serem edificadas, com contorno esquemático da cobertura das edificações;
- arruamento e indicação de pontos de referência dentro de um raio de abrangência de 1km;
- área de preservação permanente;
- identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;

N



Legenda	
	Curvas de nível
	Arruamento
	Rodovia
	Ferrovia
	Cursos d'água
	Lagoas, lagos, tanques e açudes
	Perímetro urbano
	Perímetro do terreno
	Áreas edificadas
	Áreas a serem edificadas
	Área de preservação permanente
	Pontos de referência

01

Planta de Localização

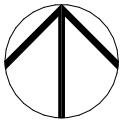
Escala: 1:2000

Planta de Localização - Imagem de Satélite

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- legenda;
- indicação do terreno no perímetro urbano;
- área de preservação permanente;
- identificação da hidrografia da região;

N



02

Planta de Localização - Imagem de Satélite

Escala: 1:2000

03

Planta de Situação

Escala: 1:500

Quadro de Estatística			
Área do terreno (m²)	0000.00	Taxa de permeabilidade (%)	00.00
Área permeável (m²)	0000.00	Taxa de ocupação (%)	00.00
Área impermeável (m²)	0000.00	Vazão do corpo hídrico (m³/h)	0000.00
Área de preservação permanente (m²)	0000.00	Volume do corpo hídrico (m³)	0000.00

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA



Brasão do Município



OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Planta de Localização e Situação A1

PROPRIETÁRIO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

#Nome Completo do Cliente

#CNPJ/ CPF do Cliente

#Nome Completo do Projetista

#Nº Registro do Projetista

COLABORADORES

#Colaboradores do Projeto

ESCALA

1:2000, 1:500, 1:1

DATA

26/03/2021

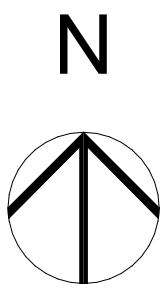
PRANCHA

01/10

Levantamento Planialtimétrico

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- arruamento e logradouros adjacentes;
- curvas de nível existentes;
- perímetro do terreno;
- construções existentes, demolições ou remoções futuras;
- massas vegetais existentes;
- identificação das espécies vegetais nativas existentes;
- área de preservação permanente;
- identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;



Legenda			
	Curvas de nível		Perímetro do terreno
	Aruamento		Construções existentes
	Rodovia		Demolições ou remoções futuras
	Ferrovia		Área de preservação permanente
	Cursos d'água		Maciços vegetais
	Lagos, lagoas, tanques e açudes		Espécies vegetais específicas existentes

Quadro de Estatística		
Área do terreno (m²)	0000,00	Taxa de permeabilidade (%)
Área permeável (m²)	0000,00	Taxa de ocupação (%)
Área impermeável (m²)	0000,00	Vazão do corpo hídrico (m³/s)
Área de preservação permanente (m²)	0000,00	Volume do corpo hídrico (m³)

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL E OCUPAÇÃO

Brasão do

Município

OBRA/ ENDREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Levantamento Planialtimétrico AD

PROPRIETÁRIO

#Nome Completo do Cliente

#CNPJ/ CPF do Cliente

RESPONSÁVEL TÉCNICO

#Nome Completo do Projetista

#R# Registro do Projetista

COLABORADORES

#Colaboradores do Projeto

ESCALA

1:200, 1:1

PRANCHA

02/10

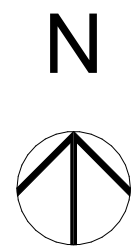
DATA

26/03/2021

Levantamento Planialtimétrico

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- arruamento e logradouros adjacentes;
- curvas de nível existentes;
- perímetro do terreno;
- construções existentes, demolições ou remoções futuras;
- massas vegetais existentes;
- identificação das espécies vegetais nativas existentes;
- área de preservação permanente;
- identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;



Legenda	
	Curvas de nível
	Arruamento
	Rodovia
	Ferrovia
	Cursos d'água
	Lagoas, lagos, tanques e açudes
	Perímetro do terreno
	Construções existentes
	Demolições ou remoções futuras
	Área de preservação permanente
	Maciços vegetais
	Espécies vegetais específicas existentes

Quadro de Estatística			
Área do terreno (m²)	0000.00	Taxa de permeabilidade (%)	00.00
Área permeável (m²)	0000.00	Taxa de ocupação (%)	00.00
Área impermeável (m²)	0000.00	Vazão do corpo hídrico (m³/h)	0000.00
Área de preservação permanente (m²)	0000.00	Volume do corpo hídrico (m³)	0000.00

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E DO TURISMO



Brasão do
Município



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA

OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Levantamento Planialtimétrico A1

PROPRIETÁRIO	RESPONSÁVEL TÉCNICO
#Nome Completo do Cliente	#Nome Completo do Projetista
#CNPJ/ CPF do Cliente	#Nº Registro do Projetista

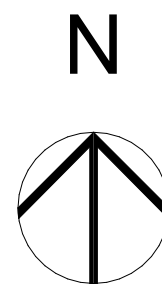
COLABORADORES	ESCALA	PRANCHA
	1:200, 1:1	
#Colaboradores do Projeto	DATA	
	26/03/2021	

Planta de Implantação

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- perímetro do terreno;
- vias de acesso, vias internas e estacionamentos;
- indicação dos acessos (principais e secundários) e apontar o acesso que receberá o portal que o Estado fornecerá o projeto;
- curvas de nível retificadas (modificadas);
- indicação de platôs e taludes;
- indicação de pavimentação e forrações;
- massas vegetais e paisagismo;
- área de preservação permanente;
- identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;
- pontos de iluminação pública;
- localização do mobiliário urbano (bancos, lixeiras, bicicletários, etc.)
- localização dos equipamentos públicos (quadras, playgrounds, academias, etc.)
- indicação de cercas e muros (caso houver);
- indicação de rampas e porcentagem de inclinação;
- cotas gerais, levando em consideração a amarração das edificações e equipamentos a pontos de referência;
- marcação de cortes e fachadas;
- marcação dos detalhes e ampliações;

* Caso necessário, utilizar mais de uma prancha para a apresentação das informações listadas



Legenda	
	Curvas de nível
	Taludes
	Arruamento
	Rodovia
	Ferrovia
	Cercas e muros
	Perímetro do terreno
	Cursos d'água
	Lagos, lagoas, tanques e apudes
	Área de preservação permanente
	Maciços vegetais
	Espécies vegetais específicas existentes

Quadro de Estatística		
Área do terreno (m²)	0000,00 Taxa de permeabilidade (%)	00,00
Área permeável (m²)	0000,00 Taxa de ocupação (%)	00,00
Área impermeável (m²)	0000,00 Vazão do corpo hídrico (m³/s)	0000,00
Área de preservação permanente (m²)	0000,00 Volume do corpo hídrico (m³)	0000,00

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E ECO-TURISMO



Brasília do
Município



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA

OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Planta de Implantação A0

PROPRIETÁRIO		RESPONSÁVEL TÉCNICO	
#Nome Completo do Cliente		#Nome Completo do Projetista	
#CNPJ/ CPF do Cliente		#Nº Registro do Projetista	

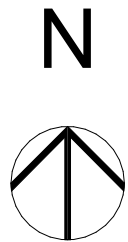
COLABORADORES #Colaboradores do Projeto	ESCALA 1:200, 1:1	PRANCHA 03/10
	DATA 26/03/2021	

Planta de Implantação

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- perímetro do terreno;
- vias de acesso, vias internas e estacionamentos;
- indicação dos acessos (principais e secundários) e apontar o acesso que receberá o portal que o Estado fornecerá o projeto;
- curvas de nível retificadas (modificadas);
- indicação de platôs e taludes;
- indicação de pavimentação e forrações;
- massas vegetais e paisagismo;
- área de preservação permanente;
- identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;
- pontos de iluminação pública;
- localização do mobiliário urbano (bancos, lixeiras, bicicletários, etc.)
- localização dos equipamentos públicos (quadras, playgrounds, academias, etc.)
- indicação de cercas e muros (caso houver);
- indicação de rampas e porcentagem de inclinação;
- cotas gerais, levando em consideração a amarração das edificações e equipamentos a pontos de referência;
- marcação de cortes e fachadas;
- marcação dos detalhes e ampliações;

* Caso necessário, utilizar mais de uma prancha para a apresentação das informações listadas



Legenda	
	Curvas de nível
	Taludes
	Arruamento
	Rodovia
	Ferrovia
	Cercas e muros
	Perímetro do terreno
	Cursos d'água
	Lagoas, lagos, tanques e açudes
	Área de preservação permanente
	Maciços vegetais
	Espécies vegetais específicas existentes

Quadro de Estatística			
Área do terreno (m²)	0000.00	Taxa de permeabilidade (%)	00.00
Área permeável (m²)	0000.00	Taxa de ocupação (%)	00.00
Área impermeável (m²)	0000.00	Vazão do corpo hídrico (m³/h)	0000.00
Área de preservação permanente (m²)	0000.00	Volume do corpo hídrico (m³)	0000.00

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA

OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Planta de Implantação A1

PROPRIETÁRIO	RESPONSÁVEL TÉCNICO
#Nome Completo do Cliente	#Nome Completo do Projetista
#CNPJ/ CPF do Cliente	#Nº Registro do Projetista

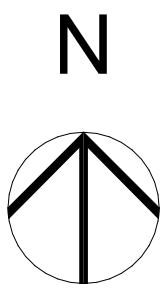
COLABORADORES #Colaboradores do Projeto	ESCALA 1:200, 1:1	PRANCHA 03/10
	DATA 26/03/2021	

Planta de Paisagismo;

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- perímetro do terreno;
- vias de acesso, vias internas e estacionamentos;
- curvas de nível retificadas (modificadas);
- indicação de platôs e taludes;
- indicação de pavimentação e forrações;
- massas vegetais e paisagismo;
- identificação das espécies vegetais utilizadas;
- tabela de vegetação (verificar as tabelas ao lado);
- área de preservação permanente;
- identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;
- pontos de iluminação pública;
- localização do mobiliário urbano (bancos, lixeiras, bicicletários, etc.)
- localização dos equipamentos públicos (quadras, playgrounds, academias, etc.)
- indicação de cercas e muros (caso houver);
- marcação de cortes e fachadas;
- marcação dos detalhes e ampliações;

* Caso necessário, utilizar mais de uma prancha para a apresentação das informações listadas



Legenda	
	Curvas de nível
	Taludes
	Arruamento
	Rodovia
	Fercas e muros
	Perímetro do terreno
	Cursos d'água
	Lagos, lagoas, tanques e apudes
	Área de preservação permanente
	Maciços vegetais
	Espécies vegetais específicas existentes

Tabela de Vegetação - Árvores									
Cód.	Nome Científico	Nome Popular	Altura	Diâm. Copa	Diâm. Cova	Espaçamento	Floração	Qtd.	

Tabela de Vegetação - Arbustos									
Cód.	Nome Científico	Nome Popular	Altura	Diâm. Copa	Diâm. Cova	Espaçamento	Floração	Qtd.	

Tabela de Vegetação - Herbáceas									
Cód.	Nome Científico	Nome Popular	Altura	Diâm. Copa	Diâm. Cova	Espaçamento	Floração	Qtd.	

Tabela de Vegetação - Forrações									
Cód.	Nome Científico	Nome Popular	Altura	Diâm. Copa	Diâm. Cova	Espaçamento	Floração	Qtd.	

Tabela de Vegetação - Trepadeiras									
Cód.	Nome Científico	Nome Popular	Altura	Diâm. Copa	Diâm. Cova	Espaçamento	Floração	Qtd.	

Tabela de Vegetação - Aquáticas									
Cód.	Nome Científico	Nome Popular	Altura	Diâm. Copa	Diâm. Cova	Espaçamento	Floração	Qtd.	

Foto da espécie vegetal (3,2)	Foto da espécie vegetal (3,2)	Foto da espécie vegetal (3,2)	Foto da espécie vegetal (3,2)
Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular

Foto da espécie vegetal (3,2)	Foto da espécie vegetal (3,2)	Foto da espécie vegetal (3,2)	Foto da espécie vegetal (3,2)
Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular

Foto da espécie vegetal (3,2)	Foto da espécie vegetal (3,2)	Foto da espécie vegetal (3,2)	Foto da espécie vegetal (3,2)
Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular

Quadro de Estatística		
Área do terreno (m²)	0000,00 Taxa de permeabilidade (%)	00,00
Área permeável (m²)	0000,00 Taxa de ocupação (%)	00,00
Área impermeável (m²)	0000,00 Vazão do corpo hídrico (m³/h)	0000,00
Área de preservação permanente (m²)	0000,00 Volume do corpo hídrico (m³)	0000,00

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA

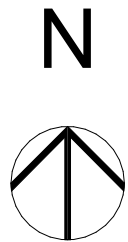
OBRA/ ENDEREÇO	
#Nome do Projeto	
#Endereço Completo do Terreno	
CONTEÚDO DA PRANCHA	
Planta de Paisagismo A0	
PROPRIETÁRIO	RESPONSÁVEL TÉCNICO
#Nome Completo do Cliente	#Nome Completo do Projetista
#CNPJ/ CPF do Cliente	#Nº Registro do Projetista
COLABORADORES	ESCALA
#Colaboradores do Projeto	1:200, 1:1
DATA	PRANCHA
26/03/2021	04/10

Planta de Paisagismo;

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- perímetro do terreno;
- vias de acesso, vias internas e estacionamentos;
- curvas de nível retificadas (modificadas);
- indicação de platôs e taludes;
- indicação de pavimentação e forrações;
- massas vegetais e paisagismo;
- identificação das espécies vegetais utilizadas;
- tabela de vegetação (verificar as tabelas ao lado);
- área de preservação permanente;
- identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;
- pontos de iluminação pública;
- localização do mobiliário urbano (bancos, lixeiras, bicicletários, etc.)
- localização dos equipamentos públicos (quadras, playgrounds, academias, etc.)
- indicação de cercas e muros (caso houver);
- marcação de cortes e fachadas;
- marcação dos detalhes e ampliações;

* Caso necessário, utilizar mais de uma prancha para a apresentação das informações listadas



Legenda	
	Curvas de nível
	Taludes
	Arruamento
	Rodovia
	Ferrovia
	Cercas e muros
	Perímetro do terreno
	Cursos d'água
	Lagoas, lagos, tanques e açudes
	Área de preservação permanente
	Maciços vegetais
	Espécies vegetais específicas existentes

Tabela de Vegetação - Árvores								
Cód.	Nome Científico	Nome Popular	Altura	Diâm. Copa	Diâm. Cova	Espaçamento	Floração	Qtd.

Tabela de Vegetação - Arbustos								
Cód.	Nome Científico	Nome Popular	Altura	Diâm. Copa	Diâm. Cova	Espaçamento	Floração	Qtd.

Tabela de Vegetação - Herbáceas								
Cód.	Nome Científico	Nome Popular	Altura	Diâm. Copa	Diâm. Cova	Espaçamento	Floração	Qtd.

Tabela de Vegetação - Forrações								
Cód.	Nome Científico	Nome Popular	Altura	Diâm. Copa	Diâm. Cova	Espaçamento	Floração	Qtd.

Tabela de Vegetação - Trepadeiras								
Cód.	Nome Científico	Nome Popular	Altura	Diâm. Copa	Diâm. Cova	Espaçamento	Floração	Qtd.

Tabela de Vegetação - Aquáticas								
Cód.	Nome Científico	Nome Popular	Altura	Diâm. Copa	Diâm. Cova	Espaçamento	Floração	Qtd.

Foto da espécie vegetal (3:2)	Foto da espécie vegetal (3:2)	Foto da espécie vegetal (3:2)	Foto da espécie vegetal (3:2)
Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular

Foto da espécie vegetal (3:2)	Foto da espécie vegetal (3:2)	Foto da espécie vegetal (3:2)	Foto da espécie vegetal (3:2)
Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular	Cód. - Nome Popular

Quadro de Estatística			
Área do terreno (m²)	0000.00	Taxa de permeabilidade (%)	00.00
Área permeável (m²)	0000.00	Taxa de ocupação (%)	00.00
Área impermeável (m²)	0000.00	Vazão do corpo hídrico (m³/h)	0000.00
Área de preservação permanente (m²)	0000.00	Volume do corpo hídrico (m³)	0000.00

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA

OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Planta de Paisagismo A1

PROPRIETÁRIO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

COLABORADORES

ESCALA

DATA

PRANCHA

04/10

Corte AA'

Elementos mínimos:

- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- identificação da hidrografia;
- cotas verticais e cotas de nível;
- marcação dos detalhes e ampliações;
- indicação do perfil natural do terreno e do perfil modificado;
- marcação dos detalhes;
- denominação dos compartimentos seccionados;

* O corte AA' deverá atravessar transversalmente o corpo hídrico

01Corte AA'Escala: 1:200

Corte BB'

Elementos mínimos:

- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- identificação da hidrografia;
- cotas verticais e cotas de nível;
- marcação dos detalhes e ampliações;
- indicação do perfil natural do terreno e do perfil modificado;
- marcação dos detalhes;
- denominação dos compartimentos seccionados;

* O corte BB' deverá atravessar longitudinalmente o terreno

02Corte BB'Escala: 1:200

Corte CC'

* Corte opcional

** Caso não seja utilizado para o corte, substituí-lo por detalhamentos, ampliações ou projetos específicos

03Corte CC'Escala: 1:200

Corte DD'

* Corte opcional

** Caso não seja utilizado para o corte, substituí-lo por detalhamentos, ampliações ou projetos específicos

04Corte DD'Escala: 1:200

Legenda	
	Terreno natural (em corte)
	Terraplanagem (aterros)
---	Perfil natural do terreno
	Maciços vegetais (em corte)
	Corpo hídrico (em corte)

Quadro de Estatística		
Área do terreno (m²)	0000,00	Taxa de permeabilidade (%)
Área permeável (m²)	0000,00	Taxa de ocupação (%)
Área impermeável (m²)	0000,00	Vazão do corpo hídrico (m³/s)
Área de preservação permanente (m²)	0000,00	Volume do corpo hídrico (m³)

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E ECOLOGIA



Brasília do
Município



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA

OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Cortes A0

PROPRIETÁRIO	RESPONSÁVEL TÉCNICO
#Nome Completo do Cliente	#Nome Completo do Projetista
#CNPJ/ CPF do Cliente	#Nº Registro do Projetista

COLABORADORES	ESCALA	PRANCHA
#Colaboradores do Projeto	1:200, 1:1	
	DATA	
	26/03/2021	

Corte AA'

Elementos mínimos:

- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- identificação da hidrografia;
- cotas verticais e cotas de nível;
- marcação dos detalhes e ampliações;
- indicação do perfil natural do terreno e do perfil modificado;
- marcação dos detalhes;
- denominação dos compartimentos seccionados;
- * **O corte AA' deverá atravessar transversalmente o corpo hídrico**

01

Corte AA'

Escala: 1:200

Corte BB'

Elementos mínimos:

- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- identificação da hidrografia;
- cotas verticais e cotas de nível;
- marcação dos detalhes e ampliações;
- indicação do perfil natural do terreno e do perfil modificado;
- marcação dos detalhes;
- denominação dos compartimentos seccionados;
- * **O corte BB' deverá atravessar longitudinalmente o terreno**

02

Corte BB'

Escala: 1:200

Corte CC'

* **Corte opcional**

** **Caso não seja utilizado para o corte, substituí-lo por detalhamentos, ampliações ou projetos específicos**

03

Corte CC'

Escala: 1:200

Corte DD'

* **Corte opcional**

** **Caso não seja utilizado para o corte, substituí-lo por detalhamentos, ampliações ou projetos específicos**

04

Corte DD'

Escala: 1:200

Legenda			
	Terreno natural (em corte)		Maciços vegetais (em corte)
	Terraplanagem (aterros)		Corpo hídrico (em corte)
	Perfil natural do terreno		

Quadro de Estatística			
Área do terreno (m²)	0000,00	Taxa de permeabilidade (%)	00,00
Área permeável (m²)	0000,00	Taxa de ocupação (%)	00,00
Área impermeável (m²)	0000,00	Vazão do corpo hídrico (m³/h)	0000,00
Área de preservação permanente (m²)	0000,00	Volume do corpo hídrico (m³)	0000,00

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA

 GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO	 Brasão do Município	 INSTITUTO ÁGUA E TERRA
---	---	--

OBRA/ ENDEREÇO #Nome do Projeto #Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA Cortes A1

PROPRIETÁRIO	RESPONSÁVEL TÉCNICO
#Nome Completo do Cliente #CNPJ/ CPF do Cliente	#Nome Completo do Projetista #Nº Registro do Projetista

COLABORADORES #Colaboradores do Projeto	ESCALA 1:200, 1:1 DATA 26/03/2021	PRANCHA 05/10
--	--	------------------

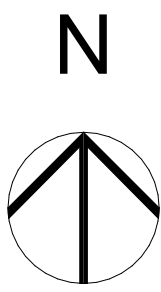
Projetos Específicos

Alguns parques podem apresentar características diferenciadas, como ambientes construídos para atendimento aos visitantes, passarelas, pontes, restaurantes, bibliotecas, lagoas, lâminas/espelho d’água ou outras **estruturas que não podem ser avaliadas apenas com as informações solicitadas nas demais plantas do projeto**. Para estes casos, será necessária a apresentação de desenhos complementares:

- Elementos mínimos em planta:
- indicação do norte;
 - indicação da escala do projeto
 - adoção de escala não maior que 1:50;
 - legenda;
 - sistema estrutural;
 - indicação de todas as cotas necessárias para a execução da obra;
 - marcação dos níveis de piso;
 - cobertura/ telhado e captação de águas pluviais;
 - circulações verticais, horizontais e acessos;
 - denominação e numeração dos compartimentos com suas respectivas áreas úteis;
 - codificação dos elementos a serem detalhados: portas, janelas, escadas, entre outros;
 - tabela de esquadrias (verificar as tabelas ao lado);
 - curvas de nível retificadas (modificadas);
 - indicação de platôs e taludes;
 - indicação de pavimentação e forrações;
 - indicação de rampas e porcentagem de inclinação;
 - marcação de cortes e fachadas;
 - marcação dos detalhes e ampliações;

- Elementos mínimos em corte e fachada:
- indicação da escala do projeto;
 - adoção de escala não maior que 1:50;
 - legenda;
 - sistema estrutural;
 - cotas verticais e cotas de nível;
 - cobertura/ telhado e captação de águas pluviais;
 - marcação dos detalhes e ampliações;
 - indicação do perfil natural do terreno e do perfil modificado;
 - marcação dos detalhes;
 - denominação dos compartimentos seccionados;

*** Caso necessário, utilizar mais de uma prancha para a apresentação das informações listadas**



Curvas de nível

Perfil natural do terreno

Terminagem (diâmetros)

Terreno natural (em corte)

Taludes

Arnuamento

Cercas e muros

Área de preservação permanente

Maciços vegetais

Espécies vegetais específicas existentes

Correios d'água

Lagoas, lago, tanques e açudes

Corpo hídrico (em corte)

Tabela de Esquadrias - Portas					
Cód.	Tamanho L x A	Tipo de Abertura	Material	Acabamento	Qtd.

Tabela de Esquadrias - Janelas					
Cód.	Tamanho L x A	Altura da Soleira	Tipo de Abertura	Material	Acabamento
					Qtd.

Quadro de Estatística		
Área do terreno (m²)	0000,00	Taxa de permeabilidade (%)
Área permeável (m²)	0000,00	Taxa de ocupação (%)
Área impermeável (m²)	0000,00	Vazão do corpo hídrico (m³/h)
Área de preservação permanente (m²)	0000,00	Volume do corpo hídrico (m³)

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

Brasão do

Município

INSTITUTO

ÁGUA E TERRA

OBRA/ ENDREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Projetos Específicos AD

PROPRIETÁRIO

#Nome Completo do Cliente

#CNPJ/ CPF do Cliente

RESPONSÁVEL TÉCNICO

#Nome Completo do Projetista

#Nº Registro do Projetista

COLABORADORES

#Colaboradores do Projeto

ESCALA

1:50, 1:1

PRANCHA

06/10

DATA

26/03/2021

01

Projetos Específicos

Escala: 1:50

Projetos Específicos

Alguns parques podem apresentar características diferenciadas, como ambientes construídos para atendimento aos visitantes, passarelas, pontes, restaurantes, bibliotecas, lagoas, lâminas/espelho d’água ou outras **estruturas que não podem ser avaliadas apenas com as informações solicitadas nas demais plantas do projeto**. Para estes casos, será necessária a apresentação de desenhos complementares:

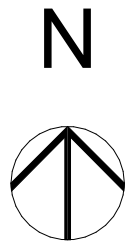
Elementos mínimos em planta:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto
- adoção de escala não maior que 1:50;
- legenda;
- sistema estrutural;
- indicação de todas as cotas necessárias para a execução da obra;
- marcação dos níveis de piso;
- cobertura/ telhado e captação de águas pluviais;
- circulações verticais, horizontais e acessos;
- denominação e numeração dos compartimentos com suas respectivas áreas úteis;
- codificação dos elementos a serem detalhados: portas, janelas, escadas, entre outros;
- tabela de esquadrias (verificar as tabelas ao lado);
- curvas de nível retificadas (modificadas);
- indicação de platôs e taludes;
- indicação de pavimentação e forrações;
- indicação de rampas e porcentagem de inclinação;
- marcação de cortes e fachadas;
- marcação dos detalhes e ampliações;

Elementos mínimos em corte e fachada:

- indicação da escala do projeto;
- adoção de escala não maior que 1:50;
- legenda;
- sistema estrutural;
- cotas verticais e cotas de nível;
- cobertura/ telhado e captação de águas pluviais;
- marcação dos detalhes e ampliações;
- indicação do perfil natural do terreno e do perfil modificado;
- marcação dos detalhes;
- denominação dos compartimentos seccionados;

*** Caso necessário, utilizar mais de uma prancha para a apresentação das informações listadas**



Legenda	
	Curvas de nível
	Perfil natural do terreno
	Terraplanagem (aterros)
	Terreno natural (em corte)
	Taludes
	Arruamento
	Cercas e muros
	Área de preservação permanente
	Maçios vegetais
	Espécies vegetais específicas existentes
	Cursos d'água
	Lagoas, lagos, tanques e açudes
	Corpo hídrico (em corte)

Tabela de Esquadrias - Portas					
Cód.	Tamanho L x A	Tipo de Abertura	Material	Acabamento	Qtd.

Tabela de Esquadrias - Janelas						
Cód.	Tamanho L x A	Altura da Soleira	Tipo de Abertura	Material	Acabamento	Qtd.

Quadro de Estatística			
Área do terreno (m²)	0000.00	Taxa de permeabilidade (%)	00.00
Área permeável (m²)	0000.00	Taxa de ocupação (%)	00.00
Área impermeável (m²)	0000.00	Vazão do corpo hídrico (m³/h)	0000.00
Área de preservação permanente (m²)	0000.00	Volume do corpo hídrico (m³)	0000.00

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA

OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Projetos Específicos A1

PROPRIETÁRIO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

#Nome Completo do Cliente

#Nome Completo do Projetista

#CNPJ/ CPF do Cliente

#Nº Registro do Projetista

COLABORADORES

#Colaboradores do Projeto

ESCALA

1:50, 1:1

PRANCHA

06/10

DATA

26/03/2021

Projeto Topográfico

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- perímetro do terreno;
- vias de acesso, vias internas e estacionamentos;
- curvas de nível retificadas (modificadas);
- indicação de platôs e taludes;
- massas vegetais;
- área de preservação permanente;
- localização dos equipamentos públicos (quadras, playgrounds, academias, etc.)
- identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;
- cotas gerais;
- marcação de cortes;
- marcação dos detalhes e ampliações;

*** Caso necessário, utilizar mais de uma prancha para a apresentação das informações listadas**

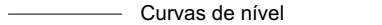
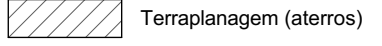
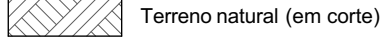
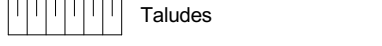
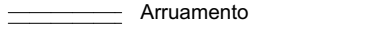
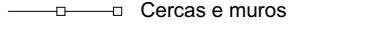
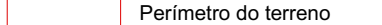
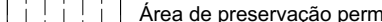
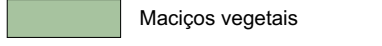
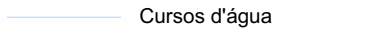
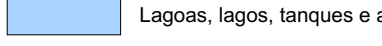
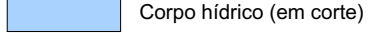
[illegible]

Projeto Topográfico

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- perímetro do terreno;
- vias de acesso, vias internas e estacionamentos;
- curvas de nível retificadas (modificadas);
- indicação de platôs e taludes;
- massas vegetais;
- área de preservação permanente;
- localização dos equipamentos públicos (quadras, playgrounds, academias, etc.)
- identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;
- cotas gerais;
- marcação de cortes;
- marcação dos detalhes e ampliações;

* Caso necessário, utilizar mais de uma prancha para a apresentação das informações listadas

Legenda	
	Curvas de nível
	Perfil natural do terreno
	Terraplanagem (aterros)
	Terreno natural (em corte)
	Taludes
	Arruamento
	Cercas e muros
	Perímetro do terreno
	Área de preservação permanente
	Maciços vegetais
	Cursos d'água
	Lagoas, lagos, tanques e açudes
	Corpo hídrico (em corte)

Quadro de Estatística			
Área do terreno (m²)	0000.00	Taxa de permeabilidade (%)	00.00
Área permeável (m²)	0000.00	Taxa de ocupação (%)	00.00
Área impermeável (m²)	0000.00	Vazão do corpo hídrico (m³/h)	0000.00
Área de preservação permanente (m²)	0000.00	Volume do corpo hídrico (m³)	0000.00

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E DO TURISMO



Brasão do
Município



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA

OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Projeto Topográfico A1

PROPRIETÁRIO	RESPONSÁVEL TÉCNICO
#Nome Completo do Cliente	#Nome Completo do Projetista
#CNPJ/ CPF do Cliente	#Nº Registro do Projetista

COLABORADORES	ESCALA	PRANCHA
	#Colaboradores do Projeto	
	DATA	
	26/03/2021	

07/10

Projeto de Drenagem

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- perímetro do terreno;
- vias de acesso, vias internas e estacionamentos;
- curvas de nível retificadas (modificadas);
- indicação de platôs e taludes;
- indicação de pavimentação e forrações;
- massas vegetais e paisagismo;
- área de preservação permanente;
- pontos de iluminação pública;
- localização dos equipamentos públicos (quadras, playgrounds, academias, etc.)
- apresentação das soluções para conter, reter ou melhorar a condução dos escoamentos;
- detalhamento da infraestrutura (barragens, canalizações, reservatórios, bacias de amortecimento, dispositivos de infiltração no solo, etc.;
- determinação das vazões que fluem à rede de condutos;
- dimensionamento da rede de condutos;
- dimensionamento das medidas de controle;
- identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;
- caso o projeto solicite o uso do corpo hídrico presente na área de implantação do projeto, deverão ser descritas obrigatoriamente as seguintes informações: origem da captação - rio, córrego, mina ou nascente, vazão (m³/h) do corpo hídrico de onde se pretende captar o recurso, dimensão em m³ da estrutura (lagos, lagoas, lâmina/espelho d’água, entre outros)
- cotas gerais;
- marcação de cortes e fachadas;
- marcação dos detalhes e ampliações;

* Caso necessário, utilizar mais de uma prancha para a apresentação das informações listadas

Curvas de nível

Perímetro do terreno

Perfil natural do terreno

Área de preservação permanente

Terapiaçagem (diagrama)

Maciço vegetal

Terreno natural (em corte)

Maciço vegetal

Taludes

Cursoes d'água

Arnuamento

Lagoas, lagos, tanques e açudes

Cercas e muros

Corpo hídrico (em corte)

Quadro de Estatística

Área do terreno (m²)	0000,00	Taxa de permeabilidade (%)	00,00
Área permeável (m²)	0000,00	Taxa de ocupação (%)	00,00
Área impermeável (m²)	0000,00	Vazão do corpo hídrico (m³/h)	0000,00
Área de preservação permanente (m²)	0000,00	Volume do corpo hídrico (m³)	0000,00

Histórico de Revisões

Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data
---------------	-----------	-------------	------

LOGO E DADOS DA CONTRATADA

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECO TURISMO

Brasão do Município

INSTITUTO

ÁGUA E TERRA

OBRA/ ENDREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Projeto de Drenagem A0

PROPRIETÁRIO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

#Nome Completo do Cliente

#Nome Completo do Projetista

#CNPJ/ CPF do Cliente

#Nº Registro do Projetista

COLABORADORES

ESCALA

PRANCHA

#Colaboradores do Projeto

1:200, 1:1

26/03/2021

08/10

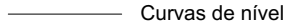
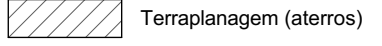
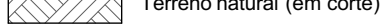
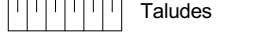
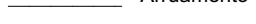
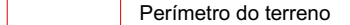
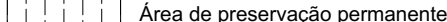
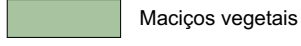
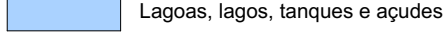
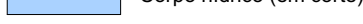
01Projeto de DrenagemEscala: 1:200

Projeto de Drenagem

Elementos mínimos:

- indicação do norte;
- indicação da escala do projeto;
- legenda;
- perímetro do terreno;
- vias de acesso, vias internas e estacionamentos;
- curvas de nível retificadas (modificadas);
- indicação de platôs e taludes;
- indicação de pavimentação e forrações;
- massas vegetais e paisagismo;
- área de preservação permanente;
- pontos de iluminação pública;
- localização dos equipamentos públicos (quadras, playgrounds, academias, etc.)
- apresentação das soluções para conter, reter ou melhorar a condução dos escoamentos;
- detalhamento da infraestrutura (barragens, canalizações, reservatórios, bacias de amortecimento, dispositivos de infiltração no solo, etc.);
- determinação das vazões que afluem à rede de condutos;
- dimensionamento da rede de condutos;
- dimensionamento das medidas de controle;
- identificação da hidrografia e localização (pontuada por coordenadas UTM) do corpo hídrico;
- caso o projeto solicite o uso do corpo hídrico presente na área de implantação do projeto, deverão ser descritas obrigatoriamente as seguintes informações:
origem da captação - rio, córrego, mina ou nascente, vazão (m³/h) do corpo hídrico de onde se pretende captar o recurso, dimensão em m³ da estrutura (lagos, lagoas, lâmina/espelho d'água, entre outros)
- cotas gerais;
- marcação de cortes e fachadas;
- marcação dos detalhes e ampliações;

* Caso necessário, utilizar mais de uma prancha para a apresentação das informações listadas

Legenda	
	Curvas de nível
	Perfil natural do terreno
	Terraplanagem (aterros)
	Terreno natural (em corte)
	Taludes
	Arruamento
	Cercas e muros
	Perímetro do terreno
	Área de preservação permanente
	Maciços vegetais
	Cursos d'água
	Lagoas, lagos, tanques e açudes
	Corpo hídrico (em corte)

Quadro de Estatística			
Área do terreno (m²)	0000.00	Taxa de permeabilidade (%)	00.00
Área permeável (m²)	0000.00	Taxa de ocupação (%)	00.00
Área impermeável (m²)	0000.00	Vazão do corpo hídrico (m³/h)	0000.00
Área de preservação permanente (m²)	0000.00	Volume do corpo hídrico (m³)	0000.00

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E DO TURISMO



Brasão do
Município



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA

OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Projeto de Drenagem A1

PROPRIETÁRIO	RESPONSÁVEL TÉCNICO
#Nome Completo do Cliente	#Nome Completo do Projetista
#CNPJ/ CPF do Cliente	#Nº Registro do Projetista

COLABORADORES	ESCALA	PRANCHA
	#Colaboradores do Projeto	
	DATA	
	26/03/2021	

08/10

Projetos Complementares

* Separar as disciplinas em diferentes pranchas;

Quadro de Estatística		
Área do terreno (m²)	0000,00 Taxa de permeabilidade (%)	00,00
Área permeável (m²)	0000,00 Taxa de ocupação (%)	00,00
Área impermeável (m²)	0000,00 Vazão do corpo hídrico (m³/s)	0000,00
Área de preservação permanente (m²)	0000,00 Volume do corpo hídrico (m³)	0000,00

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E DO TURISMO



Brasão do
Município



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA

OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Projetos Complementares A0

PROPRIETÁRIO		RESPONSÁVEL TÉCNICO	
#Nome Completo do Cliente		#Nome Completo do Projetista	
#CNPJ/ CPF do Cliente		#RP/ Registro do Projetista	

COLABORADORES #Colaboradores do Projeto	ESCALA 1:50, 1:1	PRANCHA 09/10
	DATA 26/03/2021	

Projetos Complementares

* Separar as disciplinas em diferentes pranchas;

Quadro de Estatística			
Área do terreno (m²)	0000.00	Taxa de permeabilidade (%)	00.00
Área permeável (m²)	0000.00	Taxa de ocupação (%)	00.00
Área impermeável (m²)	0000.00	Vazão do corpo hídrico (m³/h)	0000.00
Área de preservação permanente (m²)	0000.00	Volume do corpo hídrico (m³)	0000.00

Histórico de Revisões			
Nº da Revisão	Descrição	Responsável	Data

LOGO E DADOS DA CONTRATADA



OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Projetos Complementares A1

PROPRIETÁRIO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

#Nome Completo do Cliente

#CNPJ/ CPF do Cliente

#Nome Completo do Projetista

#Nº Registro do Projetista

COLABORADORES

#Colaboradores do Projeto

ESCALA

1:50, 1:1

DATA

26/03/2021

PRANCHA

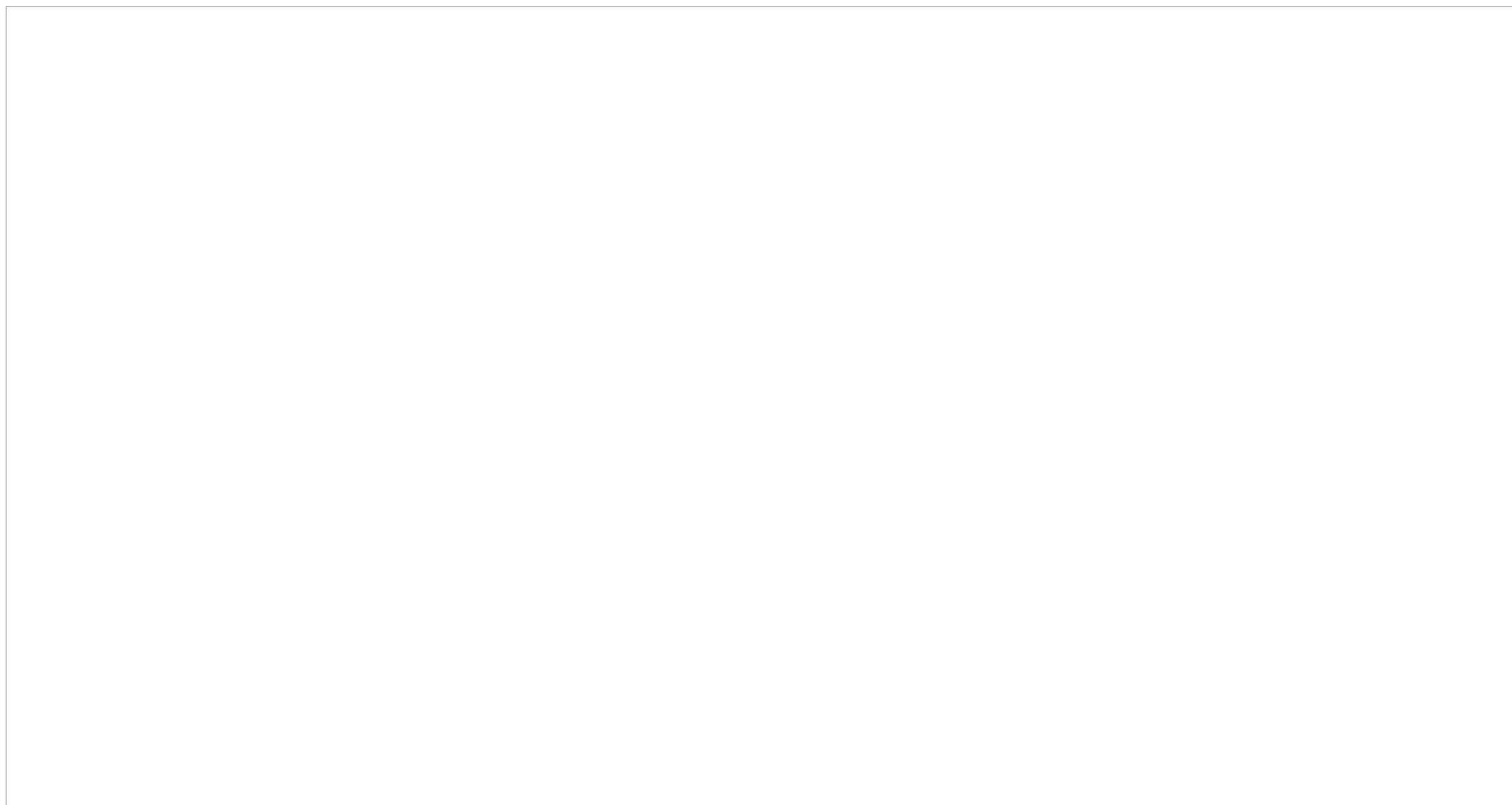
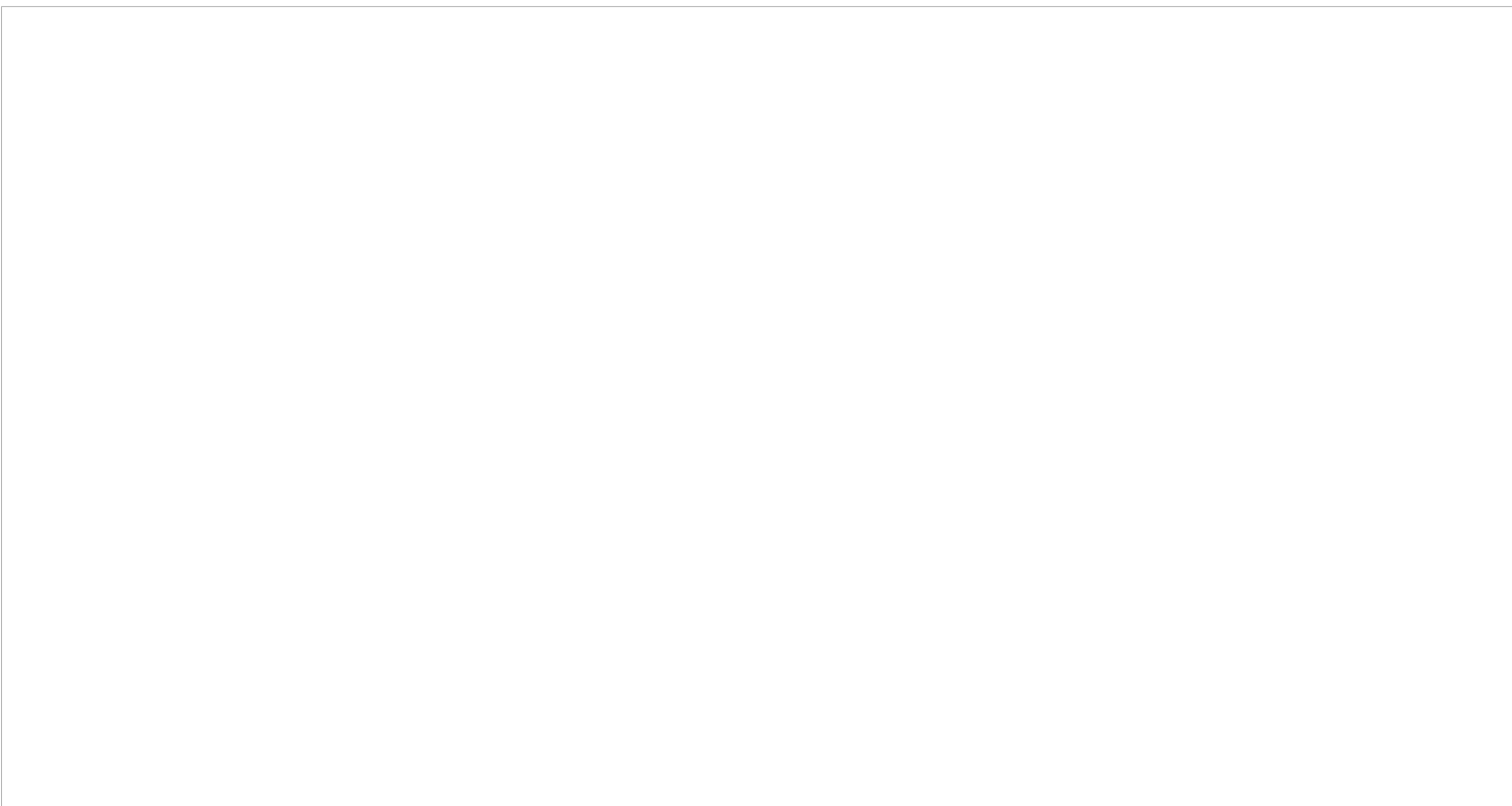
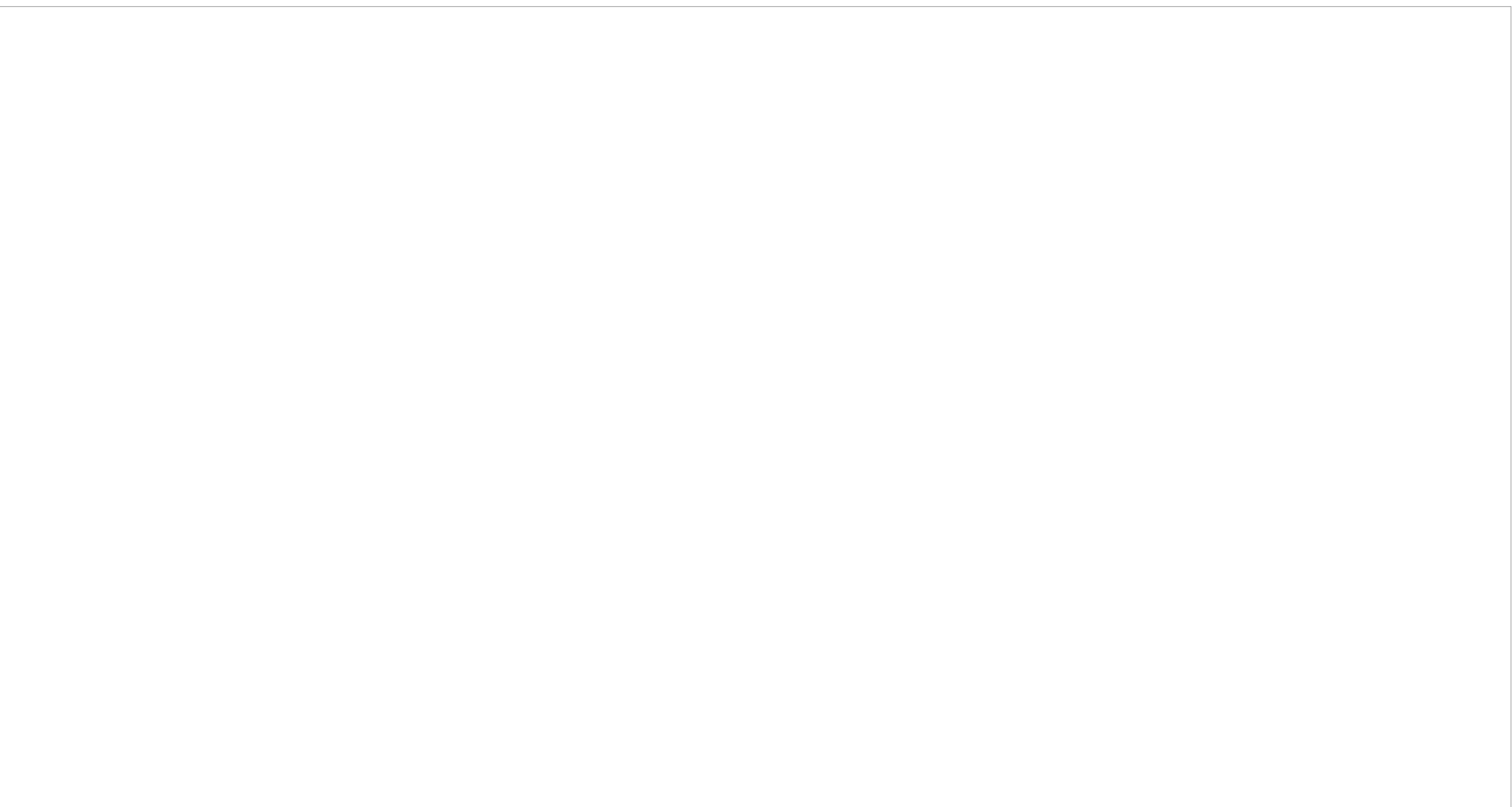
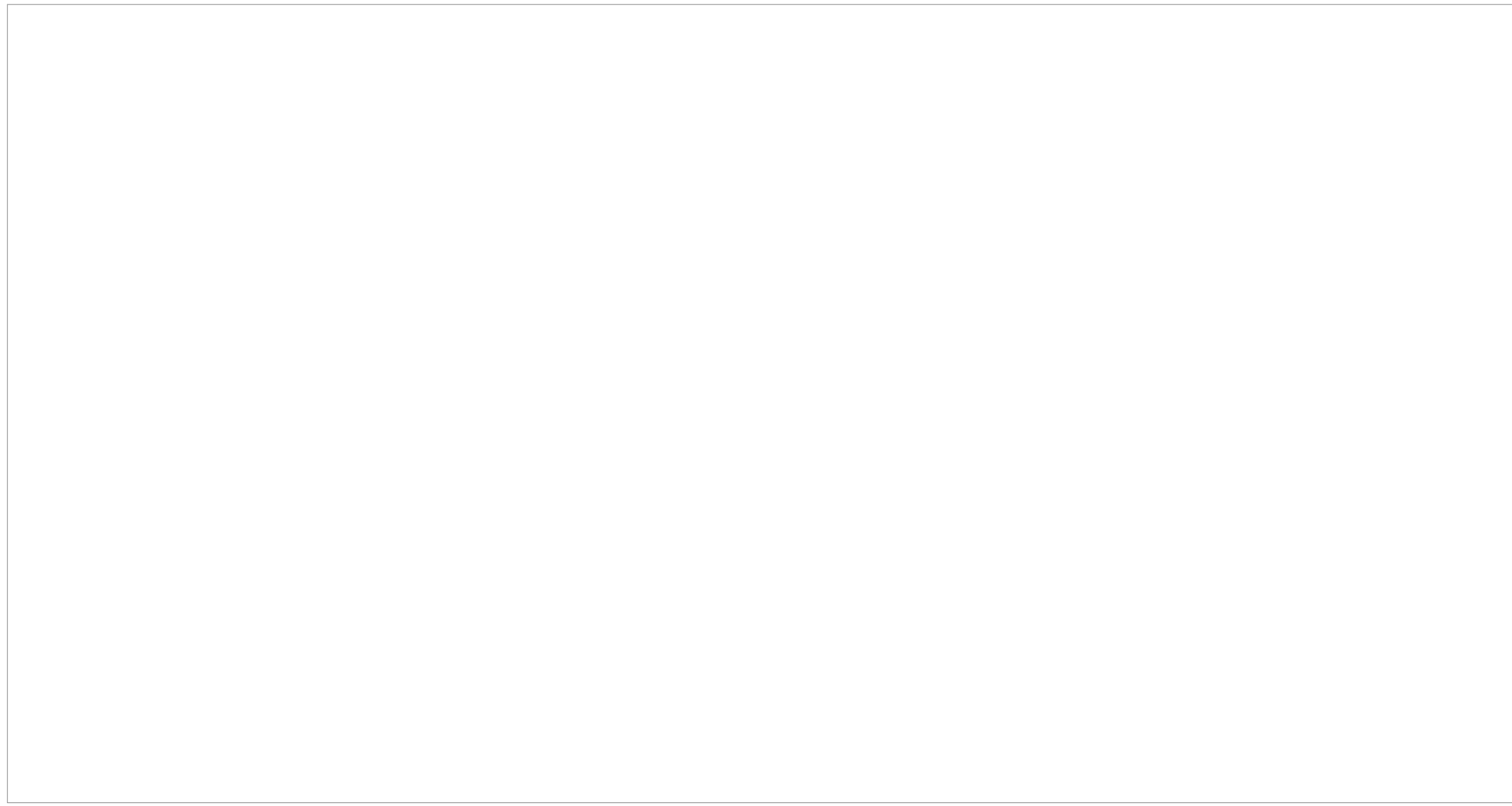
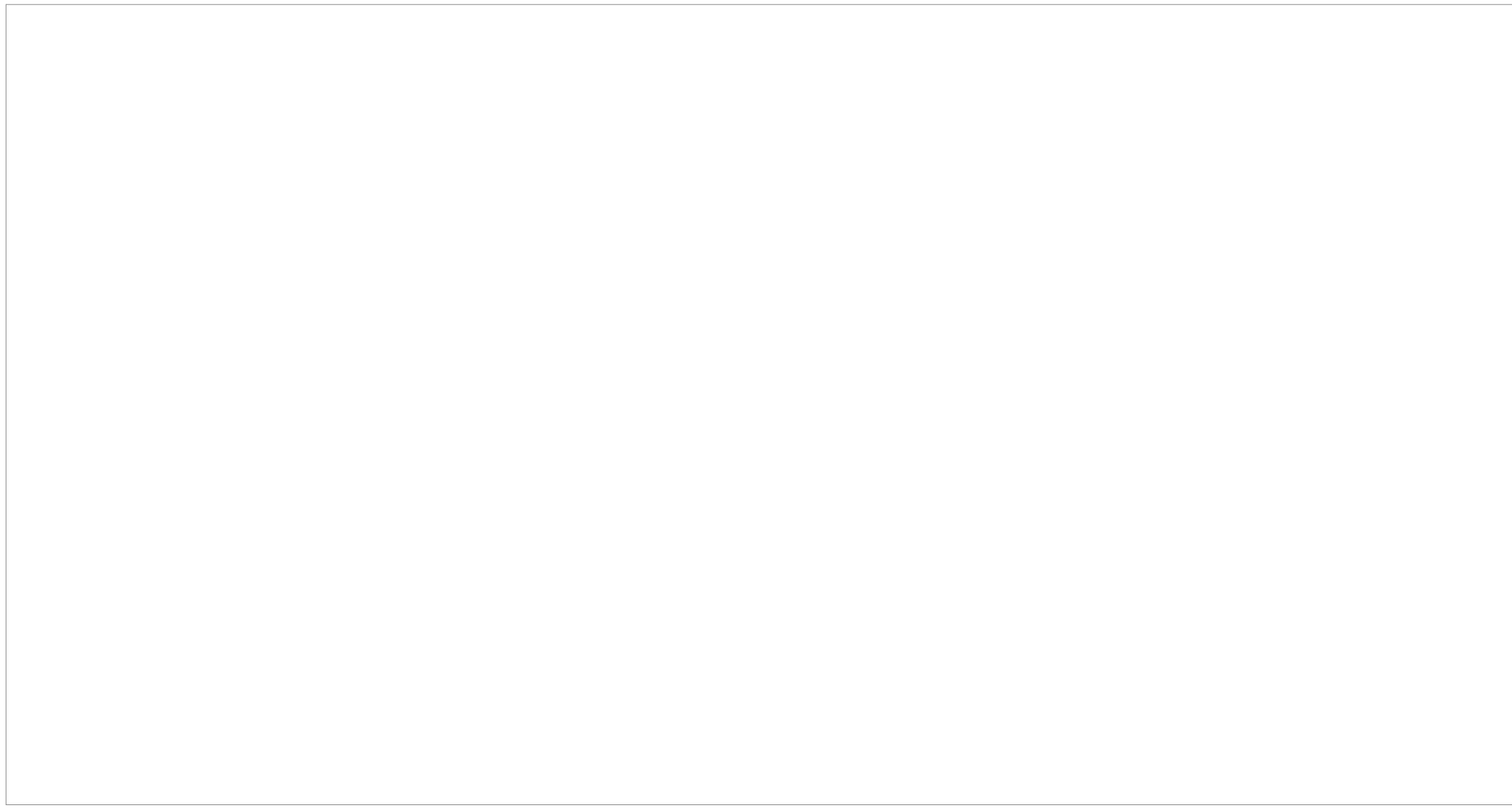
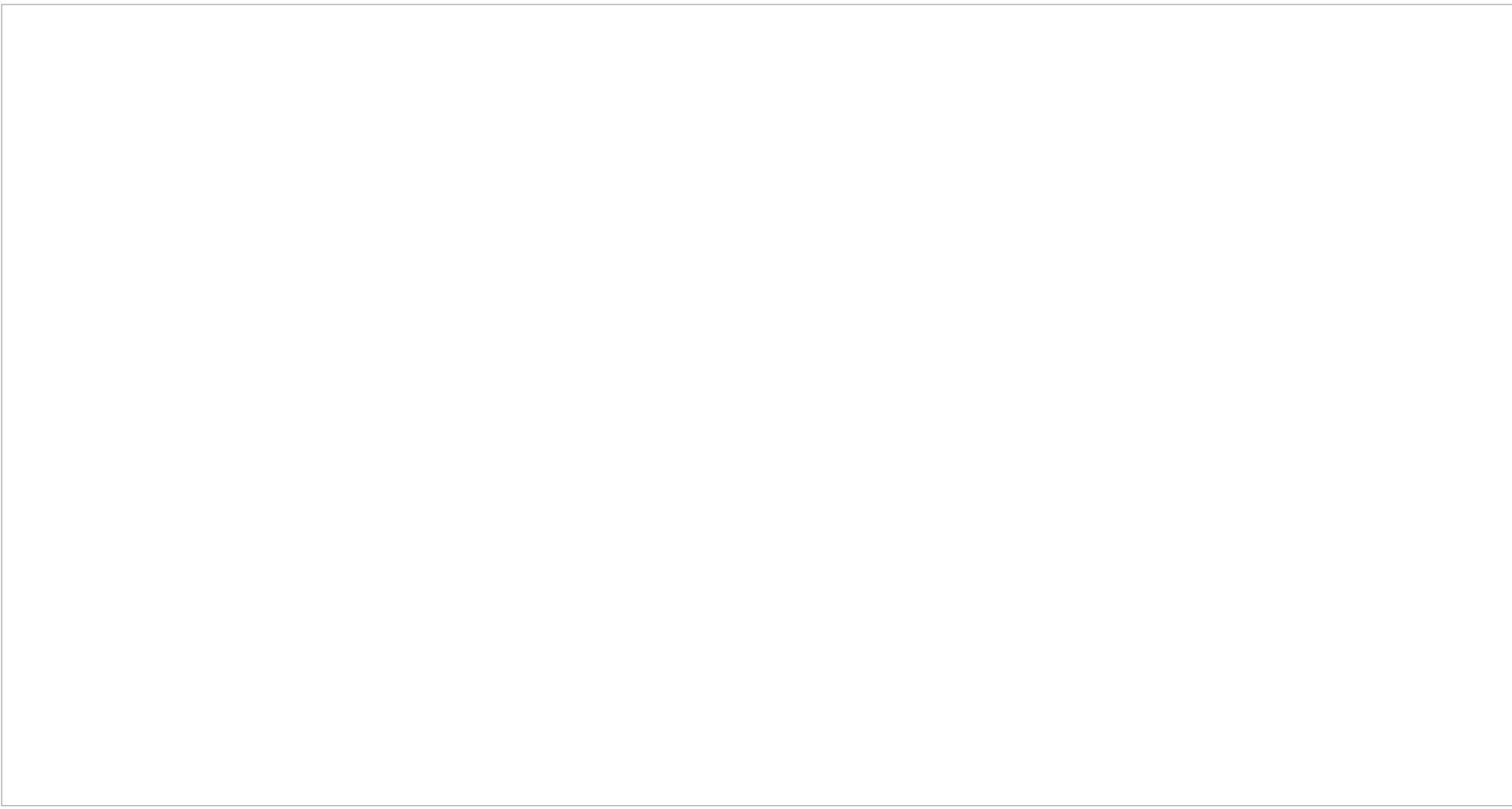
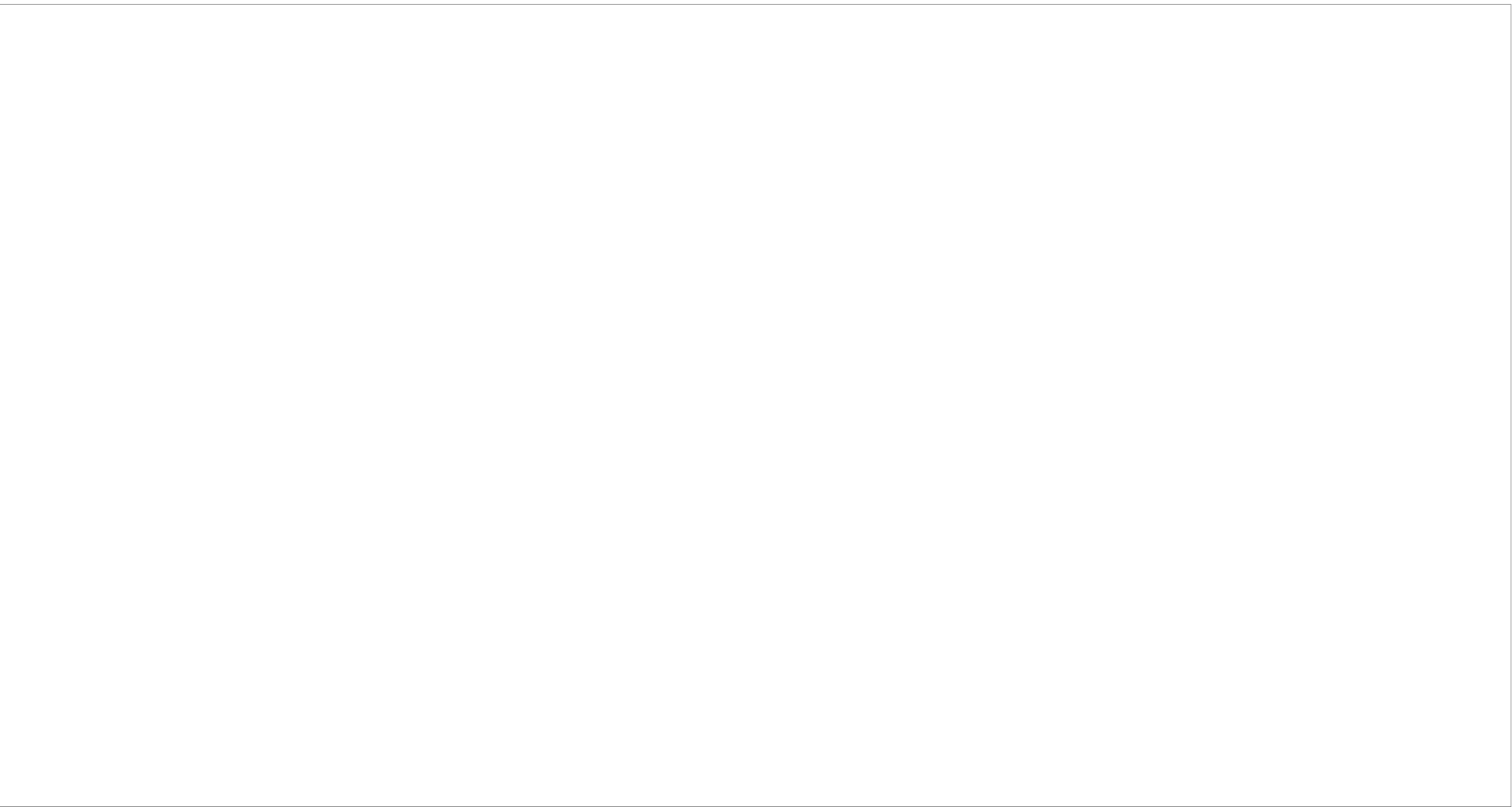
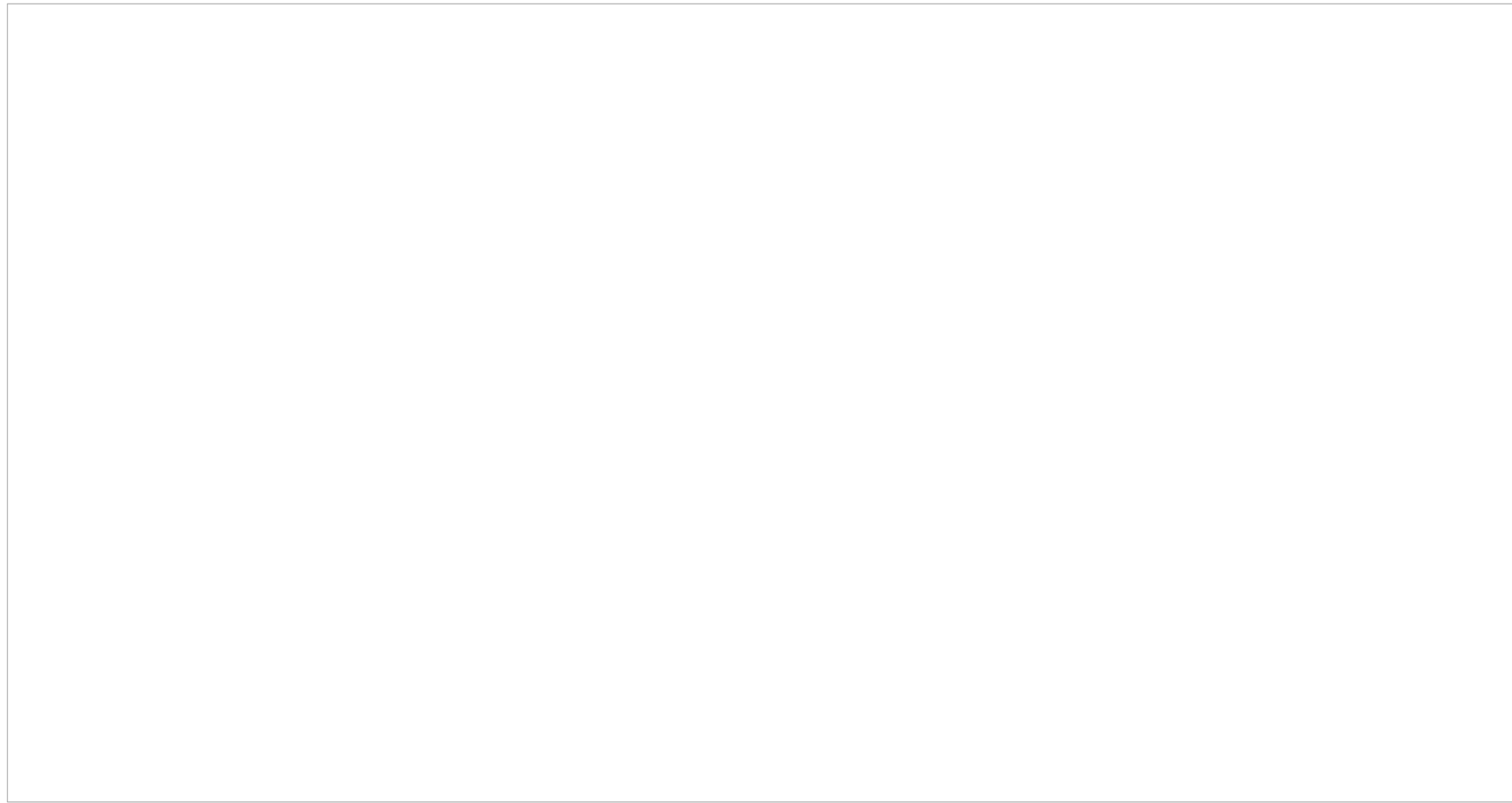
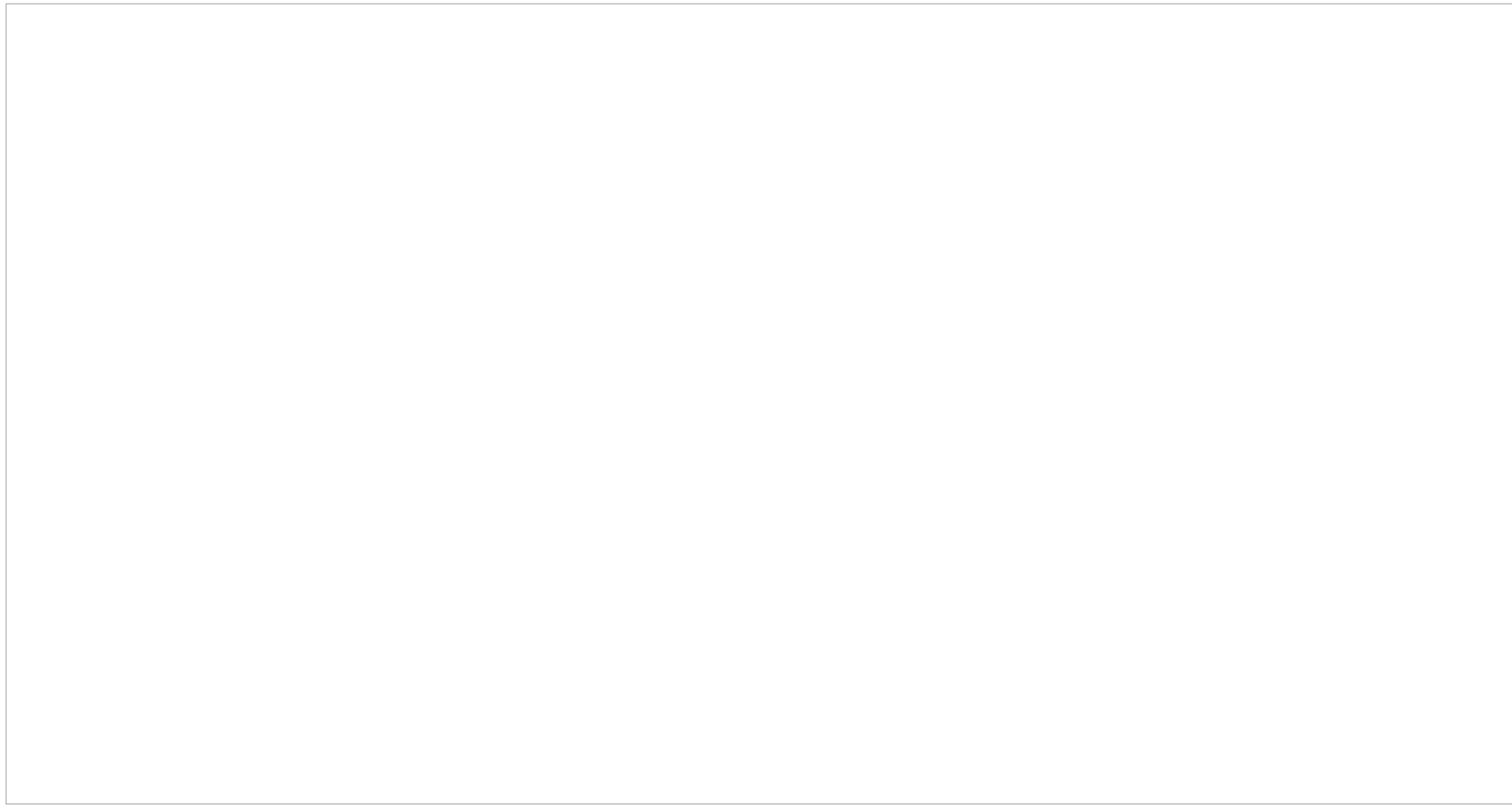
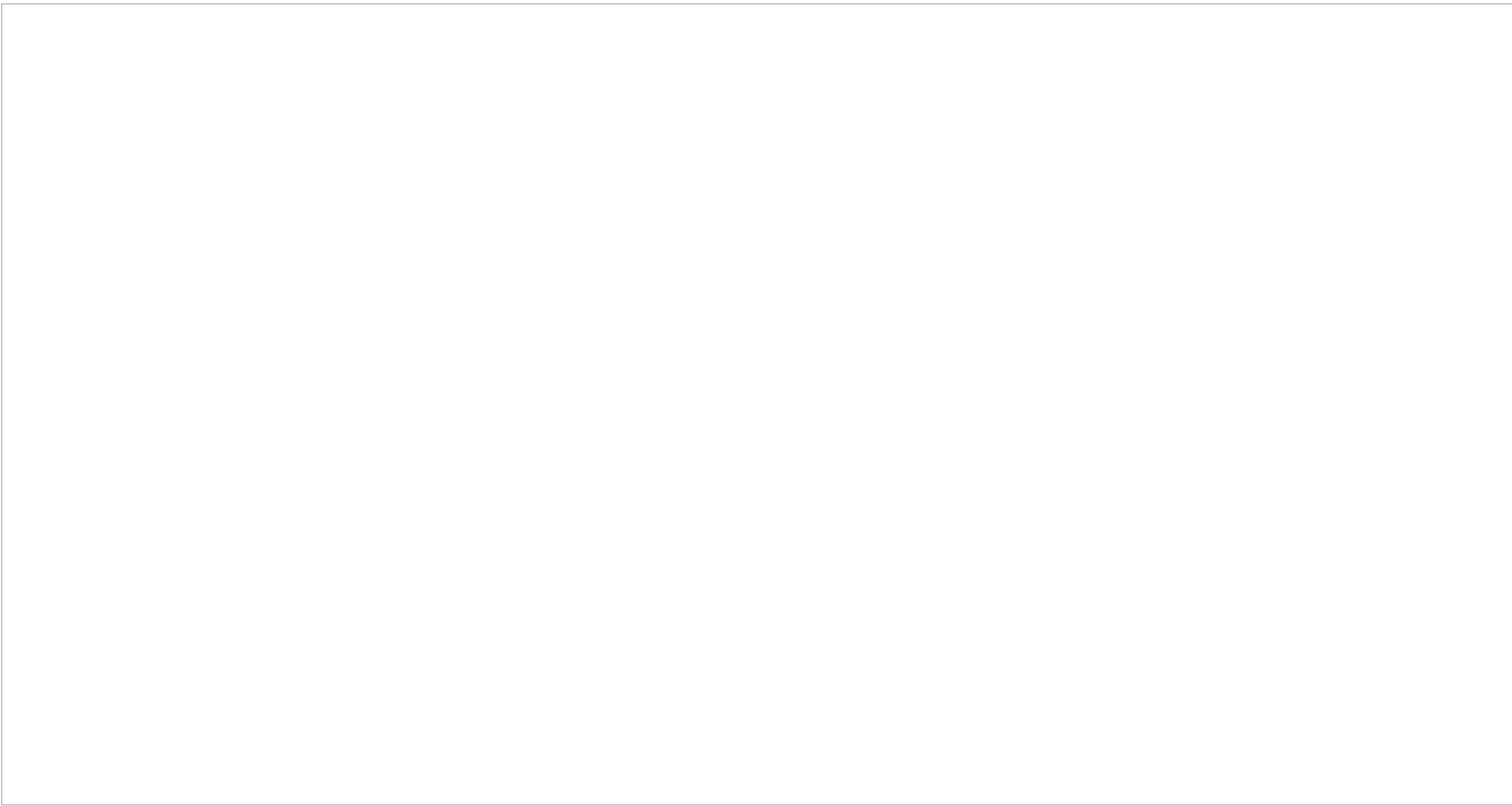
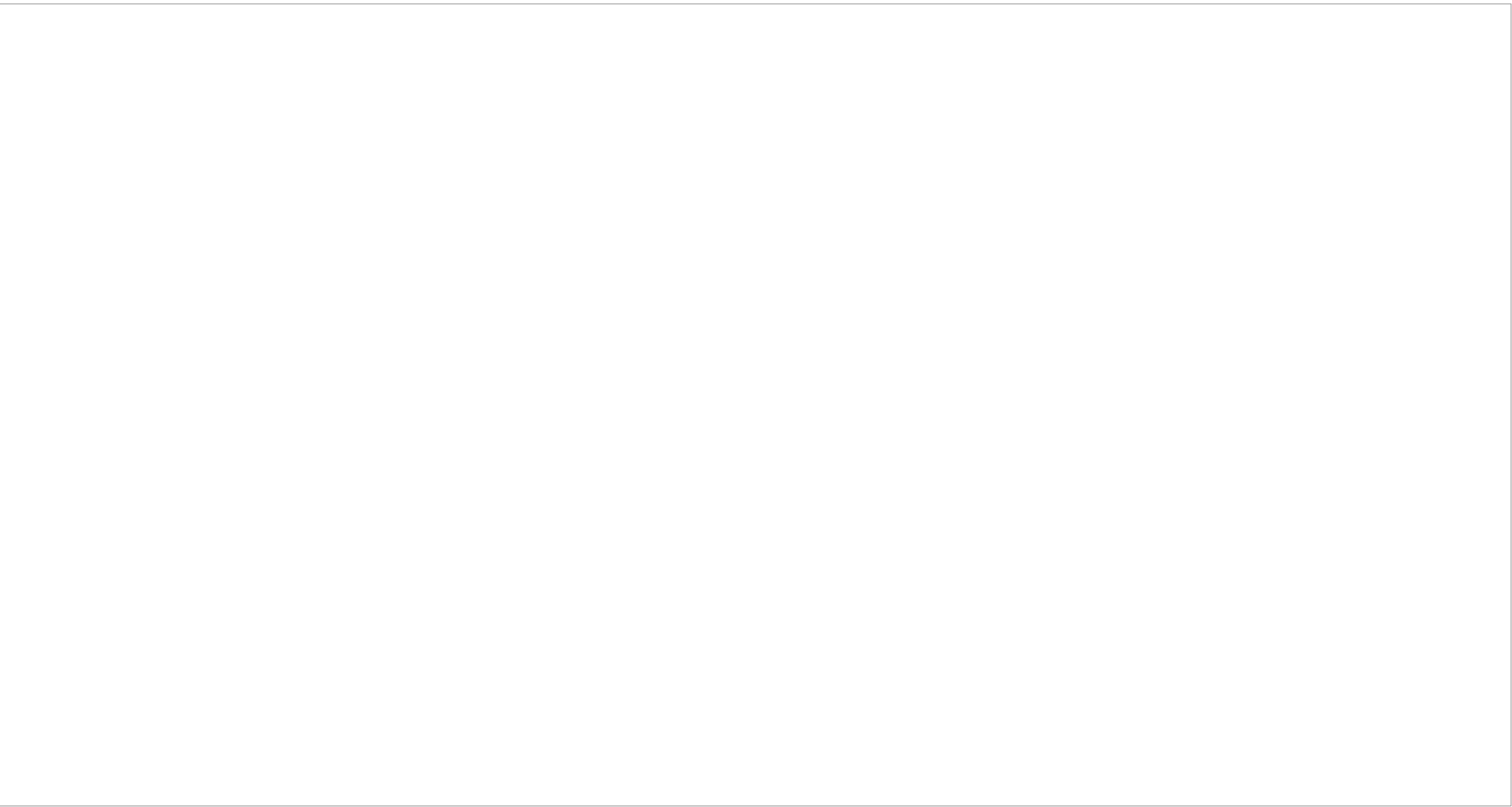
09/10

Perspectiva 01

Vista aérea abrangendo todo o parque

Perspectiva 02

Vista do pedestre evidenciando o portal do parque



LOGO E DADOS DA CONTRATADA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E DO TURISMO



Brasão do
Município



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA

OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Perspectivas A0

PROPRIETÁRIO

#Nome Completo do Cliente

#CNPJ/ CPF do Cliente

RESPONSÁVEL TÉCNICO

#Nome Completo do Projetista

#RP/ Registro do Projetista

COLABORADORES

#Colaboradores do Projeto

ESCALA

DATA

26/03/2021

PRANCHA

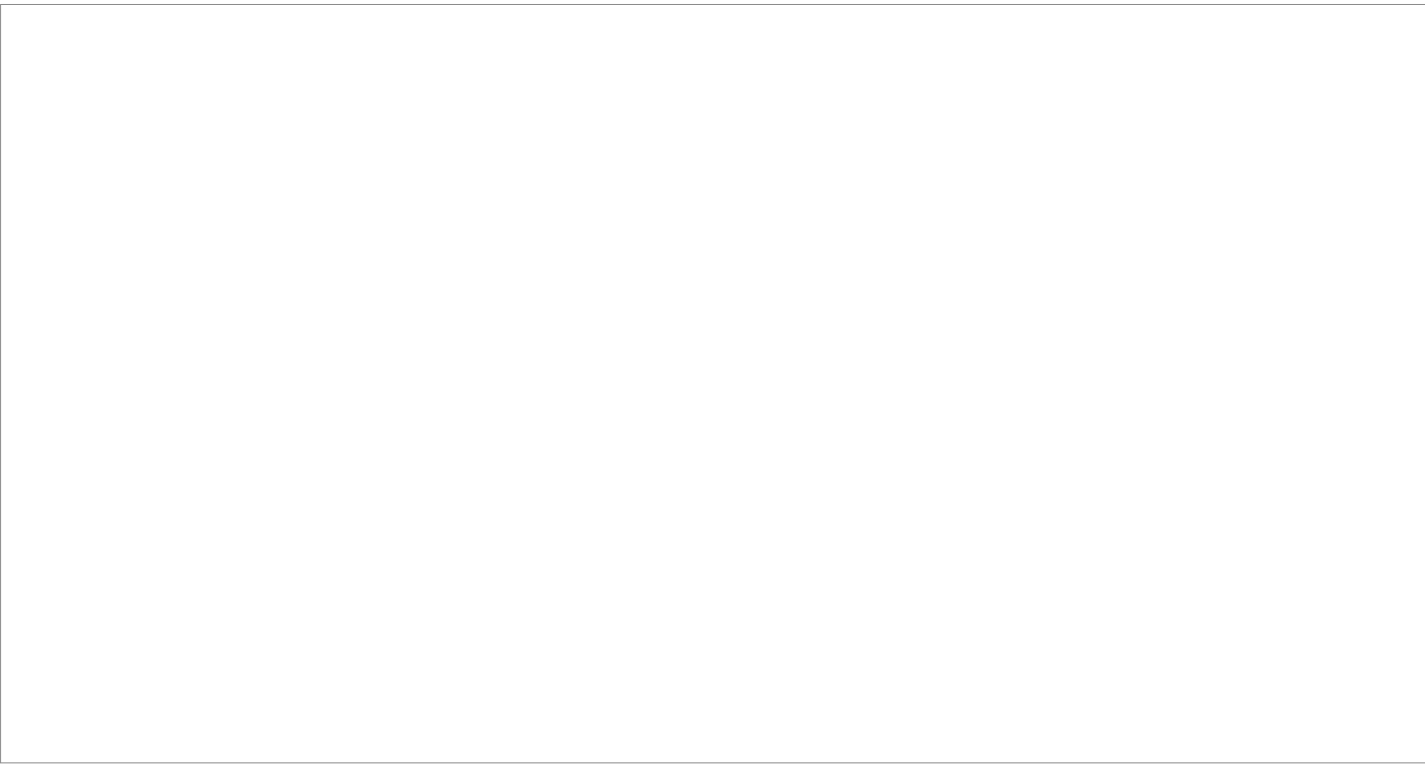
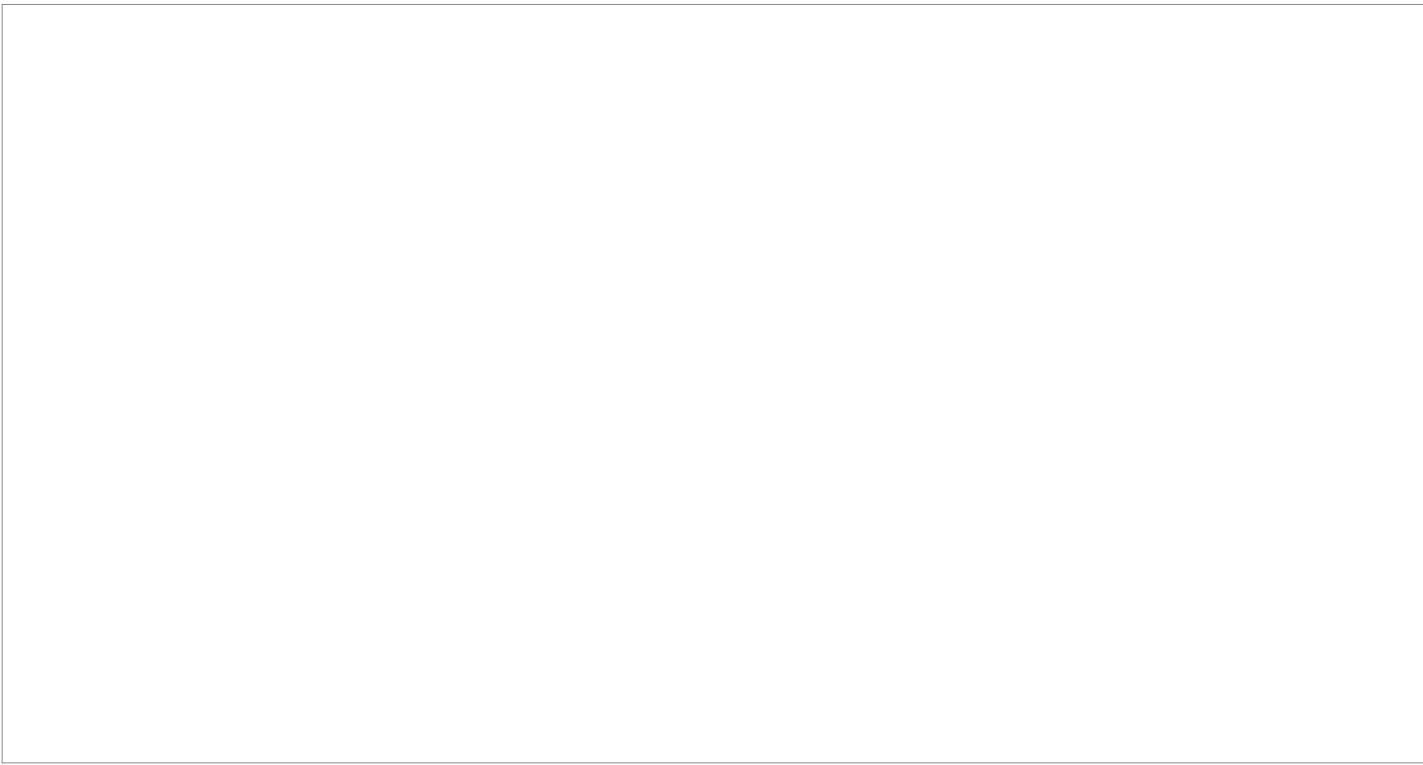
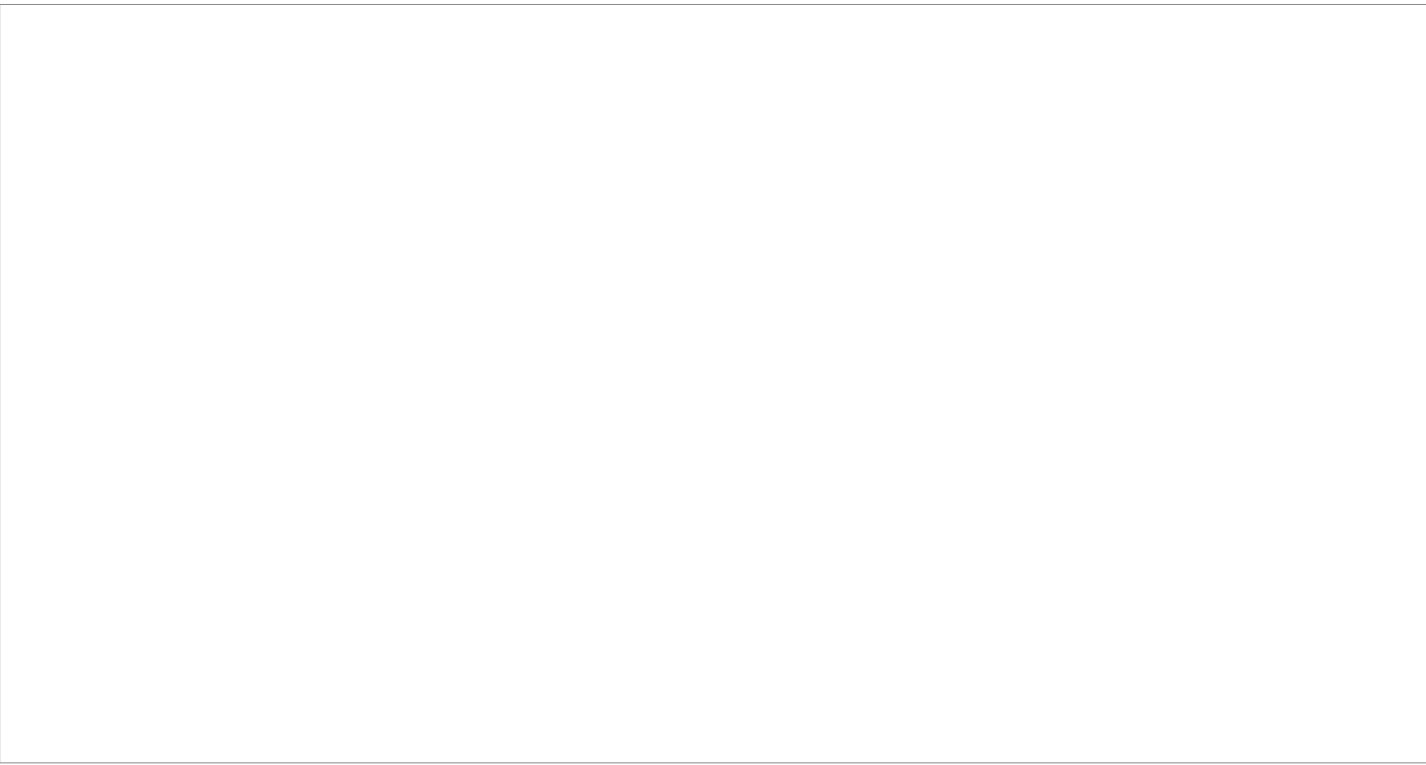
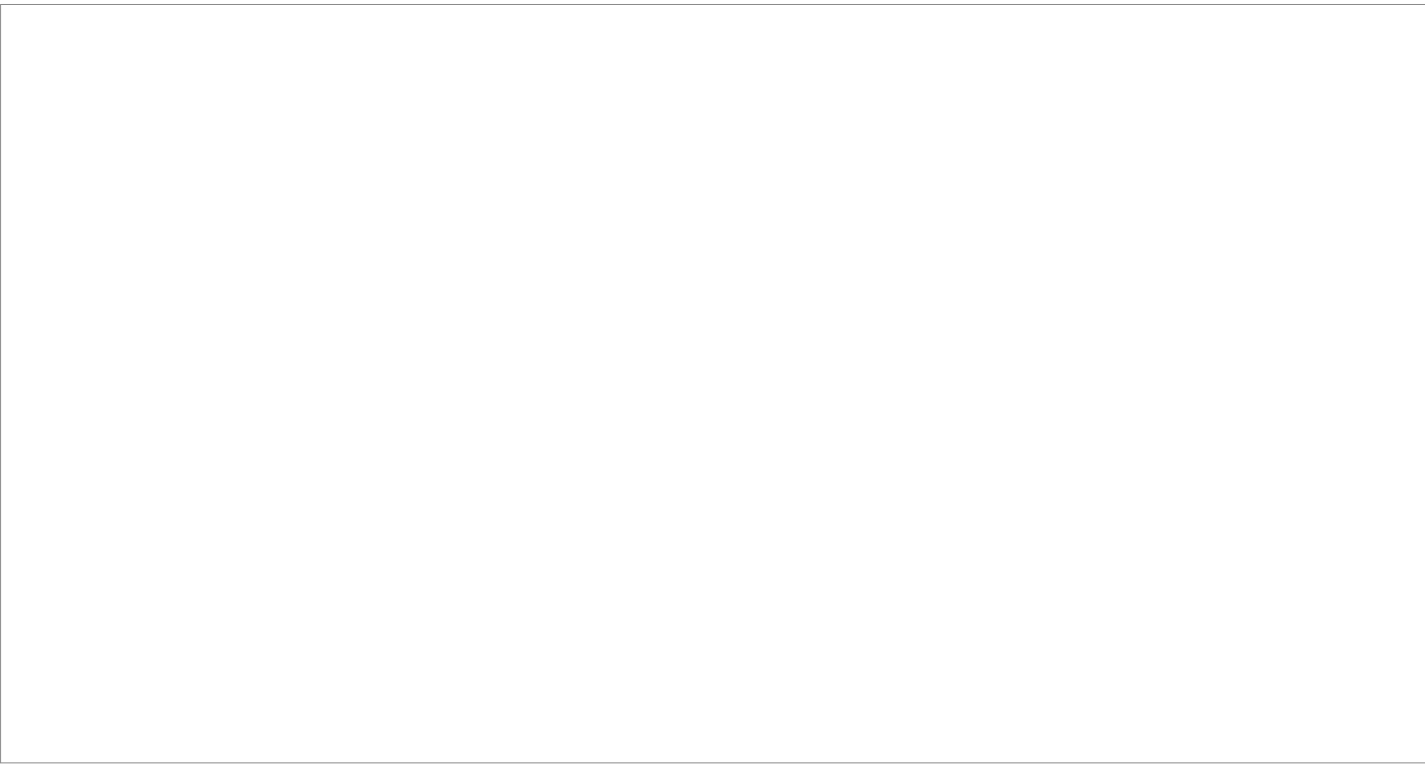
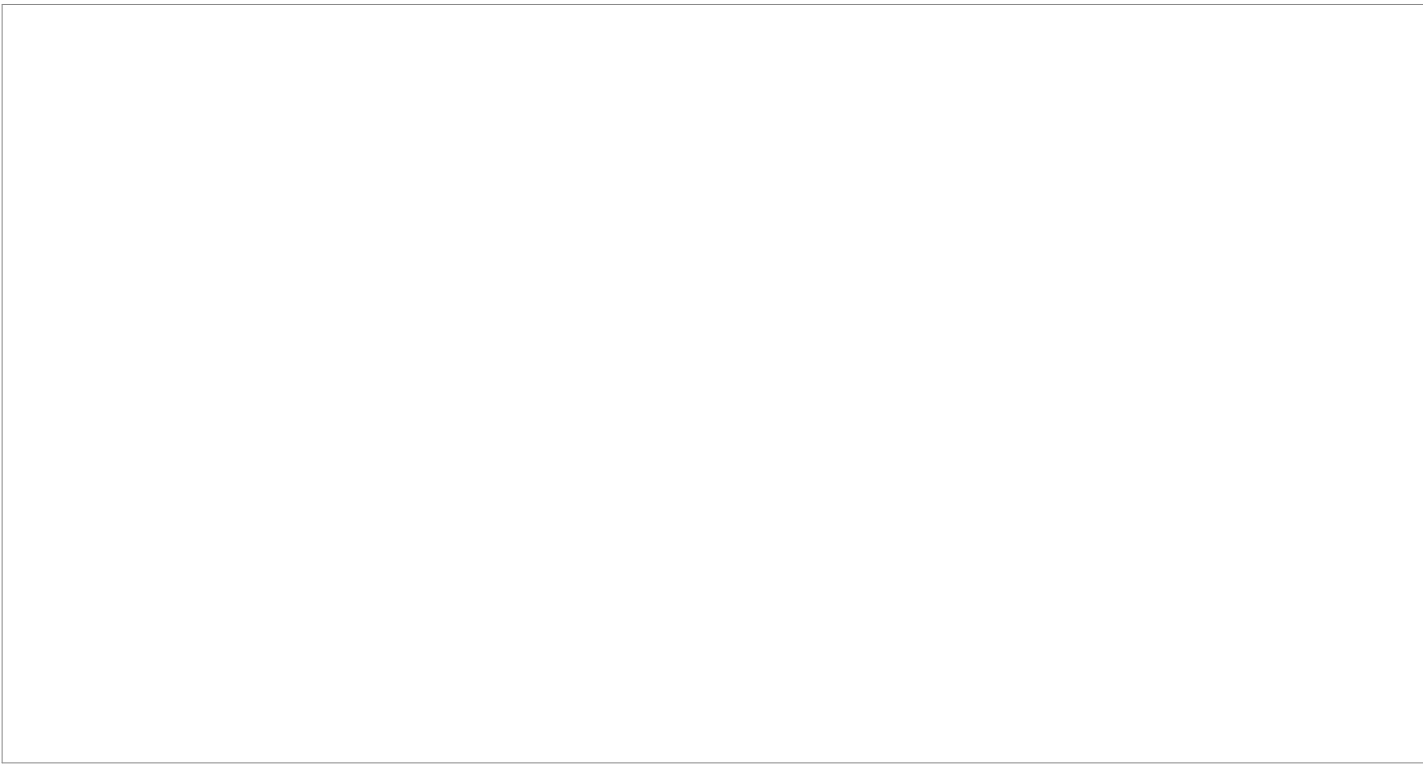
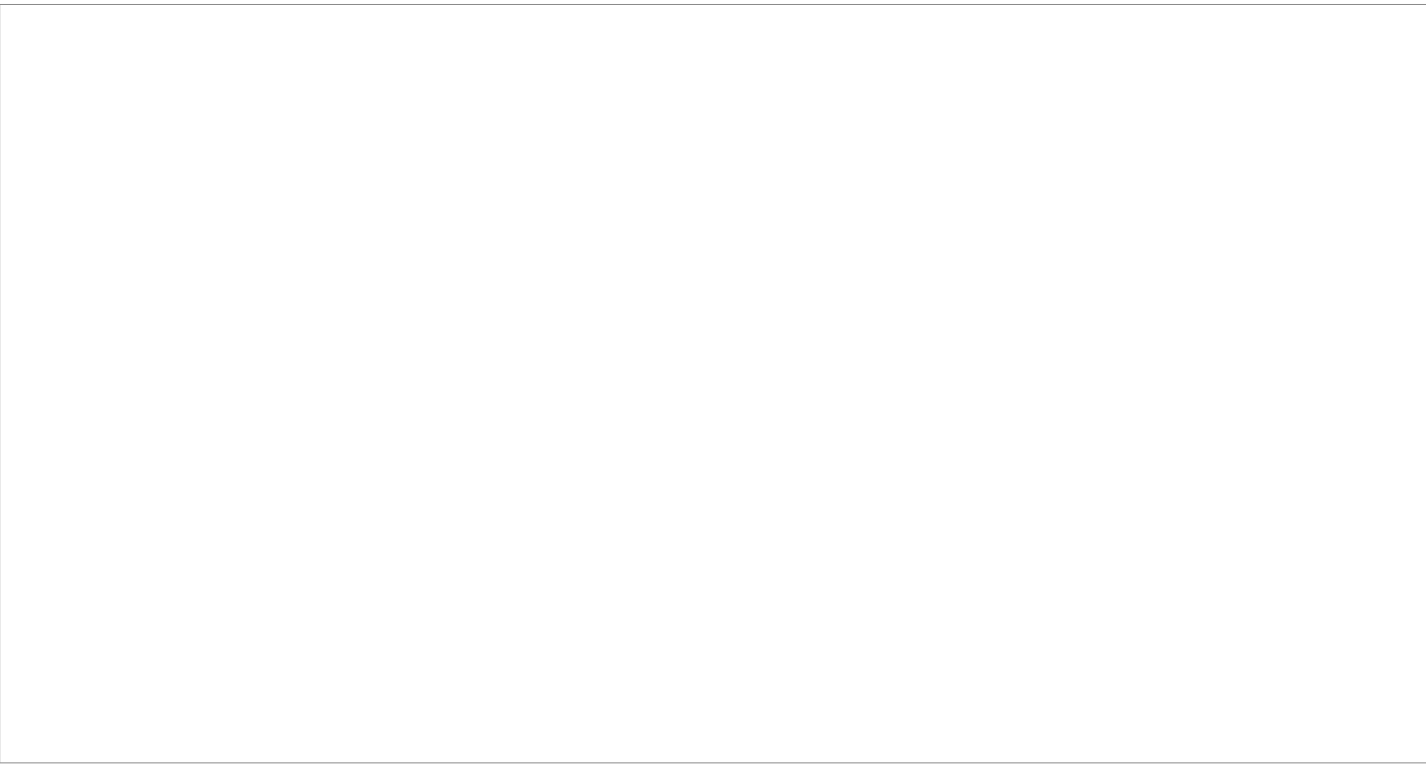
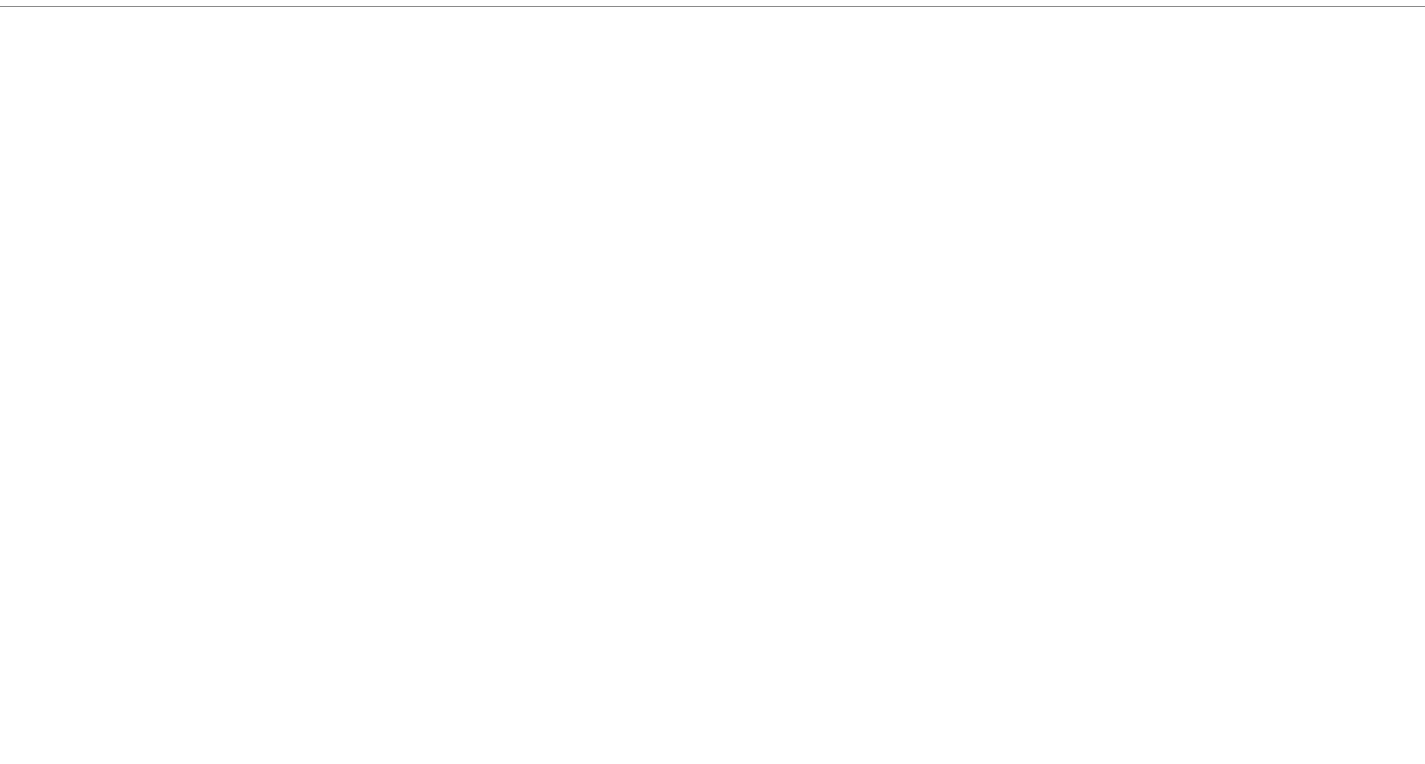
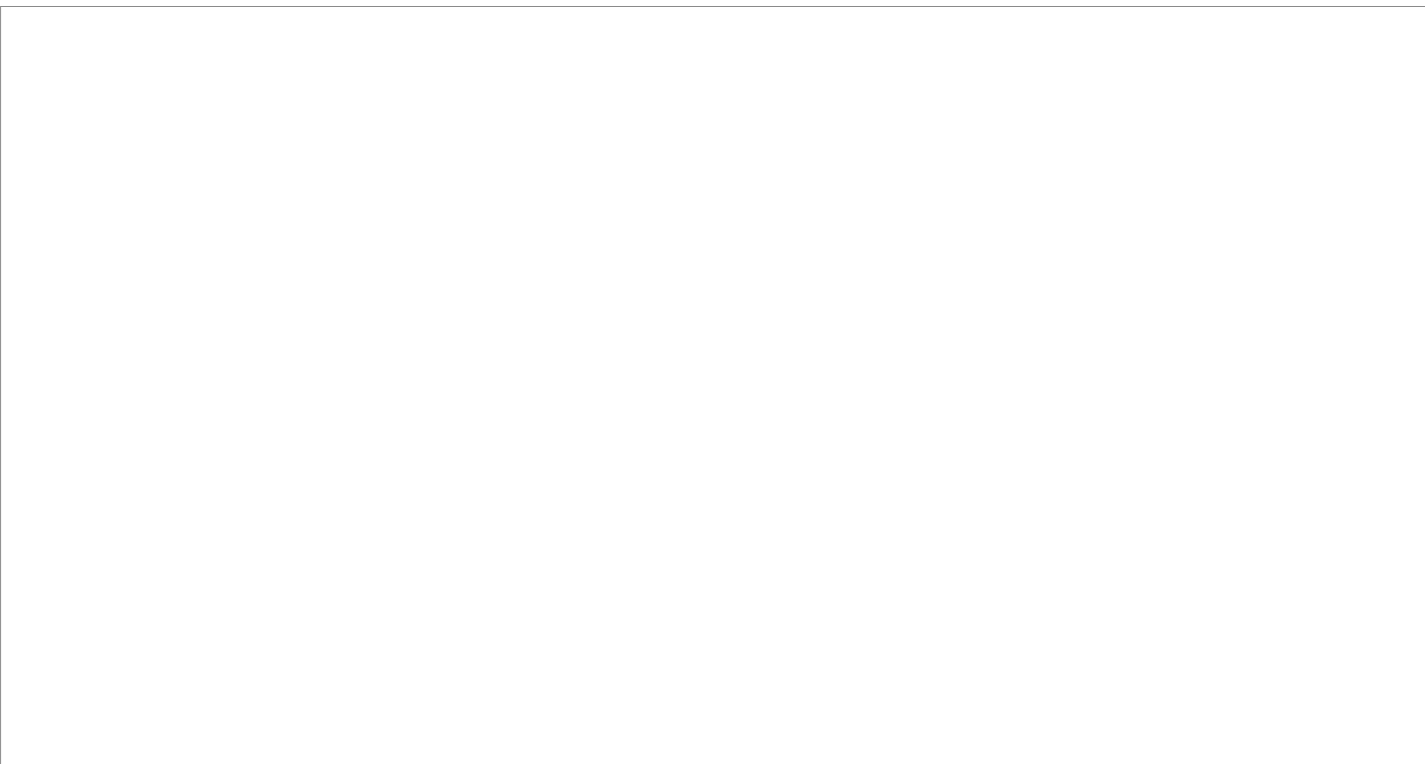
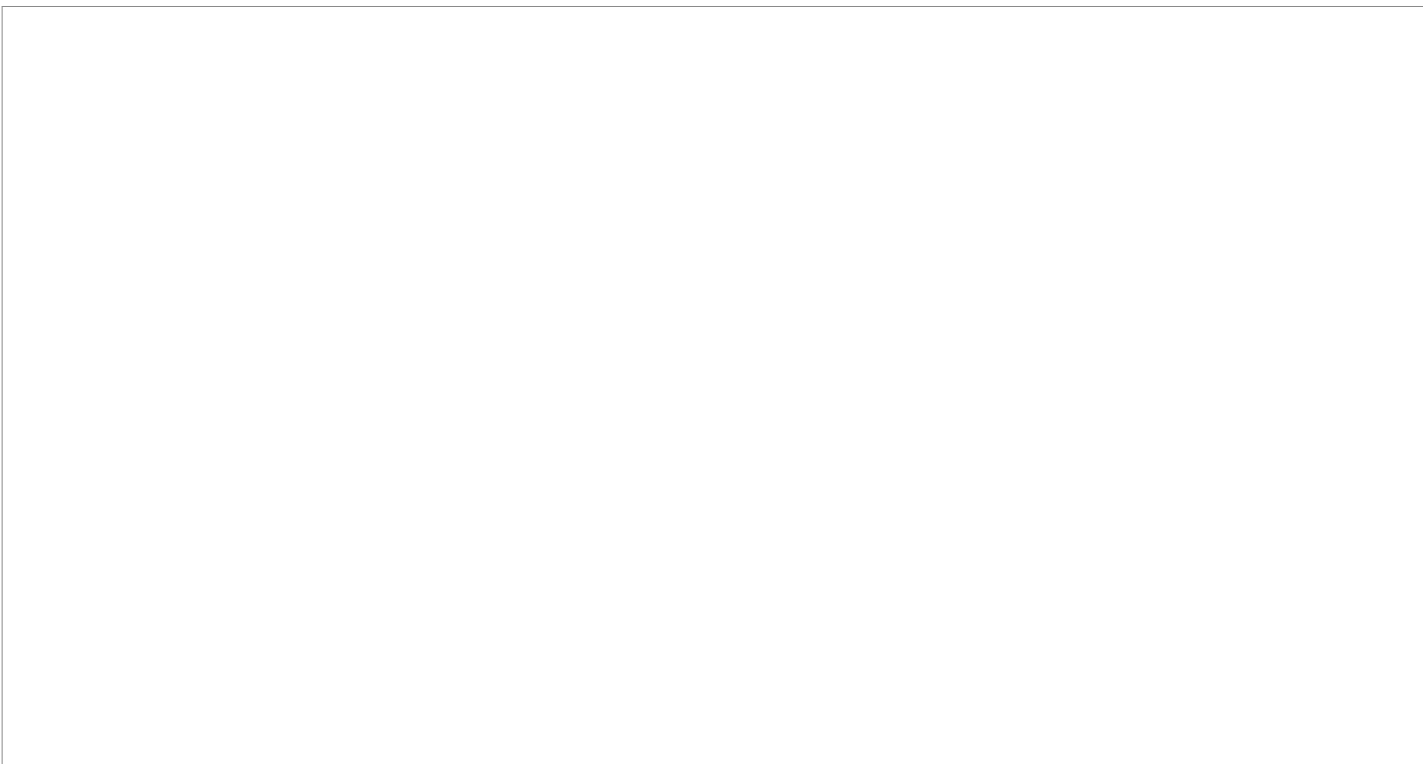
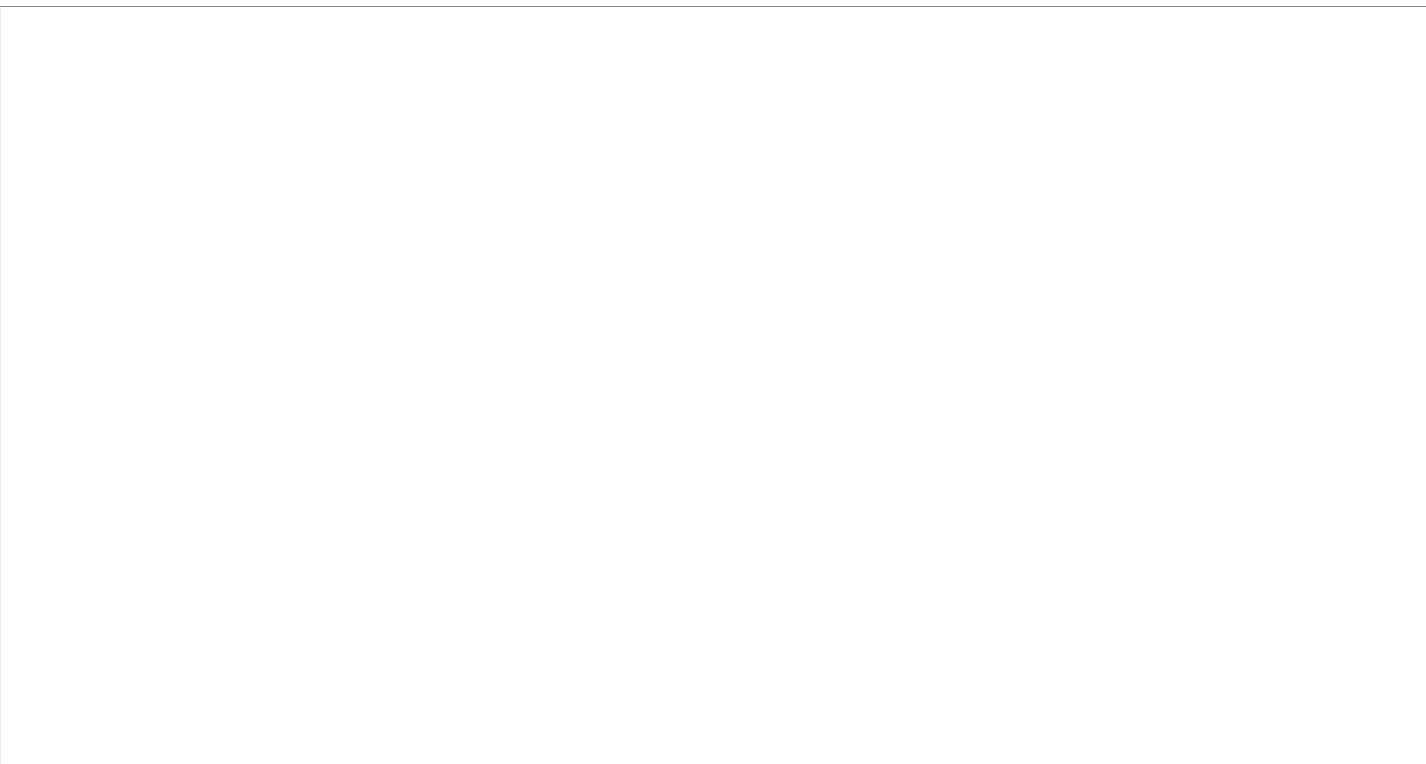
10/10

Perspectiva 01

Vista aérea abrangendo todo o parque

Perspectiva 02

Vista do pedestre evidenciando o portal do parque



LOGO E DADOS DA CONTRATADA

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

Brasão do Município

INSTITUTO
ÁGUA E TERRA

OBRA/ ENDEREÇO

#Nome do Projeto

#Endereço Completo do Terreno

CONTEÚDO DA PRANCHA

Perspectivas A1

PROPRIETÁRIO

#Nome Completo do Cliente

#CNPJ/ CPF do Cliente

RESPONSÁVEL TÉCNICO

#Nome Completo do Projetista

#Nº Registro do Projetista

COLABORADORES

#Colaboradores do Projeto

ESCALA

DATA

26/03/2021

PRANCHA

10/10